

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Tatiane Lopes Duarte

**INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS
POPULARES: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NA PERSPECTIVA
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Santa Maria, RS
2021

Tatiane Lopes Duarte

**INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: O
PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Administração.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga

Santa Maria, RS
2021

Duarte, Tatiane

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: O
PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA / Tatiane Duarte.- 2021.

125 p.; 30 cm

Orientadora: Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga Madruga
Coorientador: José Marcos Froehlich Froehlich
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração, RS, 2021

1. Economia substantiva. Economia solidária.
Emancipação. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas
Populares (ITCPs). I. Madruga, Lúcia Rejane da Rosa Gama
Madruga II. Froehlich, José Marcos Froehlich III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, TATIANE DUARTE, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Tatiane Lopes Duarte

**INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: O
PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Administração.**

Aprovado em 16 de dezembro de 2021.

Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga, Dr^a. (UFSM)
(Presidente / Orientadora)

José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)
(Coorientador)

Eduardo Vivian da Cunha, Dr. (UFCA)

Luís Felipe Machado do Nascimento, Dr. (UFRGS)

Marcelo Trevisan, Dr. (UFSM)

Marta Von Ende, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

*Dedico para a minha menina, que me fez mãe – e por ela “mato um leão por dia”;
para a minha filha Maria Eduarda, com todo o amor que há nessa vida.*

Dos mitos indispensáveis à manutenção do status quo:

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-la e procurar outro emprego.

O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço.

O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica.

O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e o do que nelas conseguem permanecer é chocantemente irrisório.

O mito da igualdade de classe, quando o “sabe com quem está falando?” é ainda uma pergunta dos nossos dias.

O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem que encarna a “civilização ocidental e cristã”, que elas defendem da “barbárie materialista”.

O mito de sua caridade, de sua generosidade, quando o que fazem, enquanto classe, é assistencialismo, que se desdobra no mito da falsa ajuda que, no plano das nações, mereceu segura advertência de João XXIII.

O mito de que as elites dominadoras, “no reconhecimento de seus deveres”, são as promotoras do povo, devendo este, num gesto de gratidão, aceitar a sua palavra e conformar-se com ela.

O mito de que a rebelião do povo é um pecado contra Deus.

O mito da propriedade privada, como fundamento do desenvolvimento da pessoa humana, desde, porém, que pessoas humanas sejam apenas os opressores.

O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade “ontológica” destes e o da superioridade daqueles

Paulo Freire (2013)

AGRADECIMENTOS

No findar desse processo alguns agradecimentos se faz necessário, não irei agradecer a todos e todas, pois o caminho foi longo e sou imensamente grata por todas as pessoas que cruzaram o meu caminho no decorrer do doutorado, porém algumas pessoas são necessárias e imprescindíveis de agradecer, pois sem elas não sei se teria conseguido chegado na finalização da tese.

A meu pai de coração Jaime que partiu antes de eu finalizar a tese, não está aqui presente fisicamente nessa etapa da minha vida, como ele dizia “não entendo muito bem o doutorado, só sei que é importante para ti, então eu fico feliz”. Você está aqui comigo presente no meu coração e em tudo que aprendi contigo, obrigada por tudo, por ser o melhor pai de coração que eu poderia ter.

Ao meu pai Reinaldo (*in memorium*) que há 20 anos partiu e me deixou um dos maiores ensinamentos, mesmo sem primeiro grau completo, que o conhecimento é algo que ninguém nos tira. Obrigada pai! Sorte a minha ter dois pais.

A minha mãe por toda a força, cuidado e dedicação que envolve o ser mãe.

A minha filha a quem dedico esse trabalho, não planejei ser mãe, mas escolhi ser mãe, é por ti que tento ser uma pessoa melhor a cada dia.

Ao meu cão chico, companheiro de leituras, escritas.

Aos meus irmãos, especialmente Daniela e Ana que sempre torcem e vibram pelas minhas conquistas.

Ao meu amigo Flávio Lira nas conversas que foram um acalento para os dias difíceis e no momento crucial das análises, teve a ideia e generosidade de emprestar seu apartamento, possibilitando o silêncio e a solitude necessária para a finalização da tese.

A minha amiga Bárbara Quatrin que quando tudo estava insuportável, eu não via luz no fim do túnel, se fazia presente na escuta e me mostrava a força que as vezes eu esquecia que tinha.

A Jaqueline Silinske, Isabela da Matta, Schirlei Stock, Damiana Almeida, Denise Quatrin e Carolina Marques nas trocas de conhecimento e angústias que envolve o doutorado.

Aos meus amigos (as) levo em mim um pouco de todos e todas.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Administração da UFSM.

Aos integrantes entrevistados da incubadora TECSOL, Grupos de Consumidores e Grupo de Produtores Germinar pela disponibilidade de tempo, generosidade em contribuir com a pesquisa, em especial ao Professor Antônio Cruz (TECSOL/UFPel) no qual estava sempre disposto a responder minhas dúvidas, passar os contatos necessários.

Aos Professores da banca (qualificação e defesa), Prof. Marcelo Trevisan, Profa. Marta Von Ende, Prof. Fábio Meira, Prof. Luís Felipe Nascimento e Prof. Eduardo Vivian da Cunha pela disponibilidade e contribuições feitas a este trabalho.

Ao Prof. José Marcos Froehlich no qual gentilmente me recebeu na sua disciplina Teorias do Desenvolvimento do Programa de Pós graduação em Extensão Rural/UFSM, e aceitou ser meu coorientador. Obrigada pelos diálogos e sempre estar disposto a sanar minhas dúvidas (metodológicas, teóricas e empíricas) e deixar outras dúvidas, questionamentos para que o processo de reflexão seguisse.

A Profa. Lúcia, minha orientadora, amiga, mãe...nossa relação ultrapassou as barreiras acadêmica, e sou imensamente grata pela relação de afeto que construímos. Obrigada por acreditar e confiar em mim, oportunizar a minha trajetória acadêmica, eu realmente não tenho palavras para agradecer tamanha diferença que você fez na minha vida.

Perante o momento trágico que estamos vivendo, numa pandemia (covid-19), no qual perdi meu pai de coração e tantas vidas se foram e ainda continuam indo. Agradecer a vida é um ato de amor aos que partiram.

A todos e todas minha eterna gratidão!

RESUMO

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

AUTORA: Tatiane Lopes Duarte.

ORIENTADORA: Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga.

O presente estudo teve como objetivo compreender o processo de emancipação de grupos de consumidores e produtores rurais vinculados à incubadora TECSOL e alicerçados na economia solidária. Nesse contexto, o estudo teve como base teórica a economia substantiva (POLANYI, 2012), a economia solidária e a emancipação. Com esse intuito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) apresentar o processo histórico da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS); ii) descrever a trajetória da incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (TECSOL), da Rede Bem da Terra de consumidores e da Rede Bem da Terra de produtores; iii) identificar as categorias que preponderam em relação ao processo de emancipação da TECSOL, do grupo de consumidores e do grupo de produtores; e iv) construir a figura analítica do processo de emancipação dos grupos incubados na perspectiva da economia solidária. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa com aporte teórico interpretativista de natureza qualitativa, e o campo da pesquisa foi a incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (TECSOL), a qual é vinculada à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas Populares de Economia Solidária. As técnicas de coleta de dados foram: entrevistas por meio de história oral temática, observação não participante e, além das entrevistas, utilizaram-se documentos. Realizaram-se entrevistas com os integrantes da Incubadora TECSOL, com o Grupo de Consumidores da Rede Bem da Terra e com o Grupo de Produtores Rurais Germinar da Rede Bem da Terra. Os dados foram sistematizados por categorias que emergiram no campo, no qual foi realizada uma análise de conteúdo. No que tange aos resultados, as categorias que emergiram das entrevistas realizadas com os participantes da TECSOL, do Grupo de Consumidores e do Grupo de Produtores Rurais Germinar foram entrelaçadas, o que resultou nas seguintes categorias: processos técnicos, consciência crítica, processo decisório, consciência coletiva, educação, processo organizacional horizontal, dimensão política e consumo consciente. Para a construção da figura analítica, realizou-se o entrelaçamento das categorias *a priori* (teoria) e *a posteriori* (empírico), que originou as seguintes categorias: ecologia das produtividades, consciência coletiva, consciência crítica, dimensão social, dimensão política, dimensão econômica, tomada de decisão democrática, solidariedade, educação, gestão social, ecologia das temporalidades, ecologia de transescala, processo organizacional horizontal, conscientização, diálogo e consumo consciente. A partir das análises, verificou-se que as categorias se interligam como fios condutores que se conectam para o processo de emancipação de grupos incubados na perspectiva da economia solidária, ou seja, nenhuma categoria imbrica a outra, a probabilidade é de que alguma categoria fique mais saliente no processo. Além disso, entende-se que o processo, esse caminho para a emancipação, não é linear, nem estanque; dependerá do tempo e do contexto de cada grupo. Por fim, cabe ressaltar que esta tese não teve o intuito de ser conclusiva, nem de criar um modelo de emancipação como uma “receita de bolo”, e nada impede que novas categorias surjam e sejam utilizadas em outros grupos ou coletivos que tenham como cerne a crítica ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Economia substantiva. Economia solidária. Emancipação. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS).

ABSTRACT

TECHNOLOGY INCUBATORS OF COMMUNITY COOPERATIVES: THE EMANCIPATION PROCESS IN A SOLIDARITY ECONOMY PERSPECTIVE

AUTHOR: Tatiane Lopes Duarte

ADVISOR: Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga

The current study has had the aim to understand the emancipation process of the consumers groups and of rural producers linked to the TECSOL incubator and supported by the solidarity economy. In this context, this study had as its theoretical framework: substantive economy (Polanyi), solidarity economy, and emancipation. To reach this goal the following objectives have been set: i) present the historic process of the University Network of Technology Incubators for Community Solidarity Economy (ITCPs); ii) report the track record of the TECSOL incubator, of the Rede Bem da Terra consumer network, and of the Rede Bem da Terra producer network; iii) identify the prevailing categories in relation to the process of emancipation at TECSOL, as well as of the consumer and the producer groups; iv) build the analytical representation of the emancipation process of incubated groups in a solidarity economy perspective. To reach this aim, research with an interpretivist theoretical contribution of a qualitative nature was carried out. The research field was the Technology Incubator for Solidarity Economy Enterprises (TECSOL), which is linked to the University Network of Technology Incubators for Community Solidarity Economy. The data collection techniques have been: theme-based oral history interviews, and non-participant observation. Besides interviews, documents have been used. Interviews were carried with members of the TECSOL Incubator, Rede Bem da Terra's Consumer Group, and Rede Bem da Terra's Germinar rural Producer Group. Data have been systematized by categories that arose in the field, where content analysis was carried out. Concerning the results, the categories emerging from the interviews made with participants of TECSOL, of the Consumer Group, and of the Germinar rural Producer Group have been interlinked, resulting in the following categories: technical processes; critical conscience; decision-making process; collective conscience; education; horizontal organizational process; political dimension; and conscious consumption. The construction of the analytical representation was carried through the interlinking of *a priori* (theory) and *a posteriori* (empirical) categories, resulting in the following categories: ecology of productivities; collective conscience; critical conscience; social dimension; political dimension; economic dimension; democratic decision-making; solidarity; education; social management; ecology of temporalities; trans-scale ecology; horizontal organizational process; awareness; dialogue; conscious consumption. From the analyses it was verified that the categories are interconnected like leitmotifs, being linked to each other towards the emancipation process of incubated groups in a solidarity economy perspective; namely, no category overlaps the other and what likely happens is that one of them is more prominent during the process. Furthermore, the process (the road to emancipation) is understood not to be linear and still; it shall depend on the time and the context of each group. Finally, it should be noted that this dissertation had no intention of being conclusive or of creating an emancipation model like a roadmap and that nothing prevents new categories from arising and being used for other groups and collectives which have as their core the criticism of the capitalist system.

Keywords: substantive economy, solidarity economy, emancipation, Community Solidarity Economy Technology Incubators (ITCPs).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho do campo da economia popular e solidária no Brasil.....	46
Figura 2 – Entrelaçamento das categorias teóricas.....	58
Figura 3 – Entrelaçamento categorias empíricas.....	108
Figura 4 – Entrelaçamento categorias teóricas e empíricas.....	109
Figura 5 – Processo de emancipação na perspectiva da economia solidária.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias da economia solidária.....	41
Quadro 2 – Quadro da substituição das monoculturas pelas ecologias.....	50
Quadro 3 – Categorias da emancipação.....	56
Quadro 4 – Entrevistados (as).....	65
Quadro 5 – Temas Web – chimarrão.....	67
Quadro 6 – Observações de eventos.....	69
Quadro 7 – Documentos.....	69
Quadro 8 – Objetivos, fonte dos dados e técnica de coleta de dados.....	70
Quadro 9 – Projetos TECSOL.....	76
Quadro 10 – Categorias e elementos emancipatórios da TECSOL.....	89
Quadro 11 – Finalidade do Bem da Terra de consumidores.....	90
Quadro 12 – Categorias e elementos do Grupo de Consumidores.....	100
Quadro 13 – Categorias e elementos do grupo Germinar.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALDEA	Agência de Ligação para o Desenvolvimento de uma Economia Alternativa
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão de Participação Acionária
CRIDA	Centre de Recherche et d' Information Sur La Democratie et L' Autonomie
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER	Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IES	Instituições de Ensino Superior
IFSUL	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INCUTES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do Instituto Federal da Paraíba
ITES	Incubadoras Tecnológicas de Economia
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LETS	Local Employment e Trade System
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PROEXT/MEC	Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SciELO	Scientific Electronic Library Online
NESIC	Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas
TECSOL	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	25
1.2	OBJETIVOS	27
1.2.1	Objetivo Geral	27
1.2.2	Objetivos Específicos	27
1.3	JUSTIFICATIVA	28
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	30
2	REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1	ECONOMIA SUBSTANTIVA	31
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA	35
2.2.1	Formas de Organizações de economia solidária	42
2.3	EMANCIPAÇÃO	46
2.3.1	Emancipação na perspectiva de Paulo Freire	53
3	PERCURSO METODOLÓGICO	59
3.1	APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	59
3.1.1	Interpretativismo	61
3.2	COLETA DE DADOS E A ESCOLHA DO CAMPO	62
3.2.1	Cronologia e detalhamento da coleta de dados	64
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	69
4	RESULTADOS	71
4.1	CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES	71
4.2	CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA	75
4.2.1	Categorias emancipatórias da incubadora TECSOL	77
4.3	REDE BEM DA TERRA DE CONSUMIDORES	89
4.3.1	Categorias emancipatórias do grupo de consumidores	92
4.4	REDE BEM DA TERRA DE PRODUTORES	100
4.4.1	Categorias emancipatórias do Grupo Germinar	101
4.5	CONSTRUÇÃO DA FIGURA ANALÍTICA	107
4.5.1	Entrelaçamento de categorias empíricas	107
4.5.2	Entrelaçamento entre categorias teóricas (a priori) e empírica (a posteriori)	108
4.5.3	Proposta da figura analítica do processo de emancipação na perspectiva da economia solidária	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
5.1	PERCURSO DA PESQUISA E PRINCIPAIS RESULTADOS	113
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

No sistema vigente, a economia predominante é a economia de mercado, a qual espera que os seres humanos se comportem para atingir o máximo de ganhos monetários (POLANYI, 2012). Por um lado, é o sistema que produz muitos bilionários; de outro, ele não responde aos anseios de uma vida digna e sustentável para a maior parte da população do planeta (SACHS, LOPES e DOWBOR, 2013).

É visível que nenhuma sociedade sobreviveu ou sobreviveria sem algum tipo de economia. Porém, em nenhuma economia — como a economia de mercado — o ganho e o lucro desempenham um papel preponderante nas relações humanas. Ou seja, a centralidade da economia de mercado ocasionou uma desvinculação da sociedade, capaz de determinar a vida dos seres humanos, na qual o homem serve à economia e não ao contrário (POLANYI, 2012).

A forma produtiva conduzida pela racionalidade capitalista é produzir para acumular e acumular para dominar. Nesse contexto, o procedimento de trabalho que se materializa objetivamente é a domesticação dos produtores diretos; em consequência, ao ter sua força de trabalho alienada, o trabalhador se aliena, perdendo a disposição de administrar sua vida (CATTANI, 2009). O sistema capitalista é baseado no modo de produção cujos princípios são: o direito à propriedade privada individual aplicada ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe possuidora do capital e a classe que ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho.

Já a economia solidária consiste em outro modo de produção. Seus princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). A economia solidária é um conceito largamente usado em vários continentes, com definições variadas que giram em torno da ideia de solidariedade. Ela se contrapõe ao individualismo utilitarista, que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009).

No contexto da América Latina, a noção de economia solidária é utilizada para identificar uma realidade heterogênea, a exemplo de ocupações autônomas, microempresas familiares, empresas associativas, organizações econômicas populares (OEP), empreendimentos de economia solidária, clube de trocas e recuperação de fábricas falidas (FRANÇA FILHO, 2001).

No Brasil, a economia solidária surgiu como uma forma de solucionar ou amenizar os problemas econômicos, concentrada em constituir uma sociedade ativa e participativa a partir de uma construção democrática de base. Assim como parte de um processo histórico que se caracteriza pela ampla mobilização da sociedade em torno de movimentos e lutas sociais, abarca os trabalhadores que estão em situação de desemprego ou na informalidade, excluídos pela economia de mercado (RELATÓRIO DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

Junto com a economia solidária, surgem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que abarcam inúmeras iniciativas, dificultando critérios claros para fins de distinção e classificação. Na conjuntura brasileira, a solução é se amparar em uma definição política comum de EES, com o intuito de demarcá-los das formas subordinadas ou de economias capitalistas e de realçar o sentido alternativo e transformador da economia solidária (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018).

Um dos pontos que emergem do debate brasileiro é a cultura de práticas assistencialistas. É um fator que, para além de questões como a fragilidade econômica, dificulta a sobrevivência de EES na economia de mercado e prejudica o desenvolvimento das ações de economia solidária enquanto organizações autogestionárias, emancipatórias e democráticas. O assistencialismo, em muitos casos, surge para auxiliar esses EES, principalmente quando estão incipientes; mas quando se perpetua, dependendo da forma como isso ocorre ou das metodologias utilizadas com os grupos, pode vir a dificultar a emancipação e fortificar o paternalismo dessas organizações (CUNHA, 2003).

Nesse ensejo, a emancipação social se revela nas diversas ações contra as normas arbitrárias e as hierarquias opressoras, promotoras de discriminação e desigualdade. A emancipação sugere associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos e em responsabilidades e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos (CATTANI, 2009).

Nos EES, a forma de gestão é participativa e emancipatória, em contraponto aos preceitos da "gestão vertical". É uma gestão na qual todos decidem juntos o processo de produção e comercialização e também participam de fóruns e de outras atividades que os tornem aptos para tomar as decisões em conjunto. A economia solidária opera de modo inverso ao da lógica de economia de mercado, pois seus princípios estão vinculados às necessidades dos integrantes em um sistema de cooperação, e não de mercantilização das relações.

Observa-se que a economia solidária vem se personificando em experiências multiformes, que possuem como ponto em comum a necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade e a preocupação com a disposição acelerada de mercantilização da sociedade, fomentada por uma certa hegemonia do pensamento neoliberal (FRANÇA, 2003). Nesse contexto de novas alternativas, as universidades brasileiras e da América Latina criaram iniciativas como: a formação de agentes comunitários de saúde, o Movimento Nacional de Alfabetização, a construção da Rede UNITRABALHO e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Em 1996, surge a primeira ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenada pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia (COOPE) (CRUZ, 2004). A COOPE/RJ deu início a um novo projeto de expansão das práticas universitárias de extensão, visando aos setores populares excluídos econômica, social, cultural e espacialmente, com o intuito de disseminar a economia solidária (BOCAYUVA, 2002).

Para Cruz (2004), as incubadoras surgiram numa conjuntura de desigualdade, no âmbito da extensão, para articular ensino, pesquisa e extensão de forma a interagir com a sociedade e suprir as demandas dessas comunidades, já aderidas a uma Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Na sequência, apresenta-se a problemática desta pesquisa inserida no contexto da economia solidária.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

A problemática desta tese surgiu da relação da pesquisadora com a temática da economia solidária desde a época da graduação, a partir de uma bolsa em um projeto de iniciação científica. Passados alguns anos, enquanto professora substituta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), participou de uma parceria entre as instituições de ensino Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), UNIPAMPA e Instituto Federal Rio-Grandense (IFSUL). Dessa parceria, decorreu a elaboração da proposta "Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em Santana do Livramento/RS", aprovada na chamada N°21/2015 do CNPq. O objetivo do projeto foi realizar a incubação de empreendimentos econômicos

solidários no município de Santana do Livramento/RS, por meio da realização de pesquisa, capacitação e prestação de assessoria técnica e tecnológica.

Durante o processo de participação como pesquisadora e responsável pelo Curso de Marketing para os EES, surgiram questionamentos que causaram inquietações: é possível emancipar os grupos? Será que a emancipação pode vir de fora, ser promovida por um terceiro? Como emancipar os grupos de economia solidária sem ser assistencialista? Os EES estariam ficando dependentes das metodologias? Estariam sendo utilizadas práticas assistencialistas, aumentando o risco de prejudicar sua emancipação?

Dessa experiência, algo continuou latente e não foi possível chegar a evidências consistentes em relação a essa questão, de modo que esses questionamentos e reflexões permaneceram. A partir disso, surgiram a curiosidade e a motivação para pesquisar mais sobre a emancipação em relação aos grupos de economia solidária. Portanto, a problemática surgiu de maneira "intuitiva compreensiva" para desvendar uma "evidência". "Toda interpretação, assim como toda ciência em geral, pretende alcançar "evidência". A evidência da compreensão pode ser de caráter (a) racional (e, neste caso ou lógico ou matemático), ou (b) intuitivamente compreensivo (emocional, receptivo-artístico)" (WEBER, 2004, p. 4). Além disso, outros questionamentos despontaram: seria possível que o problema de não se conseguir emancipar esteja na metodologia? Estariam os grupos sempre dispostos a serem emancipados? É possível emancipar alguém ou um grupo?

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária¹ (SENAES), em mapeamento realizado entre 2009 e 2013, foram identificados 19.708 EES no Brasil, com um percentual de 54,8% de empreendimentos desenvolvendo atividades rurais em áreas diversas. No Nordeste, o percentual é de 72,2% em atividades rurais. São inúmeras as iniciativas e os desenhos de análise que podem ser estabelecidos por diferentes grupos, uma vez que seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados e trabalhadores de mercado informais.

Uma vez emancipados, ou melhor, mais desenvolvido o processo de emancipação, os EES tendem a realizar uma significativa diferença em sua

¹ Último mapeamento realizado pela Secretaria de Economia Solidária (SENAES), antes de ser extinta no ano de 2016 no período do governo Michel Temer.

comunidade, diminuindo a desigualdade, criando alternativas de geração de renda e, conseqüentemente, diminuindo problemas sociais e até mesmo ambientais.

O presente estudo foi realizado na incubadora Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL). A escolha da TECSOL foi por ela fazer parte da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), que tem como objetivo principal a disseminação da economia solidária.

Entende-se que a economia solidária é um meio para os empreendimentos/grupos galgarem o processo de emancipação. Além disso, os grupos incubados são EES. A escolha dos grupos foi indicação dos próprios integrantes da incubadora TECSOL que, durante as entrevistas realizadas, indicavam alguns grupos que se destacavam no processo de emancipação. Os grupos escolhidos foram: o grupo de consumidores da Rede Bem da Terra e o grupo de produtores Germinar, participantes do grupo de produtores rurais da Rede Bem da Terra.

Portanto, perante a importância desses EES para a sociedade, dentro dessas reflexões teóricas e empíricas, surge o problema de pesquisa: **como se configura o processo de emancipação de grupos alicerçados na economia solidária?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de emancipação de grupos de consumidores e produtores rurais vinculados à incubadora TECSOL e alicerçados na economia solidária.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o processo histórico da Rede Universitária de ITCPs;
- Descrever a trajetória da incubadora TECSOL, da Rede Bem da Terra de consumidores e da Rede Bem da Terra de produtores;
- Identificar as categorias que preponderam em relação ao processo de emancipação da TECSOL, do grupo de consumidores e grupo de produtores;

- Construir a figura analítica do processo de emancipação de grupos incubados na perspectiva da economia solidária.

1.3 JUSTIFICATIVA

A contribuição deste trabalho está alicerçada na importância da economia solidária em uma sociedade que procura superar os problemas advindos de uma economia capitalista de mercado consolidada no lucro. Dentre esses problemas, destaca-se a exclusão dos pequenos produtores frente à competição acirrada, estimulada pelas grandes empresas e multinacionais, cujo poder de barganha é consideravelmente maior.

A economia solidária surge nesse contexto como uma alternativa para superação da desigualdade socioeconômica que se evidencia nos países da América Latina, principalmente no Brasil, conhecido como um dos países onde a desigualdade social é uma das mais acentuadas do mundo. O sistema de mercado atende a uma limitada necessidade humana, havendo outras necessidades que o mercado não consegue suprir. Ou seja, a racionalidade instrumental e o mercado não servem como categorias gerais de análise de todas as economias. "Polanyi cunhou a expressão concepção substantiva, a qual concentra o interesse sobre os valores, a motivação e a política" (SERVA, 1997).

A relevância deste estudo para o campo das ciências administrativas está em aproximar temáticas e objetos de estudo que, em certa medida, estão fora do *mainstream* da Administração. Organizações alternativas, como as que se vinculam à economia solidária, são de suma importância para a sociedade e podem ser potencializadas pelo aparato de conhecimentos, metodologias e ferramentas da administração, auxiliando sobremaneira na organização da gestão.

Porém, há de se ter um cuidado na questão gerencialista, a razão instrumental que predomina na Administração, e em como relacionar esse saber formal ao saber popular sem prejudicar a emancipação dos EES. Guerreiro Ramos (1989) ressalta que o predomínio da razão instrumental nas organizações produtivas engendra uma sociedade centrada no mercado, produzindo uma teoria organizacional incapaz de ensejar espaços sociais gratificantes aos indivíduos (SERVA, 1997).

A administração sempre foi desde seus primórdios, concebida como ciência originária da esfera "formal" da economia e destinada ao estudo das organizações que compõem esta esfera. Assim a ciência econômica tradicional e as principais teorias das organizações deixaram de focar, em suas pesquisas, as organizações que, de certa maneira, se colocavam a margem da esfera institucionalizada e cujo funcionamento não correspondia aos padrões estabelecidos nas teorias. (ANDION, 2005, p. 86)

Conforme Tenório (2005), a gestão estratégica e a gestão social possuem diferenças. A primeira atua determinada pelo mercado e é um processo de gestão que prima pela competição, em que há um concorrente que deve ser excluído em razão do lucro. De modo oposto, a gestão social é determinada pela solidariedade, sendo um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído em razão da solidariedade. Enquanto na gestão estratégica prevalece o monólogo — o indivíduo —, na gestão social, deve se sobressair o diálogo — o coletivo.

Em pesquisas nas bases de dados reconhecidas, foi evidenciado que ainda é escassa a produção acadêmica que trata da questão da emancipação nos EES incubados, pois não há uma preocupação em relação aos desafios no processo de emancipação. Ao pesquisar no portal *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, o tema "economia solidária" apresentou 135 artigos no Brasil. Quando filtrado para área de ciências sociais aplicadas, o montante ficou em 75 artigos, dos quais apenas 20 estavam em periódicos de Administração e Administração Pública. Os outros estavam, em sua maioria, nos periódicos das áreas interdisciplinares.

Posteriormente, foi adicionado o tema incubação, e o resultado de artigos no total foram seis, sendo quatro nas ciências sociais aplicadas e dois relacionados à área de Administração. Já quando a pesquisa relacionou economia solidária e emancipação, apareceram cinco artigos, sendo apenas um pertencente à área da Administração.

Além disso, a pesquisa contribuirá com o processo emancipatório de EES, identificando elementos, categorias preponderantes para o processo, principalmente de empreendimentos incubados. Pois no começo do processo de incubação, os empreendimentos/grupos são incipientes, há uma demanda de vários aspectos, que vão além da questão econômica e ainda estão alicerçados numa lógica da economia

capitalista, ou seja, numa outra perspectiva que não se enquadra na economia solidária, dificultando, portanto, o processo emancipatório.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, e inicia-se com a introdução (capítulo 1), em que há a contextualização do tema, objetivos, problemática e justificativa do estudo. Na sequência, o referencial teórico (capítulo 2) apresenta uma revisão sobre as temáticas economia substantiva, economia solidária e emancipação. A seguir, nos procedimentos metodológicos (capítulo 3), apresenta-se o aporte teórico-metodológico, a coleta de dados, a escola do campo e análise dos dados. Posteriormente, os resultados (capítulo 4), que são compostos pela caracterização e histórico da Rede Universitária de ITCPs, caracterização e histórico da incubadora TECSOL, caracterização da Rede Bem da Terra de consumidores e produtores, categorias emancipatórias do Grupo de Consumidores, categorias emancipatórias do Grupo de Produtores e a construção da figura analítica. Por fim, as considerações finais (capítulo 5) da tese.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a base teórica deste estudo e está organizado em três seções. A primeira seção apresenta discussões acerca da economia de mercado e sua desvinculação da sociedade, tendo como base a obra de Polanyi. A segunda está alicerçada na economia solidária e centralizada nos seus conceitos, na sua construção histórica e nas formas de organização. E na terceira seção, versa-se sobre a temática de emancipação.

Por fim, ao final das seções sobre economia solidária e emancipação, serão definidas categorias que serão unidas no intuito de criar um quadro de categorias *a priori*. Esse quadro será utilizado para a construção do quadro analítico que atenderá ao objetivo geral.

2.1 ECONOMIA SUBSTANTIVA

A obra de Karl Polanyi (2012), intitulada *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, tem como tese central uma crítica ao mercado que se autorregula, ao qual o autor se refere como uma ideia puramente utópica. Polanyi é um autor multidisciplinar, com contribuições para Antropologia, Ciências Sociais, Economia e, principalmente, Sociologia Econômica (MACHADO, 2009):

Polanyi adota uma visão unitária no que se refere a sociedade e as ciências sociais, devemos também, para lhe fazer justiça, adotar uma visão unitária do seu esforço para compreender a sociedade através de uma ciência social unificada. É precisamente este esforço de Polanyi que constitui a sua maior contribuição. O esforço concreto para aplicar esta abordagem ao conjunto fático dos dados sociais é relativamente raro. Assim, a distinção que Polanyi merece neste âmbito é tripartida: ele não se concentra num pequeno problema, mas toma o fenômeno da sociedade no seu todo e toda a história da sociedade moderna com o seu objeto de análise; ele usa dados e hipóteses de um grande número das disciplinas sociais tradicionais, antropologia, sociologia, ciência política, história filosofia social, psicologia social, economia. Ele procura um sistema unificado de teorias explicativas, ao invés de um número limitado de generalizações possivelmente descoordenadas. Este caráter distintivo coloca Polanyi de tal maneira em evidencia, que ele deve ser visto como o fundador, ou pelo menos com um profeta, de algo verdadeiramente novo. Ele delineou os princípios de um sistema econômico completo, mediante o qual o homem pode prever e controlar o seu futuro social. (SIEVERS, 1949 apud MACHADO, 2009, p. 2).

No primeiro momento, o desenvolvimento de suas ideias se fundamenta em questões históricas, no período entre o século XVIII e XIX, mais precisamente na

Inglaterra, onde surgiu o mercado autorregulado. Em seguida, apesar de não deslocar o foco da parte histórica, o autor assume uma atitude antropológica, procurando manifestar algo sobre a natureza humana e sobre as relações a partir da análise da sociedade pré-moderna. Nesse contexto, compreende um ponto relevante em relação à natureza humana, a "não modificação do homem como ser social". Nesse fato, a imbricação da economia na sociedade, ou melhor, das atividades econômicas nas relações sociais, seria um traço da conduta humana que surge em toda a sua história em sociedade (CUNHA, 2012).

Para Polanyi (2012), na geração de Adam Smith, os economistas clássicos declaravam a propensão do homem baseada na lei de mercado, abandonando qualquer interesse na cultura do homem "não civilizado". Isto é, as civilizações primitivas não deveriam fazer parte da mente científica, acentuando as diferenças entre povos "civilizados" e "não civilizados", principalmente no que tange à economia; ou seja, uma modificação do homem como ser social (POLANYI, 2012). O controle do sistema econômico pelo mercado tem como pressuposto conduzir a sociedade como se fosse um acessório do mercado, ou seja, as relações sociais estão embutidas no sistema econômico. "A sociedade tem que ser modelada permitindo que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis, ou seja, uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado" (POLANYI, 2012, p. 60).

O argumento basilar de Polanyi é de que a economia capitalista se desvincula da sociedade, diferentemente de todas as economias do passado, que eram radicadas nas relações sociais, para as quais a economia não constituía um campo individual determinista do destino dos seres humanos (MACHADO, 2009). De acordo com Polanyi (2012), a economia de mercado é um sistema econômico regulado e dirigido estritamente por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é acreditada a essa estrutura autorregulável. Portanto, uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de tal maneira, ou seja, que galguem o mais elevado ganho monetário.

Além disso, a relação do homem com a natureza também foi afetada pela economia de mercado. Isso significa que o homem e a natureza, através desse mecanismo autorregulador, têm de se sujeitar à oferta e à procura, e nesse sentido, são conduzidos como mercadorias, como bens produzidos para a venda: "O homem, sob o nome de mão de obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda" (POLANYI, 2012, p. 146). A força do trabalho podia ser comprada e vendida a

um valor chamado salário, e o uso da terra podia ser comercializado a um valor chamado aluguel (POLANYI, 2012). Além disso, a produção, teoricamente, podia ser organizada dessa forma, já que a ficção da mercadoria menosprezou o fato de que deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los.

Nesse contexto, o princípio da autorregulação e da não interferência no mercado separou o trabalho das outras atividades da vida, "foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista" (POLANYI, 2012, p.183). É importante salientar que a crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia, mas pelo fato de se basear no autointeresse, uma vez que, de certa forma, toda e qualquer sociedade deve se basear na economia. Os pensadores do século XIX supunham que o homem só visava ao lucro em sua atividade econômica, o qual tenderia a dirigir-se por uma racionalidade econômica, e todo comportamento contrário seria o resultado de uma interferência externa (POLANYI, 2012).

Karl Polanyi contestou a definição de *Homo Economicus* como satisfação das necessidades em situação de escassez, e então, o autor substituiu essa definição formal da economia por outra, a substantiva. Ou seja, para sobreviver, os homens dependem da natureza e dos outros homens. Ele define a economia como um tipo de atividade incluída em uma ação humana mais ampla, destinada a garantir a subsistência, caracterizada por uma interação institucionalizada que recorre a meios materiais em um contexto natural e relacional (LAVILLE, 2016).

Nesse sentido, a economia caracterizada como substantiva, fundamentada em um processo de influência mútua entre o homem e o seu ambiente, procede em uma contínua oferta de meios para satisfazer suas necessidades, aplicável em um caráter universal (MACHADO, 2009):

Ao invés de "naturalizar" ou "absolutizar" o mercado, a perspectiva substantiva, ao admitir a pluralidade dos princípios de comportamento econômico, fornece as bases para pensar uma possível democratização da economia. Nesse sentido, podem ser consideradas regulamentação democrática do mercado: a estruturação de financiamentos de redistribuição por uma autoridade pública democrática; a afirmação de formas de reciprocidade baseadas em relações igualitárias. Quanto mais legítima a pluralidade de lógicas econômicas, mais a revitalização do político tem chances de se tornar realidade (LAVILLE, 2016, p. 373).

Ao estudar o lugar ocupado pela economia nas sociedades humanas, percebe-se que há uma grande variedade de instituições para além dos mercados, em que o sustento do homem tem conexão. Desta forma, os seus problemas não podem ser encarados com um método analítico desenvolvido de uma economia dependente de elementos específicos de mercado (MACHADO, 2009).

Nesse contexto surgiu o movimento “coletivista”, não foi concebido por preferências socialistas, tampouco pelo nacionalismo por parte dos interesses envolvidos, mas impulsionado pela abrangência dos interesses sociais vitais, afetados pela ampliação do mecanismo de mercado:

Os modismos intelectuais não desempenharam qualquer papel nesse processo; de fato, não havia lugar para o preconceito que o liberal vê como força ideológica por trás do desenvolvimento antiliberal (POLANYI, 2012, p.162).

A economia de mercado tornou-se insustentável, ou seja, os recursos não são inesgotáveis e a desigualdade socioeconômica, principalmente nos países de terceiro mundo, cresce assustadoramente; assim, questiona-se o crescimento econômico como única via de desenvolvimento e felicidade. Desse contexto, emerge a necessidade de uma economia plural, de outras formas de crescimento econômico, de comercialização, de produção, dentre outros mecanismos (FRANÇA FILHO, 2003).

A sociedade centrada no mercado, mais de duzentos anos depois do seu aparecimento, tem mostrado suas limitações e sua influência desfigurada da vida humana como um todo (GUERREIRO RAMOS, 1989). Na economia centrada no mercado, quando o trabalhador não tem mais como vender sua força de trabalho, ou quando ela não "serve mais", ele fica à margem da economia, o que, conseqüentemente, repercute em sua vida social, por estar desprovido de qualquer direito.

Nessa conjuntura, segue-se para a próxima seção, que traz a temática da economia solidária. Karl Polanyi em nenhum momento menciona essa economia, mas é possível visualizar que muito do que é citado pelo autor, principalmente quanto a essa relação entre economia e sociedade, não pode estar desvinculada da vida humana. Essa economia que permeia as relações humanas, mas que não as torna em "acessórios" e sim em parte dela, vem ao encontro da economia solidária.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este tópico busca compreender a concepção histórica da economia solidária, assim como seu conceito, as nuances entre a economia social, solidária e popular. Além disso, intenta evidenciar suas diferenças, origens e formas de percepções.

A evolução da economia social, do ponto de vista acadêmico, distingue-se por alguns períodos marcados pela Revolução Francesa, quando iniciou o movimento associativo ligado ao proletariado e às organizações trabalhadoras como forma de resistência. Nesse contexto, surgiram com o intuito de potencializar empregos e reduzir desigualdades. Assim como, com o fim da Comuna de Paris, as instituições de economia social foram se ampliando, os movimentos associativos operários, determinados pelas correntes que, na época, se afirmavam contrárias ao *status quo* dominante (marxismo, anarquismo e socialismo revolucionário) também cresceram. Porém, no período entre 1901 a 1945, em um contexto de movimentos totalitários como o fascismo e o nazismo, o movimento associativo sofre um enfraquecimento, fragmentando-se. E ainda, após a Segunda Guerra Mundial, com a intervenção do Estado no mercado e nos problemas socioeconômicos, o conceito de economia social acabou dispersando-se (CAEIRO, 2008).

Para França Filho (2002), as noções de economia social e solidária são sucessoras de uma tradição histórica comum, que se pautam no movimento associativista operário em meados do século XIX na Europa, voltado para uma dinâmica de resistência popular, o que fez emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação. O mesmo autor constata que, dessas questões de luta política, provêm as experiências de economia social vinculadas à relação do direito ao trabalho, ou seja, as experiências gestoras que nasciam eram uma forma de resistência ao trabalho assalariado instituído pela empresa capitalista, à super exploração dos trabalhadores e ao desemprego em massa. Ao longo da história, essas práticas sofreram modificações por forças de uma profissionalização na gestão com lógica funcionalista, impostas pelo poder público ou adotadas do campo mercantil (FRANÇA FILHO, 2001).

Nessa conjuntura surge a organização cooperativa, mutualista e associativa, com estatutos jurídicos específicos, refletindo a integração dessas iniciativas de economia social e economia mercantil. Assim, a economia social se torna

institucionalizada com caráter tecnoburocrático, em que seu papel se limita a uma extensão do Estado (FRANÇA FILHO, 2001). Caeiro (2008) aponta que a economia solidária surge interligada à doutrina social da igreja, como uma economia alternativa, envolvida com a intervenção ecológica, o desenvolvimento local e a autogestão como forma de organização interna. Além disso, iniciou-se na França com a criação da Agência de Ligação para o Desenvolvimento de uma Economia Alternativa (ALDÉA), mas também era conectada ao setor cooperativo e associativo, agenciando o financiamento de microprojetos artesanais.

Nesse sentido, em países com tradição cooperativista como a França, Espanha e Itália, a economia solidária às vezes é chamada de economia social, o que não a qualifica com o mesmo significado. Além disso, a diferença entre economia social e economia solidária é mais significativa na França, onde a economia solidária é condicionada ao papel de solucionar questões emergenciais para população de baixa renda, e a economia social, direcionada à competição técnica e competitividade no mercado (CUNHA, 2003). Portanto, a economia solidária ressurge trilhada nos movimentos sociais europeus para questionar a economia social em vias de se desvirtuar dos princípios democráticos e de se confundir com mera compensação aos efeitos sociais da economia de mercado (CUNHA, 2003).

Enquanto questão terminológica a economia solidária organiza-se, no início dos anos 90 na França, proveniente das pesquisas desenvolvidas no *CRIDA* em Paris (*Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando responder ao desenvolvimento do fenômeno de propagação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa. Essas iniciativas são, em grande maioria, formalizadas como associativistas que buscam suprir algumas problemáticas locais (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Esses mesmos autores salientam que a expressão economia solidária indica duas noções historicamente separadas: a solidariedade e as atividades econômicas, sugerindo a inclusão e aproximação de ambas. Com esse intuito, a economia solidária propõe uma nova relação entre economia e sociedade, apresentando um estatuto diferente das empresas capitalistas, trazendo uma nova possibilidade para o indivíduo viver em sociedade. Isto é, não centralizada no Mercado e Estado, pois articula diversas formas de captação de recursos, denominada como uma economia híbrida

“a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não mercantil e não monetária” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 55).

A economia híbrida configura inúmeras possibilidades de experiências de economia solidária como: venda de produtos, prestação de serviços, trabalho voluntário e subsídios públicos (FRANÇA FILHO, 2001). Para este mesmo autor, outra questão que diferencia a economia solidária da economia de mercado é a questão da demanda e oferta, construída junto com os grupos locais participantes das experiências a partir da real demanda desses grupos, e não de uma demanda criada pela lógica da economia de mercado.

Na Europa, as formas assumidas pelas experiências de economia solidária são bastante diversas: de creches parentais, passa por empresas sociais, sociedades de crédito, até os chamados clubes de troca ou as organizações de autoprodução coletivas (FRANÇA FILHO, 2001). Cabe ressaltar que a economia solidária não substitui o Estado pela sociedade civil, mas mobiliza a solidariedade democrática, e a solidariedade redistributiva por uma mais recíproca, com o intuito de reforçar a auto-organização da sociedade. Nesse contexto, o debate político não pode esquecer as realidades econômicas, sendo exatamente o descompasso entre o horizonte de uma democracia não excludente e o reforço das desigualdades sociais e sexuais que, no começo do século XXI, assim como no século XIX, explana a existência de ações coletivas que procuram uma democratização da economia e da sociedade (LAVILLE, 2016):

As iniciativas de economia solidária vêm questionando a capacidade do Estado para diminuir os efeitos do mercado e propõem o fortalecimento da sociedade organizada como forma de promover desenvolvimento e democracia. O tema não é novo no pensamento político: em *A democracia na América* (1835), Alexis de Tocqueville já enfatizava a importância das associações civis para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Nas primeiras décadas do século XX, Antônio Gramsci desenvolveu o conceito de sociedade civil dentro da perspectiva marxista, distinguindo-o do conceito de sociedade política (o Estado). Já a noção contemporânea de sociedade civil estabeleceu uma contraposição não só em relação ao Estado, mas também ao mercado, o que se deve em grande parte as formulações teóricas de Jurgen Habermas. (CUNHA, 2003, p. 49).

Cunha (2003) ressalta que o cooperativismo teve relação com as ideias de socialistas chamados “utópicos”², como Saint Simon, Roberto Owen, Pierre Joseph

² Foi denominado “socialistas utópicos” por opositores Marxistas, a crítica aos “utópicos” vem do fato de seus teóricos exporem seus princípios de uma sociedade ideal sem indicar os meios para alcançá-la. Os socialistas utópicos acreditavam que a implantação do sistema socialista ocorreria de forma lenta

Proudhon, Charles Fourier e outros, auxiliando na organização de empresas com características opostas ao capitalismo. A economia solidária teve aporte teórico desses autores, mas contou com o suporte especialmente das experiências associativas desenvolvidas na prática pelos trabalhadores, desde a época dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (considerando os primeiros a reunir de modo sistematizado os princípios do cooperativismo, em 1844) (CUNHA, 2003).

Portanto, a economia solidária vai além do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática. Ou seja, são experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas (SOUZA, 2003). Nos anos 70 e 80, houve uma multiplicação de empreendimentos sob a forma de cooperativas, em que trabalhadores investiram na criação do seu próprio emprego, aparecendo mais fortemente na Grã-Bretanha, Itália, França e Canadá (Quebec), caracterizados, principalmente, pela retomada de trabalhadores, advindos de empresas ameaçadas de fechamento (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

O cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus não ibéricos, e tornou-se a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo (SINGER, 2002). Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e geraram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. As cooperativas agrícolas se ampliaram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais (SINGER, 2002). A crise social das décadas de 1980 e 1990 acarretou desemprego em massa e uma marcante exclusão social. Nesse cenário, a economia solidária emergiu no Brasil, assumindo a forma de cooperativas (diferentes das originadas pelos emigrantes europeus, pois eram autogestionárias) ou associações produtivas (SINGER, 2002).

A partir disso, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Uma boa parte dos PACs transformou-se em unidades de economia solidária, algumas dependentes da ajuda caritativa, outras conseguiram consolidar-se economicamente através da venda de sua produção. Há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores

e gradual, estruturada no pacifismo, com imposições da realidade de conquistas sociais a classe dominante.

Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra (SINGER, 2002). Outra modalidade foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir pelos seus trabalhadores, que as restabeleceram como cooperativas autogestionárias, o que gerou a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) (SINGER, 2002).

Uma outra forma de organização da economia solidária no Brasil é representada pelas cooperativas e grupos de produção associados, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Em 2001, no primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, foi lançada a Rede Brasileira de Economia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária de todo o país (SINGER, 2002).

No Brasil há diversas iniciativas no campo da Economia Solidária, que se configuram em diversas formas, como associações, movimentos e cooperativas, que surgiram a partir do ideário de suprir problemas como o desemprego, apresentando-se como alternativas para sobreviver em meio às grandes corporações.

A economia solidária é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, a desregulamentação da economia e a liberalização dos movimentos do capital, nos diversos países; desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não tem possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero, etc. (SINGER, 2002, p. 117).

As densas diferenças regionais, seja no contexto econômico, cultural ou social, dificultam a empreitada de pensar em uma economia solidária brasileira, ao passo que isso exige uma complexidade na maneira de entender essa realidade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). A primeira pesquisa realizada no Brasil concluiu que a economia solidária não era reação ao desemprego. Ao contrário, sua manifestação se explicaria por um conjunto de fatores, como as relações de sintonia existentes entre os trabalhadores que tomam parte de tais iniciativas e o valor que atribuem às alternativas de trabalho que não os submetem ao jugo direto das relações assalariadas (GAIGER; FERRANI; VERONESE, 2018).

É importante destacar a concepção política a partir da qual a economia solidária recria princípios cooperativistas e auto gestionários constituídos na sua aceção por experiências associativistas de trabalhadores europeus no século XIX

(CUNHA, 2003). Na visão de França Filho (2003) as experiências de economia solidária supõem uma articulação específica entre as esferas econômica, social e política. Trata-se de uma forma de economia que, em vez de se constituir como um setor à parte, apresenta muito mais vocação para interagir com as formas econômicas dominantes (Estado e Mercado). A pluralidade da economia solidária se expressa em numerosos critérios e experiências, que articulam distintas fontes de recursos oriundos de instituições governamentais – ou não governamentais – e de práticas voluntárias de fazer economia em seus diversos estágios de produção, distribuição, consumo e pós-consumo (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004):

Os empreendimentos de economia solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre as três fontes de recursos, que representam três princípios de comportamento econômico e refletem três lógicas de ação que atravessam a dinâmica da iniciativa (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004, p. 167).

Esses mesmos autores ressaltam que o princípio de reciprocidade tende a exercer um desempenho significativo no jogo de tensão que caracteriza os empreendimentos, no entanto, nos casos em que os recursos ao mercado ou aos poderes públicos são preponderantes nas iniciativas, inclinam-se a uma disposição à descaracterização enquanto economia solidária (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A economia solidária não é uma panaceia. Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao lado do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores (SINGER, 1999, p.10).

A economia solidária propõe-se a desenvolver experiências de pessoas em comunidade, onde o valor da dignidade do ser humano é colocado diante do dinheiro, a propriedade é social, a organização e a tomada de decisão são democráticas; há um processo de educação e treinamento, procura-se desenvolver uma cultura de negócios, de respeito e prática de interculturalidade, de responsabilização, equidade de gênero, mecanismos de representação transparentes e eficazes, e consciência da inter-relação com todos os seres vivos que habitam a Mãe Terra (GÓMEZ, 2014).

Cabe ressaltar que a sociedade sempre desenvolveu formas de solidariedade para enfrentar a pobreza, ou seja, a solidariedade vinculada a questões econômicas não é algo novo, assim como essas configurações de enfrentamento por meio de

atividades produtivas como forma de ampliação de práticas de solidariedade familiares e/ou comunitárias, chamadas de economia popular (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004):

O conceito de economia popular, trata-se da produção e desenvolvimento de atividades econômicas sob uma base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local, mas que muitas vezes pode até articular-se com o plano institucional, ou seja, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob forma de assessoria técnica, que, na prática, frequentemente acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 162-163).

Segundo França Filho e Laville (2004), é importante realizar uma distinção entre economia popular e economia solidária, uma vez que a principal diferença entre ambas é a questão da amplitude. Para eles, a economia popular perpetua no âmbito na comunidade, representando apenas uma extensão da unidade familiar; possui um nível precário de estruturação interna, um nível baixo de interação e articulação com ambiente e atores externos. Já a economia solidária orienta-se para uma reprodução ampliada, ou seja, além das questões de renda, expande sua orientação para reivindicação de direitos e de emancipação política, social. É importante ressaltar que a economia solidária pode ser popular, mas nem toda economia popular é solidária, pois existe muita reprodução do *modus operandi* do sistema capitalista dentro desse universo. O Quadro 1 sintetiza as categorias preponderantes do tópico da economia solidária.

Quadro 1 – Categorias da economia solidária

(continua)

Categorias	Conceito	Autores
Resistência	Resistência dos trabalhadores a empresas capitalistas vinculadas à exploração dos trabalhadores. Trabalhadores encontram alternativas de trabalho que não estão submetidas às relações assalariadas.	França Filho (2001 e 2002) Gaiger, Ferrani e Veronese (2018)
Valores coletivistas	Organizações baseadas em valores coletivistas. Novas possibilidades de os indivíduos viverem em sociedade. Ações coletivas que buscam uma democratização da economia e sociedade.	França Filho e Laville (2004) França Filho (2001 e 2002) Souza (2003)

Quadro 1 – Categorias da economia solidária

(conclusão)

Dimensão social	Formas de suprir as desigualdades sociais e a exclusão social.	França Filho (2003) e Singer (2010)
Dimensão política	Reivindicação de direitos, de emancipação política e social. Princípios cooperativistas e autogestionários vinculados às experiências de luta política de trabalhadores europeus do século XIX.	França Filho (2003) França Filho e Laville (2004) Cunha (2003)
Dimensão econômica	Pluralidade econômica que se expressa em inúmeras fontes de recursos.	França Filho e Laville (2004)
Tomada de decisão democrática	Experiências de organizações nas quais a tomada de decisão é democrática.	Gómez (2014)
Solidariedade	Solidariedade democrática e a solidariedade redistributiva com o intuito de reforçar auto-organização da sociedade. Relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores.	Laville (2016) Singer (1999)

Fonte: Elaborado pela autora

Diversas definições, conceitos e princípios norteiam a economia solidária. A questão histórica distinta entre os países da Europa e América Latina é preponderante nas formas e objetivos constituidores das organizações, empreendimentos ou grupos de economia solidária. Em síntese, como é possível identificar no Quadro 1, os principais elementos da economia solidária estão atrelados às questões social, econômica, política, às relações de solidariedade e cooperação.

2.2.1 Formas de Organizações de economia solidária

A materialização da economia solidária se dá por meio de várias formas, desde empreendimentos de economia solidária, cooperativas populares, clube de trocas, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a depender do país, das suas características sociais e econômicas (SOUZA, 2003). No Rio Grande do Sul, a Cáritas articula uma rede estadual de PACs (Projetos Alternativos Comunitários), termo empregado para indicar o empreendimento solidário. Além disso, há o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária, que realiza Feiras em Porto Alegre e em municípios no interior do estado do Rio Grande do Sul, com destaque para Santa

Maria, onde já se formou um sistema de distribuição de produtos agrícolas direto ao consumidor, o Shopping Popular Solidário (SOUZA, 2003).

Na perspectiva de Gaiger e Veronese (2018), os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) podem ser definidos como uma forma de organização econômica constituída por associação de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou instigados pela potência de suas convicções, que se baseiam nos princípios de autogestão, viabilidade, cooperação e eficiência, na busca por alternativas coletivas de subsistência. O projeto de Lei 4.685/2012, no seu art. 4º considera como EES as organizações que possuam concomitantemente as seguintes características:

I- Ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural; II- Exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência; III- Ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou associados exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania assemblear e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno; IV- Ter seus associados direta ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social; V- Distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo; VI – Realizar pelo menos uma reunião ou assembleia trimestral para deliberação de questões relativas a organização das atividades realizadas pelo empreendimento; VII- Destinar parte do seu resultado operacional líquido para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação, no desenvolvimento comunitário e para a formação política, econômica e social dos seus integrantes (GAIGER; FERRANI; VERONESE, 2018 p. 142).

França Filho e Laville (2004) sugerem cinco traços peculiares das iniciativas de economia solidária, que são: sobre a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Esses cinco traços são:

A Pluralidade de princípios econômicos articula distintas fontes de recursos, através da venda e prestação de serviços, os poderes públicos através de várias fontes de subsídios, oriundos de instituições não governamentais e governamentais, trabalho voluntário e as mais diversas formas de troca. Os empreendimentos de

economia solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre as três fontes de recursos, ou seja: mercantil, não mercantil e monetária.

A Autonomia Institucional, isto é, uma autonomia de gestão dos empreendimentos que não evita uma relação entre outras organizações e algumas vezes até mesmo uma interdependência.

Uma Democratização dos processos decisórios, em que prevalecem decisões internas baseadas no ideal de participação democrática dos associados. Contrapõe-se a formas de heteronomia na gestão dos empreendimentos ou iniciativas, em que prevalece a autogestão.

A Sociabilidade comunitário-pública, que mistura padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais. Caracteriza-se como um experimento de combinação entre a valorização das relações comunitárias e do princípio de singularidade.

Por fim, uma Finalidade multidimensional, que vai além de questões internas dos seus membros, projetando-se em espaços públicos, envolvendo-se em questões que estão na comunidade, na sociedade, questões de âmbitos públicos mais abrangentes (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Na Europa, o discurso da solidariedade surge em questões como consumo crítico ou responsável e comércio solidário justo ou equitativo (*fair trade*), onde existem várias organizações destinadas à promoção do comércio entre os países consumidores do Norte e os países produtores do Sul (privilegiando a compra de bens produzidos por cooperativas ou associações, sem exploração social, o que em geral é garantido por cooperativas ou associações por "selos solidários") (CUNHA, 2003). Outra experiência é a dos clubes de troca, com início em *British Columbia* no Canadá, nos anos 80, com o nome de *Local Employment e Trade System* (LETS). Atualmente existe em outros países e incide na troca de bens de consumo ou serviços entre pessoas de uma comunidade com o uso de uma moeda local. Os clubes de trocas começaram suas atividades no Brasil em 1998, na periferia Sul da cidade de São Paulo, entusiasmados pelos Clubes de Troca da Argentina, onde já se somam mais de 60 mil unidades (SOUZA, 2003).

Nessas diversas experiências, se sobressaem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) em várias universidades do país, tanto públicas quanto privadas. A precursora desse modelo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da

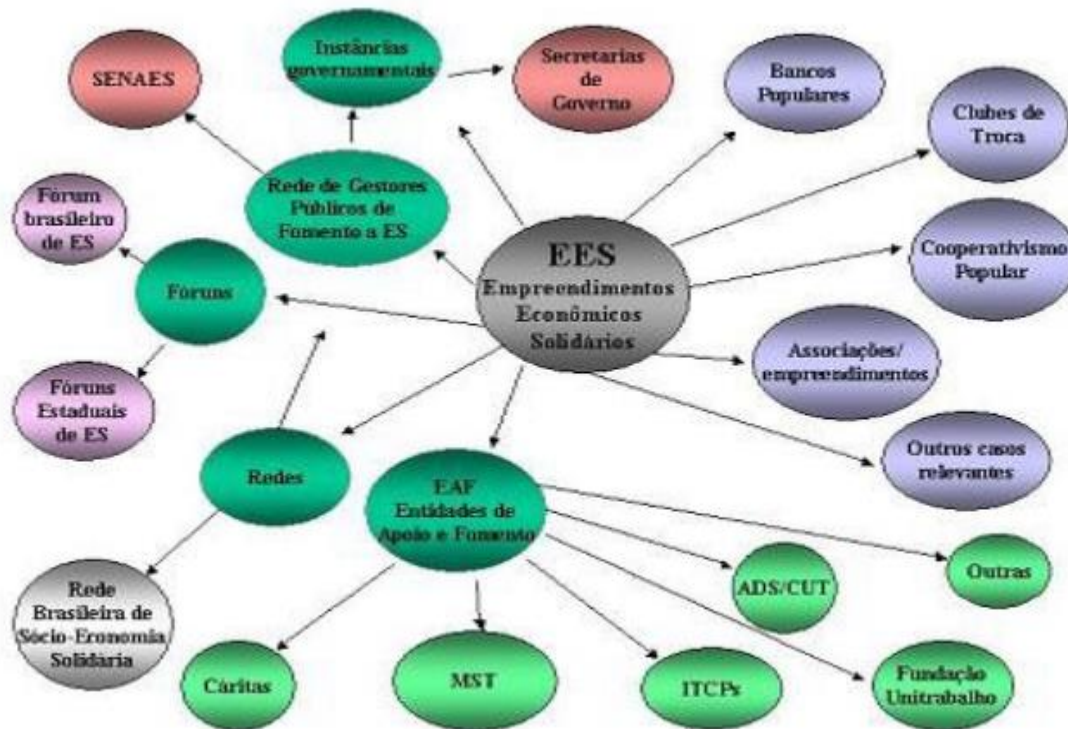
COPPE, e, em São Paulo, a Universidade de São Paulo (USP), põem à disposição da sociedade um conhecimento multidisciplinar tecnológico, uma reflexão teórica e uma postura política que objetiva restituir, de certa forma, a verba com que a população contribui por meio da arrecadação do Estado, e favorece o sistema gratuito de educação, que não chega à maioria (MOREIRA, 2003).

As ITCPs implementam experiências inovadoras, procurando adaptar a teoria, a história, os princípios e a filosofia do cooperativismo ao momento atual desemprego, ao movimento de cooperativismo de trabalho, tentando criar experiências e desenvolver modelos justos e eficazes frente ao atual paradigma da flexibilização das relações de produção, para combater a perpetuação da pobreza e da precarização da força de trabalho (MOREIRA, 2003, p. 207).

Cada incubadora experimenta estratégias, métodos e múltiplas atividades nos processos de incubação que realiza junto a cada cooperativa. O processo de incubação de um empreendimento/cooperativa numa ITCP geralmente oferece infraestrutura, espaço com telefone, internet, computadores, salas para receber clientes e também proporciona reuniões, com trocas de experiências pelos grupos (MOREIRA, 2003). Todo processo de incubação é uma nova experiência que mantém a metodologia em constante avaliação e evolução, de modo que o tempo de incubação varia, sendo em alguns casos períodos menores e em outros, maiores. A intenção é de que, ao final da incubação, o empreendimento/cooperativa esteja consolidado e apto para seguir independente (MOREIRA, 2003).

No Brasil, pela sua extensão e diversidade econômica, social e cultural, a economia solidária se manifesta de inúmeras maneiras, conforme a figura 01.

Figura 1 – Desenho do campo da economia popular e solidária no Brasil



Fonte: França Filho, 2006

Algumas iniciativas germinam no processo de incubação, enquanto vinculadas às Instituições de Ensino Superior (IES) por meio de ITCPs, Incubadoras Sociais. Em relação ao propósito inicial desses empreendimentos, variam entre questões sociais, econômicas e políticas; essas iniciativas possuem características como o coletivo, a gestão participativa/democrática, a emancipação, e a autogestão.

2.3 EMANCIPAÇÃO

Emancipação é uma palavra pronunciada facilmente e, ao mesmo tempo, difícil de conceituar, de caráter polissêmico, caracterizando-se como um vocábulo que perpassa várias áreas do conhecimento, desde uma concepção formal atrelada ao direito civil até questões políticas, sociais, filosóficas, educacionais. O verbo emancipar é proveniente do termo latino *emancipare*, de *ex* (fora de, não mais) e de *manicipium* (escravo, indivíduo dependente) (CATTANI, 2009). No direito, o termo está atrelado a questões como responsabilidade civil, emancipação voluntária, involuntária, ou seja, a antecipação da capacidade plena, a liberdade concedida,

alcançada ou conquistada. Por séculos o termo era usado para se referir a situações de indivíduos ou pequenos grupos (CATTANI, 2009): “Emancipar constitui livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito” (CATTANI, 2009, p. 175).

O mesmo autor evidencia que o conceito de emancipação na filosofia agrega-se à ampliação do apropriado entendimento que permitiria uma liberação abstrata na esfera da política. No entendimento Kantiano, a emancipação permite a utilização livre e pública da razão, baseando-se em princípios morais válidos para o indivíduo e para sua relação com a sociedade (CATTANI, 2009).

No entanto, para Marx há diferenças no contexto de emancipação, ou seja, a emancipação política e a emancipação humana, sendo a emancipação humana inserida em um processo maior, que é a transição de um modo de produção para outro (IASI, 2011). Significa dizer que é “uma classe contra o capital que é capaz de anunciar um novo tipo de sociabilidade humana finalmente emancipada” (IASI, 2011, p. 8).

Nesse sentido, a consciência de classe é fruto dessa dupla negação, ou seja, em um primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo, adotando sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital (IASI, 2011).

A garantia da vida e a condição da continuidade da existência agora dependem da inserção do indivíduo nas relações capitalistas. Em verdade, a subordinação real do trabalho ao capital, naquilo que Marx chamou de “modo de produção especificamente capitalista”, faz com que o trabalhador se torne um proprietário de força de trabalho que vende livremente sua mercadoria, assumindo assim uma relação de igualdade com outros proprietários igualmente livres. O trabalho se transforma em parte constitutiva do capital, na forma de capital variável, de maneira que sua existência está vinculada a do próprio capital (IASI, 2011, p. 56).

Para Marx “a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral” (2010, p. 54). A emancipação humana se realiza, ou só será plenamente alcançada, quando o homem

individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado sua “*forces propres*” (forças próprias) com forças

sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força social” (MARX, 2010, pg. 54).

O alicerce da emancipação humana para Marx é a possibilidade de os seres humanos tomarem o controle da história de maneira consciente e planejada (IASI, 2011). Portanto, a possibilidade da emancipação humana de restituir o mundo e as relações humanas aos seres humanos passa pela superação das mediações criadas por esses mesmos seres em sua ação sobre o mundo, ou seja, pela superação da mercadoria, do capital e do Estado (IASI, 2011). Para que assim a “humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie” (IASI, 2011, p. 59).

Na tese de Cançado (2011), a emancipação aparece como parte da construção teórica de gestão social, ou seja, uma das categorias teóricas da gestão social como campo do conhecimento científico. O autor afirma que a emancipação é o próprio objetivo e consequência da gestão social, enquanto processo fundamentado na cidadania deliberativa. O mesmo autor conclui:

A categoria Teórica da Emancipação, entendida como fim último da Gestão Social, acrescenta-se outra característica a esta Categoria Teórica. Sugere-se que a Emancipação se presta também a reforçar a percepção do Interesse do Bem Compreendido. Ao se libertar, escapando da manipulação, o ser humano pode passar a ter mais claro para si que ele vive em comunidade, as questões referentes à Solidariedade e Sustentabilidade podem se tornar óbvias, de certa forma (CANÇADO, 2011, p. 188).

Nessa perspectiva, Tenório e Saraiva (2006) apontam a gestão social como caminho para a emancipação, pois estimula um processo decisório dialógico, que é desempenhado por meio do interesse público. Além disso, Costa (2006) aborda como abertura de novos caminhos para desenvolver as relações emancipatórias o processo de aprendizagem que as experiências locais promovem, as quais incitam relações sociais mais iguais.

Cattani (2009) traz à tona a expressão “emancipação social”, a qual está associada a uma gama de princípios e termos, identificados como: autoemancipação proletária, autogoverno, socialismo, sociedade autogerida e sociedade dos produtores livremente associados. O autor conceitua emancipação social como o procedimento “ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e

culturais” (CATTANI, 2009, p. 175).

A pauta emancipação social é cada vez mais abrangente, pois abarca múltiplas experiências e combates, seja em hierarquias opressoras e autoras de discriminação e desigualdades, como em questões de gênero, discriminação contra minorias étnicas e culturais, entre outras. Além disso, a sustentabilidade ambiental e o novo internacionalismo contra hegemônico, no qual, pelo caráter predatório do capitalismo, a defesa do meio ambiente e da biodiversidade deve estar associada a iniciativas populares verdadeiramente internacionais (CATTANI, 2009).

Nessa perspectiva do caráter predatório do capitalismo, o autor evidencia como formas antiemancipadoras as relações capitalistas, que têm a figura do mercado como autorreferente, autoinstitucionalizante e ordenadora suprema das relações entre indivíduos (CATTANI, 2019). Portanto, uma forma contemporânea de controle social, que naturaliza a dominação mediante as relações capitalistas, assim como as relações clássicas de poder (Estado, tirano, líder), em que a figura do mercado é dissolvida, vaga, o que produz a ficção imprecisa da “individualidade soberana” (CATTANI, 2009).

Santos (2011), na obra de título "Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social" traz um debate de três dimensões (epistemológica, teórica e política) sobre emancipação social. Esse conceito é central na modernidade ocidental, e é constituído por meio de um conflito entre "regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los com as expectativas" (SANTOS, 2011, p. 17).

Nesse contexto de necessidade de reinventar a emancipação social, Santos (2011) aponta questões como liberdade, igualdade e solidariedade, que ainda são um anseio para grande parte da população. Esses problemas começaram a ser solucionados por teorias dos países do Norte, porém, essas teorias não se enquadram nos problemas dos países do Sul. No entanto, não é necessário um novo conhecimento, mas sim de um novo modo de produção de conhecimento, ou seja, de um pensamento alternativo para as novas alternativas de soluções que surgem. As formas de produção não capitalista, por exemplo, a economia solidária, economia social, economia popular, essas alternativas estão cada vez mais presentes nos países do Sul (SANTOS, 2011).

Nessa perspectiva o autor propõe uma adaptação da sociologia das ausências por uma sociologia insurgente. A sociologia das ausências são cinco modos de

produção e ausências na racionalidade do Norte, que as ciências sociais do Sul compartilhem. Já a sociologia insurgente é a inversão, ou seja, o ausente esteja presente, no caso, substituir as monoculturas pelas ecologias dos saberes (SANTOS, 2011).

Quadro 2 – Quadro da substituição das monoculturas pelas ecologias

Sociologia das ausências	Inversão	Sociologia insurgente
Monocultura do saber e do rigor -	→	Ecologia dos saberes
Monocultura é algo do tempo linear	→	Ecologia das temporalidades
Monocultura é a da naturalização das diferenças	→	Ecologia do reconhecimento
Monocultura da produção de ausência é a monocultura da escala dominante	→	Ecologia da “transescala”
Monocultura do produtivismo capitalista	→	Ecologia das produtividades

Fonte: elaborado com base em Santos (2011)

De acordo com Santos (2011), a sociologia das ausências demonstra o que não existe e é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não possível, descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo. São cinco modos de produção:

a) Monocultura do saber e do rigor: tem como o conhecimento científico o único verdadeiro, válido, rigoroso, e os outros conhecimentos não possuem validade. Exclui, assim, outras realidades, conhecimentos que não estão na concepção científica, pois estão baseados em conhecimentos populares, indígenas, camponeses, urbanos. Descredibiliza não somente os saberes alternativos, mas também os povos.

b) Monocultura é algo do tempo linear: a ideia de que tudo que exista e venha dos países desenvolvidos é mais progressista, desde seus conceitos de modernização, desenvolvimento, globalização. Termos que trazem a ideia de um tempo linear, enquanto os subdesenvolvidos são chamados de atrasados, primitivos, pré-modernos, ou seja, não existe nenhuma possibilidade de os países subdesenvolvidos serem mais desenvolvidos em qualquer aspecto.

c) Monocultura é a da naturalização das diferenças: ocultam hierarquias, que não são a causa das diferenças, mas sua consequência, "porque os que são inferiores nessas classificações o são por natureza, e por isso a hierarquia é uma consequência de sua inferioridade, assim naturaliza-se as diferenças" (SANTOS, 2011, p. 30).

d) Monocultura da produção de ausência é a monocultura da escala dominante: a ideia de que na tradição ocidental exista uma escala dominante; um exemplo é a globalização que se expande no mundo, nomeando como locais as organizações

globais, geralmente multinacionais, criando ausências do particular e do local. "A realidade particular e local não tem dignidade como alternativa crível, a uma realidade global, universal. O global é universal e hegemônico, o particular e local não conta, é invisível, descartável, desprezível" (SANTOS, 2011, p. 31).

e) Monocultura do produtivismo capitalista: "todo o crescimento econômico e a produtividade mensurada em ciclo de produção determina a produtividade do trabalho humano ou da natureza e tudo o mais não conta" (SANTOS, 2011, p. 31). Por exemplo, para indígenas ou camponeses, a produção não é definida em um ciclo, mas em vários; se a terra está produtiva esse ano, no outro ano não se produz, para que a terra descanse. Na lógica ocidental, é considerado improdutivo essa relação da terra, da natureza com o trabalho.

Seguem as cinco ecologias, as quais Santos (2011) denomina como sociologia das ausências:

a) Ecologia dos saberes: o pressuposto nessa ecologia não é descredibilizar a ciência, mas desconstruir o uso contra hegemônico da ciência, em que o saber científico dialogue com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês.

b) Ecologia das temporalidades: assim como existe um tempo linear, há outros tempos. Reconhecer o conhecimento do camponês, que é tão contemporâneo quanto o do executivo. "É preciso deixar que cada forma de sociabilidade tenha sua própria temporalidade, pois se reduzir tudo a temporalidade linear, afasta todas as outras coisas que têm uma lógica distinta" (SANTOS, 2011, p. 34).

c) Ecologia do reconhecimento: é preciso descolonizar a mente do que é fruto da hierarquia e o que não condiz, para assim pontuar e aceitar as diferenças.

d) Ecologia da "transescala": considerar através das escalas, ou seja, articular projetos em escalas locais, nacionais, globais. Para assim conseguir ver, entender, reconhecer fenômenos, não somente em uma escala global, que muitas vezes não condiz com a realidade local.

e) Ecologia das produtividades: Consiste na valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionárias, da economia solidária, que a produção capitalista cala ou desacredita.

Portanto, as ecologias permitem abrir o presente com conhecimentos relevantes, possibilitando outras maneiras de articular conhecimentos, práticas, ações

coletivas, sujeitos coletivos. "Estamos mais abertos, hoje dizemos que outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades" (SANTOS, 2011, p. 38).

Santos (2011) ainda acrescenta a necessidade de reinventar o conhecimento emancipatório (CE), "pois a ciência moderna desenvolveu-se no quadro do conhecimento regulação que recodificou, canibalizou, perverteu as possibilidades do CE" (SANTOS, 2009, p. 53). Nessa perspectiva, o referido autor aponta dois tipos de conhecimento na modernidade ocidental: o conhecimento de regulação (CR) e o conhecimento de emancipação (CE).

Desta maneira, a solução para o CE é ser uma ecologia dos saberes, necessário para uma ruptura epistemológica, que é baseada apenas em uma forma de conhecimento, do qual exclui os outros saberes (SANTOS, 2011). Porém, o autor evidencia cinco desafios para que essa ruptura aconteça. O primeiro desafio é reformular as perspectivas emancipatórias por meio da utopia crítica, o mundo está dominado por utopias conservadoras:

A utopia do neoliberalismo é conservadora, porque o que se deve fazer para resolver todos os problemas é radicalizar o presente. Essa é a teoria que está por trás do neoliberalismo. Ou seja: há fome no mundo, há desnutrição, há desastre ecológico; a razão de tudo isso é que o mercado não conseguiu se expandir totalmente (SANTOS, 2011, p. 54).

O segundo desafio é o das diferenças, encontrar semelhanças entre outras culturas, outros saberes, mas não como ponto de chegada, e sim, de partida. É imprescindível dialogar, buscar outras metodologias de saber, de ensinar, de aprender. O terceiro é fazer a distinção entre objetividade e neutralidade, ou seja, ter uma noção de distância crítica em relação à realidade, porém, sem desconsiderar a natureza do saber, pois este está contextualizado culturalmente. O saber é local, até mesmo o das ciências. Já para o quarto desafio é imprescindível desenvolver subjetividades rebeldes e não apenas subjetividades conformistas (SANTOS, 2011).

Por fim, o quinto desafio é superar o colonialismo social ou cultural que é preponderante nos países do Sul, em que há uma sociedade que não compreende a ideia de que perpetua a opressão ou a dominação, a desigualdade, ou seja, ainda é uma sociedade colonial em muitos aspectos. Principalmente nesse contexto em que é possível criar uma Epistemologia do Sul, edificar a emancipação a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença, a não homogeneização e sim as diferenças iguais (SANTOS, 2011).

Portanto, a questão das teorias articuladas pelos países do Norte que, muitas vezes, são inadequadas para os países do Sul, pois são contextos históricos, econômicos, e sociais distintos, torna-se inapropriada para as comunidades e grupos. Além disso, para que haja a desconstrução de alguém, de grupos, de movimentos ou de teorias, nos quais se tenha o interesse, desejo em reconstruir a emancipação social, é necessário ter um elemento construtivista e realista, um elemento de desconstrução e um elemento de reconstrução (SANTOS, 2011).

No próximo tópico discorre-se sobre a emancipação na perspectiva de Paulo Freire, devido à importância de seus conceitos, a práxis no processo de incubação de empreendimentos solidários, campo de estudo desta tese.

2.3.1 Emancipação na perspectiva de Paulo Freire

Os pressupostos metodológicos de atuação nas incubadoras têm como base as ideias de Paulo Freire na construção de troca de saberes. Aqui é importante ressaltar que essa troca de saberes deve ser um processo baseado no diálogo. O autor resalta o cuidado que se deve ter com a transferência de conhecimento, que é uma das críticas do autor nessa relação de saber formal com saber popular (FRAGA, 2018). Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de realizar um tópico exclusivamente na perspectiva de Paulo Freire, cabe ressaltar que o autor não aponta conceitos de emancipação, no entanto, resalta elementos necessários para um caminho mais autônomo, crítico e emancipatório.

Para Freire (1999) o homem moderno é hoje dominado pela força dos mitos e conduzido pela publicidade organizada ideológica, e por isso vem renunciando cada vez mais, sem saber da sua capacidade de decidir, tornando-se um homem excluído de suas próprias decisões. O referido autor ainda traz como outro “problema” que poderá intervir no processo de consciência crítica e, conseqüentemente na liberdade do homem. A questão do assistencialismo, pois quem recebe a assistência passa a atuar como um ser passivo, não oferecendo condições para o desenvolvimento ou a abertura de sua consciência. Esse processo de assistencialismo só envolve a domesticação do homem, falta de oportunidade para a decisão e a responsabilidade participante (FREIRE, 1999).

Nesse contexto, Freire (1999) enfatiza que é necessária uma educação que permita ao homem a discussão e inserção dos problemas, ameaças de seu tempo,

para que tenha consciência e, assim, coragem, força de lutar, ao invés de ser levado. Prioriza uma perspectiva de educação que coloque o aprendiz em diálogo incessante com o outro, em uma tentativa constante de mudança, de ascensão da ingenuidade à criticidade.

Nessa perspectiva, a democracia e a educação democrática se fundem; ambas na crença de que o homem não só pode, mas deve discutir os seus problemas, os problemas de seu país, do seu continente, do mundo, do seu trabalho, assim como os problemas da sua própria democracia (FREIRE, 1999). Nota-se que o diálogo é um instrumento importantíssimo para essa conscientização, para emancipação do homem, pois, por outro lado, o antidiálogo implica uma relação vertical, na qual prevalece a ausência de humildade, é desesperançoso, arrogante, autossuficiente, não comunica, ou seja, faz comunicados (FREIRE, 1999).

Nesse sentido a solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade com o intuito de sermos mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. Portanto, a aprendizagem da elevação do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que pensam serem donos da verdade e do saber articulado (FREIRE, 2011). Nesse intuito, a conscientização é um dos requisitos humanos para trilhar a autonomia, ou seja, “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros” (FREIRE, 2011, p. 58).

De acordo com Freire (2011), numa relação com grupos populares, não é possível desconsiderar seu saber de experiência feito, ou seja, sua leitura do mundo, sua compreensão da sua presença no mundo. Assim como não se pode converter-se ao saber ingênuo dos grupos populares, também não é possível impor um saber mais “formal” como verdadeiro. Dessa forma, é evidente a importância do diálogo para superar certos saberes, ou seja, uma troca de saberes populares com saberes formais, acadêmicos.

Nesse sentido, o sujeito precisa inventar a partir de seu trabalho a sua cidadania, que não se edifica exclusivamente com habilidade técnica, mas também de sua luta política em favor da criação de uma sociedade mais justa. É necessário ter a possibilidade de ser um sujeito ativo, participante de decisões que serão significativas para sua autonomia, portanto, “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir”, a autonomia vai se instituindo no experimento de diversas decisões

que vão sendo assumidas (FREIRE, 2011):

O ponto de partida para uma análise, tanto quanto possível sistemática, da conscientização, deve ser uma concepção crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo. Na medida em que a condição básica para a conscientização, como a educação, é um processo específica e exclusivamente humano. É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres como seres abertos, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressa-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação, que implica em "tomar distância" do mundo objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com o mundo, o que diferencia os humanos dos animais, os quais não possuem capacidade de objetivar-se e ao mundo (FREIRE, 2002, p. 77).

Para Freire (2002) a consciência de e a ação sobre a realidade são inerentes para um ato transformador, ou seja, somente seres que refletem sobre sua vida são capazes de libertar-se, mas não se pode perder a ação transformadora da realidade condicionante. O referido autor propõe uma análise dos níveis de consciência: a consciência semi-intransitiva; consciência transitivo ingênua; e a consciência crítica. Cabe ressaltar que a intenção do autor não é uma absolutização dos níveis de consciência, mas sim ensaiar uma apreciação introdutória aos níveis de consciência (FREIRE, 2002).

Antes de entrar nos níveis de consciência, é importante tecer algumas considerações em relação à cultura do silêncio que "implica o reconhecimento da cultura dominante e que ambas, ao não se gerarem a si próprias, se constituem nas estruturas de dominação" (FREIRE, 2002, p. 82). Nem tudo que compõe a cultura do silêncio é reprodução da cultura dominante, existe também algo próprio dos oprimidos em que se cercam, para defender-se, preservar-se, sobreviver (FREIRE, 2002).

Conforme Freire (2002) a consciência semi-intransitiva é o nível de consciência que não consegue capturar alguns dos desafios do contexto, ou compreende-se alterado da realidade, no qual as explicações dos problemas se encontram sempre fora da realidade, tanto em algo divino, quanto do destino. Já a consciência transitiva, tão dominada quanto a anterior, mas mais atenta em relação à razão de ser de sua própria ambiguidade, "no processo de transição, o caráter preponderante estático da sociedade fechada, vai gradativamente, cedendo lugar a um maior dinamismo em todas as dimensões da vida social" (FREIRE, 2002, p. 88).

Por fim, a consciência crítica acontece quando os outros dois níveis de consciência são superados, "o que significa que se assumam como classe para si",

onde se institui na práxis – ação e reflexão. Destaca-se que não há um processo rígido entre os níveis de consciência, "ninguém conscientiza ninguém. O Educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação" (FREIRE, 2002, p. 128).

É impossível conceber a conscientização de forma correta, como ela fosse um mero passatempo intelectual, ou a constituição de uma racionalidade desgarrada do concreto. O esforço de conscientização, que se identifica com a própria ação cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto, o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto. Por isto mesmo, repetamos, não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórica-prática, reflexão-ação (FREIRE, 2002, p. 163).

Uma das principais contribuições da perspectiva Freiriana (1999, 2002, 2011) é a importância da relação entre o saber formal *versus* saber popular, no que se refere às incubadoras e aos grupos incubados é de suma importância, pelo cuidado que deve se ter nessa troca de conhecimento. Pois, a depender da forma como foi trabalhada essa construção do conhecimento, poderá não auxiliar na emancipação, na autonomia dos grupos, além de torna-los dependentes, criando um processo assistencialista e de tutela do conhecimento.

Por isso, a necessidade de se basear em educação emancipatória, em que prevaleça o diálogo, o qual é evidenciado por Freire como um dos principais propulsores no incentivo para a tomada de decisões pelos grupos. O Quadro 3 é uma proposta de categorias/elementos *a priori* para auxiliar na identificação da emancipação na pesquisa.

Quadro 3 – Categorias da emancipação

(continua)

Categorias	Conceito	Autores
Gestão social	Gestão social como caminho para a emancipação, pois estimula um processo decisório dialógico, que é desempenhado por meio do interesse coletivo.	Tenório e Saraiva (2006)
Processo de aprendizagem	As experiências locais promovem processos de aprendizagem, e essas experiências promovem relações sociais mais iguais.	Costa (2006)
Ecologia dos saberes	Desconstruir o uso contra-hegemônico da ciência, no qual o saber científico dialogue com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês.	Santos (2011)

Quadro 3 – Categorias da emancipação

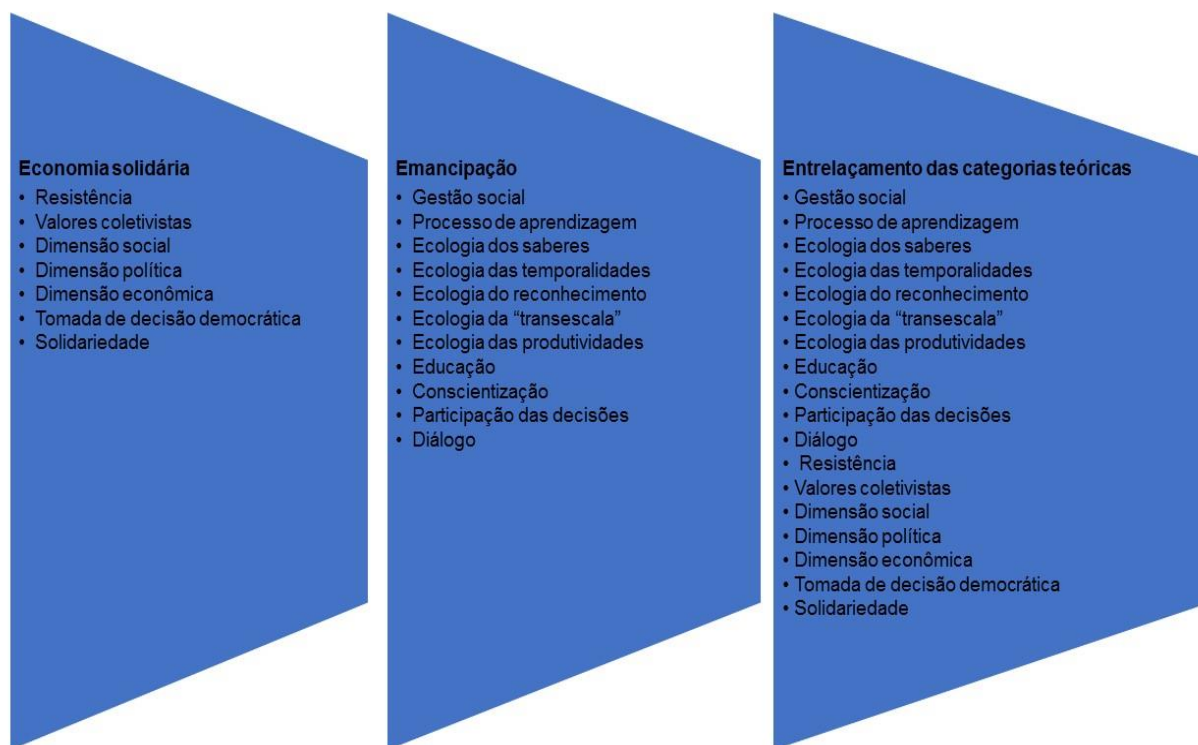
(conclusão)

Ecologia das temporalidades	Assim como existe um tempo linear, há outros tempos; reconhecer o conhecimento do camponês que é tão contemporâneo quanto do executivo. Reduzir tudo a temporalidade linear afasta toda as outras coisas que têm uma lógica distinta.	Santos (2011)
Ecologia do reconhecimento	Descolonizar a mente do que é fruto da hierarquia e o que não condiz, para assim pontuar e aceitar as diferenças.	Santos (2011)
Ecologia da “transescala”	Articular projetos em escalas locais, nacionais, globais. Para assim conseguir ver, entender, reconhecer fenômenos não somente numa escala global, que muitas vezes não condiz com a realidade local.	Santos (2011)
Ecologia das produtividades	Valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionárias, da economia solidária.	Santos (2011)
Educação	Uma educação que permita ao ser humano a discussão e inserção dos problemas, perigos de seu tempo, que tenha consciência e, assim, coragem, com força para lutar, ao invés de ser levado. Deve colocar em diálogo constante com o outro, numa tentativa constante de mudança, de ascensão de ingenuidade à criticidade.	Freire (1999)
Conscientização	É um dos requisitos humanos para trilhar a autonomia. O esforço de conscientização, que se identifica com a própria ação cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto, o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto. Não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórico-prática, da reflexão-ação.	Freire (2002,2011)
Participante de decisões	Sujeito ativo, participante de decisões que serão significativas para sua autonomia. A autonomia vai se instituindo no experimento de diversas decisões que vão sendo assumidas.	Freire (2011)
Diálogo	Instrumento importantíssimo para essa conscientização, emancipação do homem. A importância do diálogo para superar certos saberes, ou seja, uma troca de saberes populares com saberes formais, acadêmicos.	Freire (2011)

Fonte: elaborado pela autora

Nesse contexto, a partir dos quadros de categorias de economia solidária (Quadro 1) e emancipação (Quadro 2), realizou-se um entrelaçamento (Figura 2) com o intuito de aproximar as duas bases conceituais da tese.

Figura 2 – Entrelaçamento das categorias teóricas



Fonte: elaborado pela autora

Posteriormente o resultado do entrelaçamento entre as categorias teóricas será utilizado na construção da figura analítica. O próximo capítulo descreve a trajetória percorrida para a obtenção dos resultados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo será apresentado o caminho percorrido para realizar a pesquisa. É importante ressaltar que esse caminho não foi linear, pois diversas escolhas, novas leituras, reflexões, desconstruções e construções foram realizadas no período pós-qualificação. Na medida em que as etapas da pesquisa avançavam, a construção teórica da tese foi atualizada, considerando temas que emergiram do campo, dos dados. O aporte teórico-metodológico que norteou a pesquisa foi paradigmático interpretativista, de natureza qualitativa (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Sendo assim, apresenta-se, nas próximas seções: aporte teórico metodológico, coleta de dados e escolha do campo e análise dos dados.

3.1 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta seção apresenta uma breve contextualização da pesquisa no campo da administração, para, assim, demonstrar o porquê da escolha do paradigma interpretativista, tendo em vista que a pesquisa positivista funcionalista de Durkheim dominou os estudos das organizações desde meados do século XIX, orientadas por pesquisas quantitativas (CALDAS, 2005).

Burrell e Morgan (1979) elaboraram quatro paradigmas em contraponto às pesquisas funcionalistas, motivados pelo descontentamento em relação ao positivismo sociológico e ao idealismo alemão que vinham sendo utilizados nas pesquisas relacionadas às organizações, os quais estariam aprisionando e limitando o desenvolvimento do campo. Preocupados com teorias e análises, de certa forma ortodoxas, nas quais muitas vezes não eram geradas análises coerentes com o campo, confrontavam-se com problemas de ontologia e epistemologia. O propósito era sugerir que o campo cresceria em reflexividade e riqueza de distintos paradigmas, além de desbravar caminhos pouco explorados além do funcionalismo (CALDAS, 2005).

Deste modo, os quatro paradigmas - radical humanista, radical estruturalista, interpretativo e funcionalista - baseiam-se em variáveis visões da realidade inerentes à vida social. O paradigma funcionalista é fundamentado na possibilidade de uma ciência social objetiva e livre de valores, em que o cientista se distancia do objeto de análise por meio do rigor e das técnicas dos métodos científicos (MORGAN, 2005).

Já o paradigma interpretativista é fruto da vivência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos, pelo qual a sociedade é entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, portanto, intenta-se compreender as múltiplas realidades compartilhadas que surgem, se sustentam e se modificam (MORGAN, 2005). “O humanista radical está preocupado em descobrir como as pessoas podem ligar pensamento e ação (práxis) como um meio de transcender sua alienação” (MORGAN, p. 62, 2005). No caso do radical estruturalista, “a realidade é vista por tensões e contradições intrínsecas entre elementos em oposição, os quais, inevitavelmente, levam a mudanças radicais no sistema como um todo” (MORGAN, p. 62, 2005).

No que tange ao estudo das organizações, cada paradigma gera uma teoria particular, ou seja, “os quatro paradigmas definem perspectivas fundamentalmente diferentes para a análise dos fenômenos sociais” (BURREL e MORGAN, p. 21, 1979). Cabe, aqui, ressaltar que esses paradigmas apresentam características comuns, porém, perspectivas distintas. Eles são importantes para situarmos o estudo, são norteadores para as pesquisas: para saber onde estamos e para onde iremos. Um novo olhar para as pesquisas sobre organizações foi protagonizado por Edgar Morin, através do pensamento complexo. Essa perspectiva propõe que a realidade não é previsível, nem linear, ordenada e determinada, mas sim difusa e imprevisível (WENZKE, 2015). Para Morin, o Grande Paradigma do Ocidente (GPO) separa o sujeito do objeto pesquisado, como também a investigação reflexiva da investigação objetiva (BOEIRA e VIEIRA, 2006).

Segundo Guerreiro Ramos (1989), a teoria organizacional dominante não desenvolveu a capacidade analítica necessária à apreciação crítica de seus alicerces epistemológicos teóricos. Tornou-se necessária uma concepção multidimensional humana, uma crítica à razão normativa, que não prescreve os seres humanos e a forma como deveriam ordenar sua vida pessoal, uma ciência verdadeira da sociedade e das organizações.

Esses autores foram essenciais e revolucionários para elaboração de novos paradigmas nas pesquisas sobre organizações, pois abriram novas perspectivas para as pesquisas nesse campo. Desta forma, essas abordagens nos permitem definir de forma mais coerente a orientação epistemológica, a perspectiva e o paradigma, ou seja, os métodos mais adequados para investigar um objeto de estudo. Nesse sentido, a escolha do interpretativismo foi preponderante para entender as questões e categorias *a posteriori* de emancipação dos grupos de empreendimentos solidários

participantes da Incubadora TECSOL que será detalhada no próximo capítulo, e, assim, ter os elementos para compreender o processo de emancipação dos grupos.

3.1.1 Interpretativismo

O interpretativismo nasceu nas obras de Kant, seguido de outros teóricos, como Dilthey, Weber, Husserl e Schutz, os quais estabeleceram o paradigma como um quadro de análise social, desafiando pressupostos das abordagens funcionalistas (BURREL e MORGAN, 1979). Esses teóricos questionam os fundamentos sobre os quais a teoria funcionalista é construída, com foco nos modos como as realidades organizacionais são criadas e sustentadas (MORGAN, 2005).

O paradigma interpretativo tem como perspectiva compreender o mundo como ele é, “compreender a natureza fundamental do mundo social no nível da experiência subjetiva” (BURREL e MORGAN, p. 26, 1979). De acordo com Silva e Neto (2006), o interpretativismo provoca inquietação, diferente da certeza que é característica da ótica funcionalista. Porém, apesar da abordagem interpretativa possuir um ponto de vista mais subjetivo, pois se fundamenta na visão de que as pessoas estabelecem e mantêm simbólica e socialmente seus próprios fatos organizacionais, ela sustenta a preocupação com a regulação social, compartilhando, assim, algumas similaridades com o paradigma funcionalista (SILVA e NETO, 2006).

Estudos interpretativistas justificam que o mundo social não pode ser compreendido da mesma forma que o natural e físico, pois, para entendê-lo, é necessário compreender como os grupos e indivíduos desenvolvem e comunicam significados (HATCH e YANOW, 2003). Morgan (2005, p.4) aponta que “o teórico social interpretativista tenta entender os processos pelos quais as múltiplas realidades compartilhadas surgem, se sustentam e se modificam”. Dessa forma, o pesquisador se engaja na compreensão do mundo vital do ator, na situação estudada através da descoberta de significados por meio de diversos métodos, como: observação de um evento ou de uma configuração; entrevista conversacional com os atores; e análise de documentos organizacionais (HATCH e YANOW, 2003).

Neste estudo, a orientação interpretativista auxiliou a compreensão da incubadora e a sua inserção nos grupos, assim como a motivação e formas de atuação dos participantes da incubadora. Além disso, a abordagem interpretativa colaborou, principalmente, para compreender a trajetória dos grupos dentro da incubadora, bem

como a configuração do processo de emancipação, pois entende-se que esse percurso não é estanque e nem linear.

3.2 COLETA DE DADOS E A ESCOLHA DO CAMPO

A partir das primeiras interações com o campo, a partir das evidências foi feita a escolha de uma incubadora vinculada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), pelo seu propósito de disseminação de conhecimentos sobre a economia solidária. Por meio da entrevista com um professor participante da incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (TECSOL), essa incubadora mostrou-se como uma opção coerente para a condução do estudo, por estar vinculada à Rede ITCPs e compartilhar de seus princípios. Posteriormente, no capítulo dos resultados, apresentar-se-á a caracterização da Rede Universitária de ITCPs e da incubadora TECSOL.

Portanto, a coleta de dados teve dois momentos: um de aproximação com o campo e escolha do objeto de estudo, cuja definição se deu pela TECSOL; e o outro de escolha dos grupos incubados pela TECSOL, para ampliar o escopo de observação e trazer a visão de diferentes atores inseridos no contexto de investigação.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: entrevistas por meio da história oral temática e observação não participante. As entrevistas serviram de base principal para a questão da trajetória dos grupos, da formação e dos acontecimentos que foram pertinentes para a pesquisa. A história oral como estratégia da pesquisa foi escolhida por possibilitar a compreensão da trajetória de constituição dos grupos e pelo fato de sua relação com o processo de emancipação proporcionar que o entrevistado vá selecionando os acontecimentos que foram relevantes na sua trajetória como participante dos grupos. Os autores Ichikawa e Santos (2006) conceituam essa técnica de coleta de dados:

A história oral é a história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado. O sentido do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nesta medida, ela não só oferece uma mudança nos conceitos da história; mais que isso, dá um sentido social a vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e a sentir-se parte do contexto em que vivem (ICHIKAWA e SANTOS, 2006, p. 182).

Segundo esses mesmos autores, existem três tipos de história oral: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Neste estudo, optou-se pela história oral temática, uma vez que "na história oral temática há maior objetividade: a partir de um assunto específico e preestabelecido, busca-se o esclarecimento ou a opinião do entrevistado sobre um evento dado" (ICHIKAWA e SANTOS, 2006, p. 183).

Como foi utilizada a história oral temática, não houve um roteiro de entrevista, uma vez que o intuito foi proporcionar ao entrevistado que fossem selecionados os acontecimentos considerados relevantes em sua trajetória como participante dos grupos. Nesse formato, classificou-se a tipologia das entrevistas como entrevista conversacional livre direcionada pelo tema da pesquisa, a qual se caracteriza "pelo surgimento das perguntas nos contextos e no curso natural à interação, sem que haja uma previsão de perguntas nem de reações a elas" (GODOI e MATTOS, 2006, p. 304). As entrevistas foram gravadas com gravador, com a autorização do entrevistado.

O número de entrevistados foi definido conforme o andamento da pesquisa, constituído pelo princípio da "saturação" ou de "redundância":

Saturação significa que, à medida que vá vivenciando casos similares, o investigador adquire confiança empírica de que não mais se encontram dados adicionais que possam contribuir para a pesquisa (GLASER e STRAUSS, apud GODOI; MATTOS, 2006, p. 309).

Salienta-se que "a entrevista não é um simples registro, mas a arte do vínculo bio-cognitivo (que une experiência e narração) e do vínculo comunicativo (que une o entrevistador e entrevistado)" (ALONSO, apud GODOI e MATTOS, 2006, p. 318). Devido à pandemia Covid-19, como uma das consequências ao andamento desta pesquisa a partir de março de 2020, foi preciso alterar a forma de acesso aos entrevistados, logo, as entrevistas começaram a serem realizadas de forma virtual.

Como técnica complementar à coleta de dados, utilizou-se de observação não participante (DEMO, 2013) em reuniões dos grupos, com apoio no diário de bordo para as devidas anotações pertinentes. Assim como as entrevistas, as reuniões foram gravadas e transcritas para as análises. O estudo também fez uso de dados secundários por meio dos documentos, textos que já foram produzidos para outra finalidade como, por exemplo, atas de reuniões e estatuto (BAUER E GASKELL, 2008).

3.2.1 Cronologia e detalhamento da coleta de dados

A primeira etapa da pesquisa de campo foi a pré-coleta, a qual contou com os seguintes eventos: “Falando de economia solidária e vivência da incubação”, “26ª Feira de Economia solidária” e o “Web-chimarrão da TECSOL-UFPeI”. Esta etapa teve o intuito de conhecer mais empiricamente os processos de incubação de empreendimentos de economia solidária, por isso, a pesquisadora participou do curso intitulado “Falando de economia solidária e vivência da incubação” promovido pela Pró-Reitoria de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O curso foi ministrado por três participantes da equipe da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do Instituto Federal da Paraíba (INCUTES), e os temas abordados foram: introdução à economia solidária, metodologia de Incubação, processo de criação da incubadora e pensando o empreendimento.

Posteriormente em julho de 2019, na 26ª Feira de Economia solidária, que acontece em Santa Maria/RS, além de participar de debates que envolviam temáticas relacionadas com a economia solidária, como autogestão e comércio justo, realizou-se uma entrevista com E1T, participante da TECSOL. Na feira, acompanhou-se as discussões da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

A entrevista com o professor (E1T) da TECSOL, que aconteceu em julho de 2019, durou aproximadamente duas horas, na qual utilizou-se a história oral. O professor (E1T) participa desde o início da criação da TECSOL, sendo um dos responsáveis por articular a incubadora. É importante evidenciar sua experiência com incubadoras populares. Antes da criação da Incubadora, já atuava no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Essa entrevista foi utilizada para conhecer a incubadora, bem como entender seu funcionamento, os grupos envolvidos, caracterizando-se como o primeiro contato com a TECSOL.

Durante o ano de 2020, na segunda etapa da pesquisa, as entrevistas passaram a ser realizadas de forma on-line, a escolha do aplicativo foi o de preferência dos entrevistados, todos optaram pelo *google meet*. As entrevistas duraram em média uma hora, o fio condutor da entrevista foi a história oral, o que proporcionou que, de forma livre e espontânea, os entrevistados contassem sua trajetória na incubadora. É importante salientar que antes de realizar a pesquisa com cada sujeito participante da

incubadora houve a participação em uma reunião interna na TECSOL para expor a pesquisa, respondendo a dúvidas e questionamentos. Nessa reunião os integrantes da TECSOL teceram considerações em relação à problemática da pesquisa e indicaram possíveis grupos que aconselharam entrevistar.

Após a reunião, com o apoio dos integrantes, foram concedidos os contatos dos futuros entrevistados. As entrevistas subsequentes foram agendadas conforme as disponibilidades de cada um. O Quadro 4 apresenta os entrevistados, o tempo das entrevistas e seus grupos origem.

Quadro 4 – Entrevistados (as)

(continua)

Entrevista	Entrevistado	Tempo de entrevista	Participação Grupo	Profissão
1	E1T	2'04"	TECSOL	Professor
2	E2T	1'08"	TECSOL	Professora
3	E3T	1'15"	TECSOL	Graduanda no curso de psicologia
4	E4T	1'05"	TECSOL	Professor
5	E5T	1'21"	TECSOL	Professor
6	E1C	1'03"	Grupo consumidores	Mestranda no curso de economia
7	E2C	1'04"	Grupo consumidores	Professora
8	E3C	1'05"	Grupo consumidores	Professora
9	E4C	1'17"	Grupo consumidores	Professor
10	E5C	1'46"	Grupo Consumidores	Técnico Administrativo do IFSUL
11	E6C	47"	Grupo consumidores	Professor
12	E7C	1'02"	Grupo consumidores	Mestranda no curso de direito
13	E8C	22"	Grupo consumidores	Mestranda no curso de arquitetura
14	E9C	47"	Grupo consumidores	Professora
15	E10C	50"	Grupo consumidores	Professora
16	E11C	25"	Grupo consumidores	Técnico Administrativo UFPEL
17	E12C	40"	Grupo consumidores	Bancário
18	E13C	1'37"	Grupo consumidores	Motorista
19	E14C	56"	Grupo consumidores	Professora

Quadro 4 – Entrevistados (as)

(conclusão)

20	E15C	1'08"	Grupo consumidores	de	Técnico Administrativa IFSUL
21	E1G	1'16"	Grupo Germinar		Produtora rural
22	E2G	1'10"	Grupo Germinar		Produtor rural
23	E3G	24"	Grupo Germinar		Produtora rural
24	E4G	1'15"	Grupo Germinar		Produtora rural e psicóloga

Fonte: Elabora pela autora

A segunda etapa da pesquisa de campo ocorreu com os grupos. Os entrevistados foram indicados pelos participantes da incubadora e foram escolhidos mediante dois critérios: ter sido incubado pela TECSOL, e ter sido destacado nas falas dos entrevistados durante a fase de pré-coleta.

Para tanto, foram escolhidos dois grupos: o grupo de consumidores, no qual também é chamado de Rede Bem da Terra de consumidores e o grupo Germinar. O Grupo Germinar é integrante da Associação Bem da Terra de Produtores. Cabe ressaltar que os dois grupos fazem parte da Rede Bem da Terra, no capítulo dos resultados será contextualizado sobre a Rede Bem da Terra de Consumidores e a Rede Bem da Terra de Produtores.

Durante o período de agosto a dezembro de 2020, foram entrevistadas quinze pessoas participantes do grupo de consumidores. Os primeiros entrevistados foram os atuais envolvidos na coordenação do grupo de consumidores, os demais entrevistados foram emergindo por indicação, ou seja, ao final de cada entrevista, cada um indicava outro participante do grupo de consumidores, até o ponto de saturação. Já no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, foram entrevistados os quatro participantes do grupo Germinar.

É interessante ressaltar que alguns participantes entrevistados do Grupo de Consumidores são ex-bolsistas da TECSOL, e os integrantes da TECSOL também fazem parte do grupo de consumidores, ou seja, os entrevistados foram escolhidos pela atual participação, mas em algum momento sua trajetória esteve imbricada com a TECSOL ou com o Grupo de Consumidores. Outro aspecto relevante que emergiu na coleta e repercutiu posteriormente nas análises foi a interação dos três núcleos ou incubadoras existentes em Pelotas: TECSOL (UFPEL), NESIC (UCPEL), NESOL (IFSUL).

Uma fase importante da coleta que proporcionou maior interação com conceitos, visões de temas inerentes à economia solidária foi o “Web-chimarrão da TECSOL-UFPEL: economia solidária e tecnologias em debate”, promovido pelos integrantes TECSOL, do dia 22 de julho de 2020 até 7 de outubro de 2020, todas as quartas-feiras, das 18:30 até 20:00. A metodologia consistiu na disponibilização de um texto e de um debatedor responsável para cada quarta-feira. Segue o Quadro 5 com os textos e debatedores:

Quadro 5 – Temas Web - chimarrão

Data	Tema	Debatedora/Debatedor
22 de julho	Capitalismo e economia solidária	Antônio Cruz - UFPEL
29 de julho	Cooperativismo: trajetória e contradições	Liandra Peres Caldasso - FURG
05 de agosto	Autogestão em empreendimentos coletivos	Ana Maria Rodrigues de Carvalho UNESP – Assis
12 de agosto	Comércio, comércio justo global, comércio justo local	Patrícia Tometich – pós doutoranda UFF
26 de agosto	Consumo responsável: do indivíduo ao coletivo	Tais Mascarenhas - USP
02 de setembro	Tecnologias sociais – outras relações entre trabalho e natureza	Felipe Ador - UFRJ
09 de setembro	Agroecologia: sustentabilidade e tecnologia social na produção de alimentos	Patrícia Martins - UFPEL
16 de setembro	Quatro economias transformadoras e o fórum social mundial	Aline Mendonça – UCPel
23 de setembro	Saúde, autogestão e produção de vida	Larissa Dall’agnol - UFPEL
30 de setembro	Educação popular e pedagogia do trabalho associado	Alexandre Bandeira – IFSUL Pelotas
07 de outubro	Incubação de empreendimentos de economia solidária	Mana Gotardo – Extensionista UCPel

Fonte: Site UFPEL

Cabe ressaltar que o “Web – chimarrão” auxiliou a pesquisa para aprofundar e problematizar temas inerentes à economia solidária e à incubação de empreendimentos solidários, pois além das leituras dos textos, houve debates com pessoas atuantes nessas temáticas. Foram encontros relevantes por proporcionarem um encontro entre pessoas de lugares, instituições e ocupações distintas, desde professores, pesquisadores, bolsistas, técnicos, produtores e pertencentes a grupos de economia solidária. Concomitante ao “Web – chimarrão” foram realizadas as entrevistas com os participantes do grupo de consumidores.

Além das entrevistas individuais, foi realizada a observação não participante em uma reunião do grupo de consumidores, chamada de “Encontrão”. Também foi

realizada uma observação não participante no curso de formação, reunião da associação Bem da Terra de Produtores e, por último, na reunião de acreditação. Além disso, houve a busca de dados secundários em publicações da TECSOL, no canal do *Youtube*, *Facebook*, e em documentos fornecidos pelos próprios participantes como o regimento e estatuto do grupo de consumidores.

A participação no “Encontrão” ocorreu no mês de dezembro/2020. Tal assembleia é realizada pela associação Bem da Terra de Consumidores e acontece trimestralmente, ou seja, quatro vezes ao ano. Nesses encontrões participam os consumidores/associados, alguns produtores e participantes das três incubadoras (TECOSL, NESOL, NESIC). É um espaço deliberativo, com o intuito de debater pautas que demandam uma maior discussão, além de haver troca de ideias e um espaço de convívio entre produtores e consumidores.

A observação realizada no encontrão propiciou verificar como se realizava a dinâmica de decisão, interação, pautas, assuntos entre os participantes do Grupo de Consumidores. Estavam presentes além dos consumidores alguns produtores do Grupo de Produtores Bem da Terra e integrantes da incubadora TECSOL.

Outra observação realizada no mês de dezembro/2020, em um sábado pela manhã, foi na formação de consumidores. Toda pessoa que tem interesse em participar do Grupo de Consumidores primeiramente passa pela formação. Antes da pandemia, ocorria de forma presencial no Centro da Distribuição (CD) da feira virtual. No período da pandemia, foi disponibilizado um link pela plataforma do *Instagram*.

Essa formação acontece todo o sábado pela manhã, das 10h até o 12h e 30min, conduzida por algum integrante do Grupo de Consumidores. No dia da observação, uma pessoa participou da formação para ingressar no Grupo de Consumidores, e, além de observar como funciona a dinâmica da formação, foram entrevistados a pessoa que estava participando da formação e o responsável pela dinâmica da formação.

Como forma de registro das observações, foi utilizado o bloco de notas, no qual foram realizadas anotações das reuniões, assuntos debatidos, pautas, colocações e como se concretizava o processo de decisão, além de propiciar a identificação de conflitos, como era a resolução no coletivo.

Quadro 6 – Observações de eventos.

Evento	Período	Duração
Encontrão	Dezembro de 2020	Aproximadamente 3 horas
Formação de consumidores	Dezembro de 2020	Aproximadamente 1 hora
Reunião da associação de produtores	Janeiro de 2020	Aproximadamente 2 horas

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos como estatutos, regulamentos, relatórios cedidos pelos grupos foram de suma importância para entender o funcionamento, principalmente do Grupo de Consumidores. Além disso, outra fonte de dados secundários que auxiliou nesse contexto de funcionamento e histórico foram o canal no *Youtube*, *Instagram* e *facebook*.

Quadro 7 – Documentos

Documento	Fonte	Número de páginas
Regimento interno da Feira virtual Bem da Terra	Grupo de consumidores	12
Estatuto da Rede Bem da Terra de consumidores	Grupo de consumidores	30
Estatuto da Rede Bem da Terra de produtores	Grupo de produtores	13

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos resultados é fruto de interpretação das falas, tanto nas entrevistas como nas observações realizadas nas reuniões. A proximidade com o campo antes de se efetivar a pesquisa proporcionou um olhar analítico e apurado ao contexto e temática da pesquisadora.

Primeiramente, separou-se as entrevistas transcritas por grupos da seguinte maneira: participantes da incubadora, participantes do Grupo de Consumidores, participantes do Grupo de produtores.

Posteriormente, foram reunidas as falas dos entrevistados conforme os três grupos supracitados e foram definidas as categorias que emergiram no campo na fala dos entrevistados (BARDIN, 2016; BAUER, 2008; DENZIN; LINCOLN, 2006).

Escolheu-se primeiramente analisar a percepção sobre a emancipação dos grupos, para que, assim, fosse possível entrelaçar as percepções, levando em consideração que os grupos têm um perfil diferente, culturalmente, economicamente e de formação.

Nesse primeiro processo de categorização, percebeu-se que em uma categoria surgem vários elementos. Com o intuito de agrupar esses elementos nas devidas categorias, realizou-se uma segunda análise sobre a primeira categorização. O processo de categorização aconteceu em várias etapas, primeiro analisou-se a falas dos grupos de forma separada, e nessa primeira, etapa extraiu-se as categorias que remetesse à emancipação, além de ter cautela em evidenciar categorias que fossem barreiras para o processo de emancipação, ou pontos que, na visão dos entrevistados, atrapalhavam o processo de emancipação dos grupos.

As falas foram primeiramente colocadas todas em um só arquivo, para assim serem analisadas. Posteriormente, algumas falas que saíram do contexto da pesquisa foram retiradas, por conterem algumas informações que não eram relevantes, porém foram necessárias naquele momento para criar um ambiente mais descontraído, próximo entre pesquisado e pesquisador.

Na sequência foi realizada a leitura do arquivo, e observou-se de forma analítica com base na teoria e na percepção da pesquisadora em categorias que remetesse à questão de emancipação. Na maioria das vezes, essas categorias não estavam isoladas, mas sim, dentro de um contexto.

Em seguida, foi feito o entrelaçamento entre as categorias *a priori* e as categorias *a posteriori*, possibilitando a construção da figura analítica (5) apresentada nos resultados. No quadro 08, há a descrição da coleta e análise dos dados para cada objetivo.

Quadro 8 – Objetivos, fonte dos dados e técnica de coleta de dados

Objetivos específicos	Fonte de dados	Técnica de coleta e análise de dados
1. Apresentar o processo histórico da Rede Universitária de ITCPs	Documentos, artigos técnicos e científicos	Análise documental
2. Descrever a trajetória do Núcleo e Incubadora TECSOL, da Rede Bem da Terra de Consumidores e Rede Bem da Terra de Produtores	Documentos e dados secundários	Análise documental e entrevistas (análise de conteúdo)
3. Identificar as categorias que preponderam em relação ao processo de emancipação da TECSOL, do grupo de consumidores e grupo de produtores	Reuniões, entrevistas	Observação e categorização (análise de conteúdo)
4. Construir a figura analítica do processo de emancipação na perspectiva da economia solidária	Dados primários e dados secundários	Análise das categorias <i>a priori</i> e <i>a posteriori</i> (análise de conteúdo)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

4 RESULTADOS

O presente capítulo tem o objetivo de expor os resultados obtidos no alcance da pesquisa, alinhados aos objetivos propostos. Encontra-se organizado conforme segue: Caracterização e histórico da Rede Universitária de ITCPs, Caracterização e histórico da incubadora TECSOL, Categorias emancipatórias da incubadora TECSOL, Caracterização da Rede Bem da Terra de Consumidores e Produtores, Categorias emancipatórias do grupo de consumidores, Categorias emancipatórias do grupo de produtores e Construção da figura analítica.

4.1 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

As transformações no mundo do trabalho, como a precarização das relações laborais e as desregulações dos vínculos de emprego estabelecem a necessidade de organizações. Essas organizações surgem para suprirem essa demanda, são iniciativas coletivas de trabalho, e nesse contexto, surge a importância das incubadoras em auxiliar essas novas configurações que se manifestam por meio de associações, cooperativas, redes ou grupos comunitários (ADDOR e LARICCHIA, 2018).

Nesse contexto, surge a Rede Universitária ITCPs, no qual é constituída aproximadamente por 60 incubadoras cuja finalidade é apoiar a constituição e consolidação de empreendimentos de economia solidária, assim como prestar assessoria para grupos já consolidados.

A Rede Universitária de ITCPs funciona, de fato, como uma rede, não há nenhuma estrutura permanente, há uma coordenação colegiada nacional e regional, ou seja, coordenadores regionais em cada uma das cinco macrorregiões administrativas do país (sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste). Ocorrem encontros ao menos uma vez por ano, um encontro Nacional, no qual funciona como uma “assembleia deliberativa”, onde cada incubadora tem direito a um voto (VECHIA, TILLMANN, NUNES, CRUZ, 2011).

Uma ITCP é uma unidade acadêmica de ensino, pesquisa e extensão, que tem como intuito articular o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as, cujo objetivo é empreender de forma coletiva, solidária e autogestionária. Essa vinculação

é feita através de uma metodologia de trocas de conhecimentos práticos e teóricos, a fim de apoiar o desenvolvimento e a materialização dos empreendimentos, e ainda transformar a universidade. (VECHIA, TILLMANN, NUNES, CRUZ, 2011).

A proposta inicial partia da concepção de “transferência de tecnologia”, inspirada nas incubadoras de empresas de base tecnológica (de modelo norte-americano), entretanto, estavam orientadas para empreendimentos populares cooperativos. A UFRJ buscou assessoria na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que reunia experiências em extensão rural e em organização de cooperativas (VECHIA, TILLMANN, NUNES, CRUZ, 2011).

As incubadoras tecnológicas de economia solidária (ITES) têm seu objetivo e missão diferentes das incubadoras de empresas convencionais, que se utilizam de estratégias, tecnologias e ações voltadas para a maximização do lucro no interesse das organizações assessoradas (LEAL, 2019). Nesse intuito, a intenção é não utilizar as mesmas metodologias utilizadas no processo de incubação das empresas convencionais.

A incubadora nasce na universidade pública, onde seu público alvo são os trabalhadores, desempregados, ou vinculados a uma economia informal, a ITCP faz parte de um processo ora organizado, ora espontâneo dos setores da classe trabalhadora, nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital (BOCAYUVA, 2002).

O campo das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) vem se concretizando como um dos principais espaços de construção de caminhos contra-hegemônicos. Inicialmente surgiu como política de apoio à construção de uma nova economia, estruturada nos princípios da economia solidária, e ainda como impulso para a criação de grupos universitários que fortaleçam uma visão da universidade mais integrada a sociedade, ancorado no tripé: ensino, pesquisa e extensão (ADDOR, OLIVEIRA, MAIA, MELO, PERISSE, PEREZ, 2018).

Nesse sentido, por se diferenciar das incubadoras tecnológicas tradicionais e por se basear em princípios de inclusão social, de cooperação, participação e solidariedade, a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) ao longo dos anos ressignificou sua metodologia distinguindo instrumentos de planejamento e gestão concebidos para as empresas tradicionais. Como a incubação dos EES envolve questões econômicas, sociais, políticas e culturais, naturalmente,

são necessárias novas formas que priorizem uma gestão mais democrática e participativa (ADDOR, OLIVEIRA, MAIA, MELO, PERISSE, PEREZ, 2018).

Na economia solidária edifica-se o conhecimento por meio da práxis desenvolvida no trabalho de incubação dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Nessa perspectiva as incubadoras auxiliam, na prática, a constituir, orientar, acompanhar sistematicamente ou disponibilizar assessorias pontuais, buscando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em construir e melhorar seus EES (CULTI E ZACARIAS, 2019).

As ITCPs anseiam metodologias, nas quais proporcionarão conhecimento e mudança de pensamento, com o intuito de levar o trabalhador a assumir o papel de empreendedor coletivo em uma economia mutante. As pessoas que constituem um EES na maioria das vezes viveram na formalidade, ou seja, um trabalho voltado para o individual, desconhecendo o funcionamento de um trabalho e empreendimento associativo, por isso, a necessidade de discutir a melhor forma de trabalho, pois elas precisam se adaptar aos novos paradigmas da economia que farão parte (CULTI E ZACARIAS, 2019, p. 119, 2019).

A ideia da metodologia adequada para as incubadoras deveria ir além da capacidade de oferecer meios técnicos e competências já construídos na universidade, ou seja, deveria adaptar-se ao contexto social e aos aspectos complexos de ensino aprendizagem encontrados nesse novo território de organização (BOCAYUVA, 2002).

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), foi um programa articulado pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária cujo objetivo era apoiar a criação e o fortalecimento de grupos universitários capazes de dar suporte a formação de EES (ADDOR, LARICHIA 2018).

Além da questão econômica, disponibilização de recursos financeiros que era algo evidente do programa, a gama de objetivos que o PRONIC estruturou, levanta-se uma série de outros aspectos que acaba por aproximá-lo da perspectiva de uma política social (ADDOR, LARICHIA 2018).

O Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ) realizou uma avaliação nos anos de 2016 e 2017 referente ao Proninc, constatou-se nos relatos a melhoria de condições de vida dos trabalhadores como: estímulo a retomada dos estudos; maior participação dos espaços de tomada de decisão dos empreendimentos; aumento de autoestima ligado a assunção de

maiores responsabilidades em seu cotidiano de trabalho; maior compreensão e acesso a direitos do poder público local, entre outros (ADDOR e LARICCHIA, 2018).

O desafio institucional de pôr o saber da universidade e benefício das classes populares é o corte político principal da proposta das incubadoras. Os problemas técnicos e organizativos para agrupar as comunidades, construir cooperativas e garantir sua viabilidade econômica exigem mais do que um esforço educativo comunitário ou a vontade abnegada de uns poucos.

Com os recursos disponíveis da universidade pública, tanto técnicos quanto científicos, compondo uma equipe interdisciplinar, o trabalho da incubadora e as cooperativas populares criam novas exigências em termos de políticas públicas de capacitação profissional, de crédito, e de práticas contratuais e competitivas (BOCAYUVA, 2002, p. 241).

A metodologia utilizada vai desde o acompanhamento da formação do grupo, fundação, etapas de incubação até a emancipação dos grupos. Esse processo produz resultados mais concretos entre dois ou três anos, porém, só se consolida em prazos médios e longos (entre cinco e dez anos) (BOCAYUVA, 2002).

Leal (2019) sugere a seguinte forma de classificação de incubação em economia solidária: ato pedagógico e de formação; extensão universitária; tecnologia social; e estratégias de desenvolvimento territorial.

O trabalho desenvolvido nas incubadoras, que chamamos de incubação, é uma construção de conhecimento por meio do processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de EES, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico, político e social a esses empreendimentos, tanto urbanos quanto rurais (CULTI E ZACARIAS, 2019, p. 122).

Chama-se incubadoras porque, assim como nas maternidades, tem como objetivo criar um ambiente favorável para o autodesenvolvimento dos grupos assessorados, combinando uma ação externa com as capacidades internas do próprio grupo. São tecnológicas pela sua proposta de fornecer não só uma metodologia de intervenção adequada e em contínuo processo de aprimoramento, como também as melhorias técnicas referentes a área de atuação da futura cooperativa. A palavra cooperativa define uma opção de trabalho coletivo como forma de organização social que pode proporcionar maiores chances de inserção econômica. Acrescentaram ainda o adjetivo populares especificando o público prioritário destes projetos. Mas o que é popular senão uma categoria que generaliza e homogeneiza os diferentes grupos sujeitos a exclusão social, ou ainda um eufemismo para pobreza? (PARRA, 1999, P. 159 apud COSTA, 2019, p.153).

As etapas das incubadoras compreendem: pré-incubação; incubação e desincubação. No período de pré-incubação, são evidenciadas por aproximação a identificação das potencialidades, as fraquezas, a viabilidade econômica e também há um estudo com os grupos. Na incubação, conforme o diagnóstico realizado na pré-incubação, é articulada a assessoria e formação com diferentes conteúdos, metodologias. Por fim, na desincubação é realizada a desvinculação da incubadora com os grupos, empreendimentos, associações e cooperativas (CRUZ, 2004).

4.2 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção apresenta-se a construção histórica da TECSOL provenientes de dados secundários e primários oriundos de artigos, site e das entrevistas. A incubadora não possui um site próprio, ou seja, ele está vinculado ao site da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Essa parte mais histórica e institucional foi relevante para entender o processo de organização, de recursos financeiros e humanos.

Cabe ressaltar que o Núcleo TECSOL e a Incubadora TECSOL são sinônimos, como relatado pelo entrevistado (E01T), nessa pesquisa optou-se por utilizar a terminologia incubadora TECSOL.

Formado por discentes e docentes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na qual obteve reconhecimento institucional em 27 de outubro de 2011, tem como objetivo atender as demandas de grupos trabalhadores/produtores urbanos e rurais que buscam na Universidade apoio técnico, científico e formativo para a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Vinculando as seguintes áreas de conhecimento: (a) Pedagógica: cursos de formação (básica e específica); (b) Relacional: estímulo às práticas participativas de autogestão e de solidariedade interna dos grupos; (c) Tecnoprodutiva: aprimoramento das técnicas de produção e melhoramento da qualidade dos produtos, sob o princípio da sustentabilidade; (d) Jurídica: assessoramento nos âmbitos da legislação e regulamentação dos EES; e (e) Econômica: planejamento econômico e controle participativo da gestão.

Mota, Ramm, Silva (2018) destacam que o núcleo obteve a aprovação de diversos programas e projetos em duas principais fontes de financiamento: Programa

de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext/MEC) e Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). O núcleo contou com diversos outros projetos, com enfoques mais específicos. Segue o quadro 09 abaixo:

Quadro 9 – Projetos TECSOL

Encontro dos saberes:	“pós-incubação” e “pré-graduação” em sustentabilidade, tecnologias sociais e economia solidária”, editado nos anos de 2012 e 2013, com recursos do Proext/MEC, e voltado à promoção de um curso para trabalhadores dos EES e estudantes de graduação da UFPel com base na troca entre os saberes popular e científico.
Reciclar Pelotas:	Assessoramento a uma rede de cooperativas na implementação da política nacional de resíduos sólidos, editado nos anos de 2012 e 2013, com recursos do Proext/MEC, cujo objetivo era estruturar uma rede de cooperativas de catadores.
Bem da Terra–UFPel:	Orientar, articular e apoiar a Associação Bem da Terra, principalmente no que tange à materialização de espaços de comercialização, no qual é uma das maiores dificuldades da economia solidária. Esse projeto foi editado somente em 2012, mas suas ações tiveram continuidade nos anos subsequentes através da Itecsol, que direcionou esforços para a construção de um site de comercialização em que os EES passariam a expor, divulgar e vender seus produtos, no qual através da aprovação de um novo projeto, em 2014, chamado “Parceria Bem da Terra/UFPel: transição para a produção agroecológica através da economia solidária”, que priorizava o atendimento a grupos de agricultura familiar com produção convencional que pretendiam realizar a transição para a produção agroecológica. Ambos os projetos foram financiados pelo Proext/MEC.
Tecsol-PóS:	“pós-incubação e assessoramento continuado a empreendimentos de economia solidária”, editado nos anos de 2013 e 2014, com financiamento do Proninc e da Senaes, e com enfoque nos processos de pós-incubação.
Mulheres da Lagoa	Recuperar a cooperativa e construir a cidadania” e “Semear a economia solidária – apoio aos acampados do MST na colônia Z3”, ambos com o objetivo de dar suporte à colônia de pescadores Z3, local que fica a cerca de vinte quilômetros da zona central de Pelotas e que sofre com a falta de investimentos pela administração pública. Esses projetos, financiados com recursos do Proext/MEC, foram editados no ano de 2016.

Fonte: elaborado pela autora com base Mota, Ramm, Silva (2018)

De acordo com Mota, Ramm, Silva (2018) apontam que a Itecsol é um programa permanente, que abrange diversos grupos de trabalho e atividades que vão além dos projetos institucionalizados, para os quais a incubadora fornece suporte, pois o trabalho dentro do Núcleo Tecsol se dá de forma articulada. Atenta-se que, em virtude dessa organização, que tem a Itecsol como a base para as metodologias de incubação e pós-incubação do núcleo, por diversas vezes o Núcleo Tecsol e a Itecsol se (con)fundem.

Os critérios para participar da incubadora TECSOL estão dentro dos princípios retirados no fórum Brasileiro de Economia Solidária, os empreendimentos tem de ser permanentes, ou seja, não deve ser um projeto, são multifamiliares, no caso do TECSOL tem que ser no mínimo três famílias, seguindo a definição de família seguindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual determina que família é quem mora na mesma residência.

A incubadora funciona em prédio que onde era localizada a antiga Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB). Foi adquirida pela UFPEL, funciona como espaço de vários projetos de extensão da UFPEL, cabe ressaltar que nenhum grupo mantém-se incubado no espaço, somente foi cedido um espaço para o grupo de consumidores, onde funciona o Centro de Distribuição (CD) da feira virtual.

Há três incubadoras na cidade de Pelotas, conforme as falas coletadas nas entrevistas dos três grupos (TECSOL, grupo de consumidores, grupo germinar). No qual existe um trabalho conjunto desenvolvido, que se compartilha conhecimentos, possíveis problemas, demandas que surgem são sanadas na maioria das vezes pelas três incubadoras, por exemplo, processos como a acreditação, rede rizoma, que serão abordados posteriormente.

As incubadoras são: Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) vinculado a Universidade Federal de Pelotas, Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) vinculado a Universidade Católica de Pelotas, Núcleo de Economia Solidária (NESOL) vinculado ao Instituto Federal Sul – rio – grandense (IFSul) campus de Pelotas.

4.2.1 Categorias emancipatórias da incubadora TECSOL

Nesta seção apresenta-se as categorias e seus elementos que emergiram nas entrevistas dos integrantes participantes da incubadora TECSOL. As categorias emancipatórias evidenciadas foram: Processos técnicos, consciência crítica, processo decisório, consciência coletiva, processo horizontal, educação.

Além dessas categorias surgiu a categoria – processo vertical – apontada como prejudicial para o processo de emancipação. Outro ponto evidenciado pelos entrevistados no qual não é categoria, mas sim, o que eles entendem como contrário de emancipação. Por fim, foi perguntado o que eles consideram grupos emancipados.

- **Processos técnicos**

O processo técnico foi apontado pelos entrevistados em diferentes contextos o que proporcionou diferentes elementos, mas todos remetendo o processo técnico como um caminho para a emancipação. Esses processos técnicos todos provenientes da interação entre incubadora e grupos, seja por meio de cursos, formação. Como citado na fala de um dos entrevistados, por exemplo:

o autocontrole contábil é uma prática emancipatória muito forte, quando o produtor calcula, quando ele deve produzir, quando ele aprende a planejar a produção dele (E1T).

mais tarde emplacou outro projeto que se chamava transição agroecológica, a gente começou a trabalhar com eles no meio rural. Como é que faz a transição? Tinham dúvidas, o que é um produtor agroecológico? Como se monta um grupo de economia solidária na agricultura? Então, começamos a assessorar a formação de grupos no meio rural para fazer o abastecimento da feira virtual. Tínhamos um grupo de professores e alunos que faziam incursões pelo interior, Morro Redondo, Canguçu, Piratini e Pelotas para conversar com esses agricultores para estimular a formação de grupos, trabalhar em conjunto, produção em conjunto. Tinha questões técnicas de boas práticas na produção, por exemplo, de queijo. Tinha alunos da veterinária, da química trabalhavam junto com a gente no atendimento a esses agricultores. A gente fazia visitas de acompanhamentos a esses trabalhos junto com a EMBRAPA, a gente começou a organizar uma série de atividades, de criação de mudas, de estufas (E5T)

A gente fez uma oficina de como colocar preço nos produtos, calcular seu custo, elas sabem muito mais coisas do que sabiam antes. A gente trabalha a questão do crescimento delas como um grupo de economia solidária, empreendimento de economia solidária. A gente nunca trabalhou com a palavra emancipação, mas nós percebemos que isso ia acontecendo aos poucos. (E5T)

Um elemento que perpassa por quase todas as categorias, que envolve todo um processo técnico, pois sem ele não aconteceria é a acreditação, e surgiu por uma demanda percebida entre produtores, em que foi dialogado com participantes das incubadoras. Os produtores não tinham um selo que certificasse seus produtos como orgânicos, ou agroecológicos. Nesse sentido, algumas entidades manifestavam dúvidas quanto aos produtos dos produtores da Rede Bem da Terra, como evidenciado na fala de um dos entrevistados: “Olha vocês estão comprando da feira virtual, mas nada garante que o produto lá é orgânico, eles não possuem certificação” (E5T).

Nesse íterim, de certificar os produtores, dialogando e questionando, chegaram à conclusão de que trabalhar com certificação seria contraditório, pois o processo de certificação está atrelado ao mercado capitalista.

“A Monsanto também pode ter certificação. A gente começou a trabalhar a ideia de que talvez fosse necessário escapar desse regime de certificação ou contratar uma empresa certificadora, mas que sairia muito caro. Nós chegamos à conclusão que seria melhor trabalhar com um conceito novo, no qual chamamos de acreditação” (E5T).

O que seria esse processo de acreditação?! Seguem as falas dos entrevistados explicando:

A acreditação tem duplo sentido, eu acredito que esse produto é orgânico, é agroecológico, por exemplo, o produto pode ser orgânico, mas no ambiente familiar, existe violência contra mulher, pode existir?! Um processo de produção, no qual pode acontecer de crianças serem exploradas, trabalho infantil, mas tem certificação de orgânico. Nós entendemos que o processo de agroecologia é um pouco mais amplo, vai além das questões técnicas de produção. A gente montou uma cartilha de acreditação durante o ano inteiro e agora a gente está fazendo um processo, querendo começar, com a pandemia tivemos que parar. A gente ia começar a realizar as visitas nos empreendimentos do meio rural para fazer a acreditação de dois sentidos, a acreditação de produção técnica (produção orgânica, agroecológica) e a acreditação da economia solidária. A gente vai montar uma equipe de técnicos, profissionais, consumidores e de produtores. Essa comissão visitará um por um dos empreendimentos de produtores da associação bem da terra, irão preencher uma planilha para verificar o grau de transição (E5T).

Portanto, o processo de Acreditação será realizado por uma equipe técnica de professores de diversas áreas, em conjunto com profissionais da EMATER, a cartilha já foi elaborada por esses profissionais em conjunto com os produtores. Esse processo técnico de certificação denominado por eles como Acreditação, demonstra a apropriação de técnicas que vão além das que o sistema capitalista determina, disponibiliza. Além de ser uma demanda dos produtores, por perceberem que era algo importante para eles, foi pensado e construído em conjunto num processo de conhecimento formal (técnico) informal (prático).

Nesse contexto a fala dos entrevistados remete ao que foi apontado por Tenório (1990), quando se procura a participação em uma dinâmica de conhecimento em que o objetivo é apoiar ações que implicam em decisão coletiva, pois o conhecimento deve ser instrumento de poder coletivo e não recurso autárquico de decisão.

- **Consciência crítica**

Outra categoria que se mostrou ativa nas falas dos entrevistados é o processo crítico ou consciência crítica, em contextos com elementos centrais como: consciência de opressão, transição agroecológica.

A acredita de grupo em transição agroecológica – tu não estás certificando o produto, tu não estás certificando o produtor, tu estás certificando um grupo e na discussão que a gente fez, os produtores escolheram, eles decidiram de um grupo ser certificado, todos os produtores tem que estar fazendo a transição, não adianta ser um grupo de cinco com apenas um fazendo a transição (E1T).

A partir do momento que o grupo entende que trabalhar com uma produção convencional, com agrotóxico, além de prejudicar a saúde das pessoas que irão consumir, influencia na sua saúde e na da sua família. Ou que, muitas vezes, está produzindo fumo para uma multinacional, e além de estar produzindo algo totalmente toxico, está dependente de uma empresa.

Esse posicionamento colocado por integrantes da incubadora vai ao encontro do apontado por Pinheiro e Cançado (2014, p.53) “o indivíduo emancipado tem a capacidade de criticar a realidade, posicionando se no contexto e agindo com o objetivo de transformá-la”.

- **Processo decisório**

O processo decisório citado pelos entrevistados foi uma percepção de trajetória dos grupos na incubadora, ou seja, muitas não sabiam como tomar decisões, então delegavam a responsabilidade de decidir aos participantes da incubadora, ou em uma postura mais vertical, por exemplo, alocando a responsabilidade das decisões em uma pessoa que se sobressaia em relação aos demais no grupo, como uma liderança. Isso acabava minando o espaço de diálogo e as decisões coletivas.

À medida que eles foram se apropriando das decisões do grupo, naturalmente eles construíram o diálogo entre eles para tomar as decisões, não mais deixando uma pessoa responsável, mas sim, todos. Outro elemento como consequência do desenvolvimento dos grupos foi uma certa independência da incubadora, pois nesses processos de diálogos surgiu a ideia da acreditação em conjunto com a incubadora, mas por uma demanda dos próprios grupos.

Nesse sentido os entrevistados da incubadora apontam como o processo decisório influencia na emancipação dos grupos, o que proporcionou vários elementos, ou decisões que surgiram desse avanço em tomar decisões em grupo, e aqui cabe frisar que a decisão é coletiva. Como pode ser observado nas citações extraídas das entrevistas.

Eu acho que foi fundamental primeiro essa questão do diálogo, a primeira conversa que a incubadora fez com os grupos, explicar que os processos de incubação, não é algo permanente. Esse diálogo foi fundamental por grupos entenderem, que é uma troca. para que eles possam melhorar e ter a capacidade de seguir com as próprias pernas (E8).

Percebe-se na fala dos entrevistados o incentivo de criar uma relação entre incubadora e incubados, de diálogo, respeito e, principalmente, de ouvir as demandas dos grupos. Nesse intuito essas demandas são discutidas por todos, ou seja, os participantes colocam sugestões, soluções, pois muito dessas demandas são problemas para serem solucionados.

Percebe-se que os relatos dos entrevistados estão em consonância com o exposto por Tenório (1990), o saber de quem detém o conhecimento formal deve ser aproveitado como apoio às discussões, nessa perspectiva coletiva o poder se dilui entre os participantes, já que o conhecimento e as informações são compartilhados.

Além de estimular os grupos de produtores rurais e urbanos a dialogarem entre eles, para que juntos tomem a melhor decisão para o coletivo, como evidenciada na fala do entrevistado (E4T) “O tecsol é um catalizador, ele atrai algumas discussões, acaba numa gama de informações, essas informações se trocam e as coisas acontecem”.

Esses posicionamentos concordam com a observação de Pinheiro e Cançado (2014), quando os participantes de uma tomada de decisão têm como princípio o bem comum como principal objetivo, não pode existir o individualismo e nem imperar os interesses particulares em detrimento do coletivo. Isso prioriza as propriedades de dialogicidade no processo de tomada de decisão, no qual acarreta a Emancipação dos envolvidos.

- **Consciência coletiva**

O processo de acreditação partiu de uma consciência coletiva, ou seja, entre produtores e incubadora. Cabe ressaltar que o processo ainda está no caminho, com a pandemia precisou parar as visitas. Mas as discussões e aprimoramento da cartilha de acreditação continuaram de forma on-line. A pesquisadora participou de uma reunião e pôde verificar o envolvimento e engajamento de todos desde técnicos de diversas instituições apoiadoras – Universidades, EMATER (Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), incubadoras até produtores.

O entrevistado (E05T) relatou que eles estimulam os grupos a participarem do fórum de economia solidária, em outros espaços de discussões sobre a economia solidária “Quando tem encontros, por exemplo, a Feira de Economia Solidária de Santa Maria, montamos grupos para irem; a UFPel, às vezes, cede um ônibus”. Dessa forma, eles participam de feiras, rodas de conversas, sobre comércio justo, produção e comercialização coletiva. “A ideia é que o produtor se sinta dentro de uma proposta maior, de uma economia” (E5T).

Eu lincaria a questão de emancipação a capacidade dos empreendimentos se reconhecerem como coletivos, solidários que dependem da cooperação um do outro. A capacidade deles criarem as questões, que eles consigam se olhar, se perceber e saber colocar de forma inclusivo, cooperativo, auto gestor, no qual a gente vê que os empreendimentos tem plena conhecimento de si (E1C).

A consciência coletiva apresentada pelos entrevistados ocorre quando, juntos, precisam tomar conta dos processos, de maneira auto gestória, de tomar consciência deles mesmos, no qual conseguem realizar uma autoanálise do grupo, como apontado pelo entrevistado (E3T) “De onde eles estão, como eles estão e onde eles querem estar”.

O posicionamento dos entrevistados relaciona-se ao que Adorno (2011) aponta, a emancipação se concretiza, em todos os planos de nossa vida, e que, portanto, a concretização consiste em que as pessoas presentes nesta direção dirijam toda a sua energia, para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência.

- **Processo organizacional vertical x Processo organizacional horizontal**

A análise dos dados coletados nas entrevistas aponta duas categorias distintas. O processo organizacional vertical que, na visão dos entrevistados, prejudica os grupos e conseqüentemente impossibilita o processo de emancipação destes. Já o processo organizacional horizontal, quando desenvolvido pelos grupos tende a fortalecer o processo de emancipação. Primeiramente, seguem as falas dos entrevistados referentes ao processo organizacional vertical.

Tem um grupo dos urbanos, eu não os considero emancipados. Eles estão sendo coordenados por uma liderança religiosa, no qual tem muito essa questão de caridade. Eles vão para lá falar de sua vida e fazer pano de prato. Então, tem uma assistencial que coordena, é um grupo de autoajuda, mas eu não entendo isso como emancipação. Nesse grupo tira a liderança religiosa, tira a assistência social, o grupo acaba. Eles não se sustentam, tem uma verticalidade nesse grupo (E4T).

Tinha uma pessoa que dava o rumo do grupo, esse grupo vendia produtos como se fosse um grupo da economia solidária, a gente sabia que de solidário ali, não tinha. Tinha alguém que estava capitaneando, não vou dizer que a pessoa tirava proveito ou ganhasse dinheiro com isso, não era isso, mas ela tinha outro viés, o viés da caridade. Mas eles queriam se constituir como grupo de economia solidária, a gente começou a participar junto e levantar questões para aquele grupo. Tinha problemas sérios, nenhuma decisão era tomada se não passasse pela líder. A líder determinava se ia ou não tomar a decisão A ou B, por exemplo, de trocar de embalagem, de mudar o formato do produto, tudo tinha que passar pela líder (E5T).

Nesse grupo que eu participei, mais presencialmente, assim, a gente assistiu um processo bem difícil de autonomia porque tinha uma figura que todas elas, vamos dizer assim, concordavam. Então, elas tendiam a seguir na linha dessa figura. Então, foi um trabalho de desvincular a decisão dessa senhora, como a líder do grupo. Mas, foi uma evolução muito grande. Eu não sei quantos anos a gente acompanhou, eu não me lembro assim, foi um processo longo (E7C).

Acontece que essa liderança do grupo e enfim, acho já era uma cultura estabelecida no grupo, era muito assistencialista. Dá para dizer assim, pouco emancipadora, realmente. Tinha um conflito imenso na postura dessa pessoa e de outras pessoas relacionadas, tinha muito conflito com os princípios que a gente tinha da economia solidária. Tudo bem começar com dificuldades, precisando de uma questão mais assistencial, mas isso é por pouco tempo (E3G).

Os entrevistados expõem o quanto o processo organizacional vertical nas relações, por exemplo, de ter uma liderança acabou inibindo as outras pessoas no grupo de ter uma posição, de pensar, de se desenvolver dentro do grupo como parte daquela organização, do coletivo. Além do caráter assistencial que, em muitas, dependendo do nível de carência (principalmente econômica) dos grupos é acaba

sendo inevitável no começo. No entanto, deve ser algo temporário e pontual, para que não prejudique o processo de emancipação dos grupos.

A outra categoria, o processo organizacional horizontal, já é o outro modo de interação que conseqüentemente cria uma cultura de participação coletiva, ou seja, todos desenvolvem uma autonomia dentro do grupo e conseqüentemente o grupo consegue tomar suas próprias decisões. Seguem as falas dos entrevistados que evidenciam essas questões:

Um ponto importante para o grupo foi a questão da participação em reuniões. Uma das coisas que o meu GT relacional trabalhou com o grupo, foi trabalhar a liderança, trabalhar para que as relações fossem mais horizontais, por exemplo, instigar a participação delas nas reuniões, nas decisões, nas conversas. A gente conseguiu, mesmo as que iam para as reuniões no início e não falavam, ficavam quietas. Com o tempo isso foi se desenvolvendo, tanto que quando a senhora que era considerada líder do grupo saiu, por motivos de doença. Elas continuaram e era uma dúvida nós tínhamos, será que elas continuam se a senhora saísse do grupo?! Então percebemos que teve uma maior autonomia no grupo nesse processo horizontal (E3G).

Teve uma vez que teve a feira pelo lado de dentro, por causa da chuva, eu fui com os produtores pegar a autorização com o diretor do centro, a gente negociou lá e fez a feira do lado de dentro. Então, o pessoal começou a observar as dificuldades e resolver elas juntas, não jogar a responsabilidade para alguém. Portanto, as linhas verticais foram ficando horizontais (E3T).

Não existe a possibilidade de ter uma decisão coletiva, uma autonomia nos seus processos decisórios, se não existir um processo organizacional horizontal dentro dos grupos. Esse processo é fundamental para ocorra a emancipação dos grupos, uma vez que, sem essa categoria, as outras não acontecem.

- **Educação**

A educação acontece de duas maneiras formal e informal. A educação formal ocorre, nesse contexto, por meio de categorias de processos técnicos, ou seja, quando o grupo aprende questões técnicas relacionadas a cálculo de custos, precificação dos produtos e, até mesmo, a alfabetização que foi disponibilizada para um grupo de mulheres que não sabiam ler nem escrever.

Segundo Tiriba (2006) à medida que os integrantes dos empreendimentos populares aprendem os conhecimentos técnicos para produção, também percebem os valores e comportamentos que são imprescindíveis para a instauração de determinadas relações sociais de produção.

Nesse contexto, é importante ressaltar a percepção dos entrevistados perante um grupo que tinha uma liderança com conhecimento formal e, conseqüentemente todas as decisões passavam por essa liderança, criando relação de poder sobre o grupo. Naturalmente, quando a incubadora começou a trabalhar com o grupo, ampliando seus conhecimentos, ocorreram conflitos, pois essa liderança sentiu-se ameaçada.

O relato dos entrevistados vai de encontro ao evidenciado por Tenório (1990), a percepção de problemas entre aquele que passou pelo processo de educação formal e aquele que não teve a oportunidade, podem surgir relações de poder. Além disso, complementado com as falas dos entrevistados, o grupo tinha carências em vários aspectos. A maioria não sabia ler e escrever de modo que uma das ações da incubadora nesse grupo foi disponibilizar esse conhecimento para o grupo.

Já na educação informal seria a troca de saberes entre os grupos e incubadora. A seguir são apresentadas algumas citações coletadas nas entrevistas, com o intuito de ressaltar a importância da educação para o processo de emancipação dos grupos. As citações se referem a educação informal, pois a formal já foi referida na categoria relacionada aos processos técnicos. Os elementos que compuseram a educação informal, foram: *educação popular, troca de saberes*.

Nesses encontrões a gente envolve o pessoal da Embrapa, o pessoal da EMATER a gente escolhe um tema, por exemplo, a gente faz um encontrão que o tema era metodologias participativas, a ideia era entender como que a gente faz essas metodologias participativas de levantamento de informações. Outra hora a gente coloca como tema principal adubação verde. Aí os agricultores veem e se aproximam para discutir a adubação verde (E5T).

E especialmente, essa questão de troca de saberes, a gente queria entender como funcionava, mais do que vir com uma receita de bolo. Bom, não tinha um passo a passo de como incubar, a gente tinha o passo a passo de quais conversas seriam iniciais. Forma de incubar, os encontros, a periodicidade se davam de acordo com a dinâmica do grupo (E3C).

Outro ponto que eu acho importante é a apropriação teórica da educação popular, é imprescindível, é saber o que fazer e não como fazer, e dentro desse campo da educação popular, extensão universitária nesse viés de incubação, é ter esse cuidado de fazer com que não seja decisões tomadas só, que sejam desconectadas da realidade dos empreendimentos isso gera algo estranho para o empreendimento e do mesmo modo esse ferramental que também sirva para que subsidie as próprias indagações dos empreendimentos (E1C).

Esses posicionamentos dos entrevistados em relação ao saber e a troca de saberes são apontados por Fischer e Tiriba (2009). Para eles, o saber é sinônimo de

conhecimento. O conceito da palavra saber se relaciona com a ideia de práxis, ou seja, processos prático-teóricos, saberes populares, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo (FISCHER e TIRIBA, 2009).

Nesse sentido, a interação entre a incubadora e os produtores, ou seja, o entrelaçamento entre a troca de saberes, é baseada em um processo educacional. Mas, para que essa educação seja libertária, baseada em troca de saberes, conforme preconiza Freire (1999), de acordo com o evidenciado pelos entrevistados, o conhecimento teórico não pode ser transmitido de forma vertical, ou seja, precisa respeitar e reconhecer o conhecimento dos grupos incubados.

Segundo o entrevistado (E3T):

Muitas vezes esse conhecimento já está lá, só que de uma forma que não é científica do que a gente conhece, de forma mais social de tecnologia sociais e de conhecimento empírico, para mim é muito bom, pois eu aprendo muito com eles, na minha visão eu ganho muito mais do que eles ganham.

Essa colocação é reforçada por Santos (2013), ao afirmar que as universidades têm um papel basilar, pois possuem o máximo de consciência possível, e pode ser um espaço para fazer a ecologia dos saberes, ou seja, para trazer distintos conhecimentos para dentro da universidade e ampliar o conhecimento daqueles que vem em busca deste saber.

Corroborando o que foi relatado, Fraga (2018) aponta que o processo de incubação dever ser dialógico e respeitar o saber popular, entretanto, é preciso trocar experiências sobre os obstáculos em ser dialógico, e ainda entender como a hierarquia, as desigualdades, entre outros, transpassam o processo de educação popular.

- **Barreiras à emancipação**

As barreiras à emancipação emergiram das entrevistas como uma categoria à parte, mas revelam algo muito importante, que pode prejudicar a emancipação dos grupos. Alguns entrevistados consideraram o oposto da emancipação, como se fosse um caminho contrário, exemplo a não ser seguido.

Segundo Pinheiro e Cançado (2014), as questões e ideias levantadas sobre o conceito Emancipação colocam a sociedade capitalista como um dos inibidores da emancipação, ou seja, como responsável perante o indivíduo, visto como um ser

independente e, ao mesmo tempo, participante da sociedade. A seguir, expõem-se evidências coletadas:

Grupos que ficam estagnados, não conseguem ver, ficam repetindo o mesmo equívoco, não tem iniciativa de planejar as coisas, passam a responsabilidade de mudar para um grupo maior (E3T).

Quando um grupo não consegue caminhar com as próprias pernas. Ele ainda depende do apoio de uma instituição, de uma universidade, por exemplo, como incubadora. A gente pode considerar que ele não está emancipado. Mas também tem grupo que já foram incubados no passado, deixam de ser incubados pela universidade, caminham sozinhos, mais tarde entram em crise pedem de novo apoio da universidade, então eles se emanciparam, ou não se emanciparam?! (E5T).

Eles podem fazer a contabilidade, fazer várias coisas, mas se eles não conseguirem usar esses instrumentos, essas ferramentas, esses entendimentos de modo que tenha em vista no horizonte o bem coletivo do empreendimento, então eu teria um problema em dizer que aquele empreendimento é emancipado (E1C).

A fala do entrevistado corrobora o apontamento de Fraga (2018), de que a emancipação representa um acesso de caráter coletivo e compartilhável entre membros de classes populares, e não individual. Para Pinheiro e Cançado (2014), uma sociedade direcionada para o capital é aquela em que as pessoas são vistas como uma peça da engrenagem, com a finalidade de alcançar o objetivo maior, que é o lucro. Enquanto as pessoas estiverem satisfeitas com essa posição, qualquer tentativa de mudança será bloqueada, mesmo que seja para alcançar a autonomia e a emancipação.

- **O que são grupos emancipados?**

Ao final de cada entrevista, os participantes respondiam à seguinte indagação: Quais grupos eles consideravam emancipados e por quê? Cabe aqui ressaltar que, segundo Pinheiro e Cançado (2014), a emancipação tem como característica a interdisciplinaridade, ou seja, não possui um conceito único ou um autor unânime, portanto, é apropriado construí-la de forma holística. Segue o depoimento dos entrevistados:

Então, um grupo emancipado, eu vejo que é um grupo que consegue estar livre para os caminhos que quer ir, que não está determinado a seguir de uma

forma. Como uma empresa que tem funcionamento hierárquico, aquela pessoa que está no grupo vai determinar como é o pronto. No nosso modelo não, as opções estão sempre ali, nas reuniões em processos de diálogos, eu vejo a emancipação muito como uma autonomia (E3T).

Eu acho que a autogestão como a emancipação ela é uma utopia mesmo. A gente tem extratos, tem camadas e as pessoas vão dando um outro jeito?! As vezes mais verticalizado, outras vezes não, é mais de distribuição das formas dessa coletividade (E4T).

Quando eu penso é um empreendimento solidário, para mim dependeria de dizer se a motivação daquele grupo, é uma motivação coletiva, pode ser uma motivação internamente. Se não essa compreensão de que as ações devem ser direcionadas ao bem coletivo, então passa pelo saber técnico deixa de ser útil. A questão da emancipação eu ligaria mais a capacidade dos empreendimentos se reconhecerem como coletivos, solidários que dependem da cooperação um do outro (E1C).

No grupo que eu acompanhei, eu acho que a principal questão foi o respeito e aprender a ouvir. Porque tem umas que falavam muito que não respeitavam a fala da outra que falava menos, medo de falar, até porque não sabia se expressar direito, tinham dificuldade com essa questão. Então, quando o grupo teve paciência, conseguiu ouvir de uma maneira respeitosa a fala da outra, o tempo da outra, eu acho que essa foi a principal questão (E7C).

Tem um grupo que foi importante, porque eles ampliaram a oferta de produtos, é uma propriedade onde se tem vários vizinhos e eles nunca tinham pensado em se unir para comercializar. Então, quando a gente começou com a incubação - olha o empreendimento de economia solidária exige que tenha três pessoas de famílias diferentes. Então, começaram, com práticas sustentáveis, agroecológicas. Além da comercialização, começaram a delinear de forma conjunta. Eles começaram a pensar coletivamente e entenderam que eles precisavam, realmente, ser um grupo (E3C).

Lembrando de um grupo, eu fico pensando que pontos a gente conseguiu trabalhar, que foram emancipadores. A questão da qualidade do produto, o produto foi mais valorizado, uma questão de comercialização. Elas começaram a participar de outras coisas, de outras feiras, o produto tinha etiqueta, trabalhamos com elas uma logo. Outra questão foi a participação em reuniões, que elas trabalhassem de forma mais horizontal, conseguimos todas participassem das reuniões (E3G).

A gente considera que um grupo que avançou na discussão de economia solidária, e que constituiu como um grupo autônomo e que é capaz de caminhar com suas próprias pernas, e as pessoas estão satisfeitas, elas estão obtendo uma renda, a gente considera que é um grupo que pode ser desincubado, agora se ele está emancipado depende do viés. A gente não tinha discutido ainda o termo emancipação, com sua interferência que a gente começou a pensar (E5T).

Se tu pegares a associação de consumidores da associação bem da terra é um grupo de economia solidária que tu podes verificar, eu diria sintomas de emancipação. É um grupo que se reúne, toma decisões coletivas, um grupo que respeita o ponto de vista divergentes, que tem um ambiente democrático de decisão (E5T).

Cedeño (2007) evidencia a emancipação como caminhos que estão sendo traçados, ou mini processos, práticas que subvertem uma lógica dominante, o que é associado por diversas linguagens, como, por exemplo, resistência, rebeldia, auto-organização, anarquismo, comuna, autogestão, potência, anti-poder e coletivização. “Emancipação é o resultado da consciência crítica daquele que busca a transformação da realidade, visando unicamente o benefício coletivo, em função de uma participação ativa, traduzidas em ações organizadas e eficazes” (PINHEIRO e CANÇADO, 2014, p. 53).

Quadro 10 – Categorias e elementos emancipatórios da TECSOL

	Categorias	Elementos
Emancipação	Processos técnicos	Acreditação
		Calcular custos/Autocontrole contábil/preço do produto/planejamento da produção
	Consciência crítica	Consciência de opressão
		Transição agroecológica
	Processo decisório	Independência da incubadora
		Acreditação
	Consciência coletiva	Dialogo
		Acreditação
		Aprender a ouvir
		Dialogo
		Questões sociais
	Processo vertical	Formação coletiva
		Liderança religiosa/autoajuda
	Processo horizontal	Assistencialismo
Tomada de decisão coletiva		
		Participação ativa em reuniões
Educação		Troca de saberes
		Educação popular
Contrário (não emancipa)		Assistencialismo
		Centralização

Fonte: Elaborado pela autora

4.3 REDE BEM DA TERRA DE CONSUMIDORES

Seu nome jurídico é denominado Associação Educacional para o consumo responsável Rede Bem da Terra, sua finalidade é educar para o consumo responsável/consciente por meio da reunião de pessoas para o fomento de estudos e pesquisas e para a realização de processos educativos teóricos e práticos. Por exemplo, o desenvolvimento de experiências de distribuição e consumo em diferentes âmbitos institucionais e desenvolvimento de novas tecnologias sociais para a economia solidária, para o comércio justo, para a soberania alimentar, agroecologia e

para a educação popular. Conforme consta no estatuto da associação, para o cumprimento de sua finalidade, a associação deverá:

Quadro 11 – Finalidade do Bem da Terra de consumidores

I – Organizar cursos de formação sobre economia solidária, consumo consciente, tecnologias sociais, educação popular ou qualquer outra temática relacionada a atividade fim da associação;
II – Apoiar e estimular o desenvolvimento da Associação Bem da Terra, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que reúne empreendimentos, urbanos e rurais, a ela vinculados;
III – Desenvolver projetos educacionais, que sirvam para a concretização do fim maior da Associação no curso de suas atividades;
IV – Promover palestras para a comunidade sobre os fins da associação, visando a formação de novos consumidores conscientes;
V – Celebrar convênios e acordos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, como universidades, escolas, organizações civis, empresas, sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias, organizações religiosas, organizações públicas e outras organizações sociais;
VI – Adquirir produtos na forma de compras coletivas, com posterior distribuição entre seus associados, objetivando o exercício de aprendizado prático a respeito do consumo consciente;
VII – Promover ações, programas e atividades direcionadas a obtenção dos objetivos constantes nesse estatuto;
VIII – Contratar pessoal, no exercício da atividade fim da Associação.

Fonte: elaborado pela autora com base no estatuto da Rede Bem da Terra de consumidores

Conforme consta no estatuto, são direcionados esclarecimentos sobre alguns temas como: consumo responsável ou consumo consciente, comércio justo, tecnologias sociais, soberania alimentar, agroecologia, educação popular.

No caso do consumo responsável ou consumo consciente, entende-se as práticas relacionadas a processos de consumo encaminhadas para aquisição, distribuição e uso de produtos e serviços produzidos de forma economicamente solidária, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Já no comércio justo, há o envolvimento das práticas sociais que articulam a produção de economia solidária ao consumo responsável/consciente, por meio de processos organizados e autogeridos de aquisição e distribuição de bens e serviços. No que se refere às tecnologias sociais, abarca os conhecimentos sistematizados pertinentes à elaboração de produtos, processos e metodologias, desenvolvidos em interação entre grupos de pesquisa científica e grupos sociais, que unem conhecimentos empíricos, tradicionais e outras formas, com o intuito de solucionar problemas sociais e ambientais, com o propósito da sustentabilidade e da emancipação humana.

Na soberania alimentar enfatiza-se o direito de produzir e comercializar comida localmente, vinculada à cultura e ao modo de vida dos territórios, defende-se uma produção limpa, sem veneno, que tenha por objetivo a manutenção do equilíbrio ambiental, que, no caso, são inexistentes em sistemas de produção como a monocultura.

No quesito agroecologia compreende-se o conjunto de conhecimentos sistematizados, fundamentados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que aliam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas.

Por fim, a educação popular envolve relações educativas, que estimam a valorização dos saberes tradicionais, com o intuito de promover a consciência crítica sobre a realidade concreta em que grupos e comunidades estão inseridas, na construção da consciência crítica com o objetivo da emancipação humana e a transformação social. Com o intento de proporcionar um canal, além as feiras presenciais de comercialização, distribuição de produtores agroecológicos, provenientes da economia solidária, criou-se a Feira Virtual Bem da Terra. Trata-se de um programa permanente, que tem como objetivo articular coletivos/empreendimentos de produtores, urbanos e rurais vinculados à Rede Bem da Terra de consumidores e a Rede Bem da Terra de produtores, tendo como base os princípios do comércio justo e solidário.

Nesse contexto a feira compõe uma experiência educacional para o consumo responsável que parte das duas associações da Rede Bem da Terra (produtores e consumidores), que constituem entre si um mecanismo coletivo de ofertas e demandas de produtos, em que o grupo de consumidores compra coletivamente produtos dos empreendimentos solidários e os distribui aos seus integrantes de acordo com suas solicitações.

Além disso, o grupo de consumidores se encarrega pela obtenção e distribuição de produtos de EES de outras regiões, no entanto, a *prioridade* é de produtos disponibilizados na feira virtual oriundos dos produtores da Rede Bem da Terra de Produtores.

4.3.1 Categorias emancipatórias do grupo de consumidores

Nesta seção apresenta-se as categorias e seus elementos que emergiram das entrevistas realizadas com os integrantes do grupo de consumidores, as categorias emancipatórias evidenciadas foram: Consumo consciente, processo decisório, educação, dimensão política e consciência crítica.

É importante ressaltar que as categorias estão em consonância com o estatuto da associação, que, de certa forma, explica porque emergiram tais categorias das falas dos entrevistados.

- **Consumo consciente**

A categoria foi evidenciada na fala de todos os entrevistados, algumas vezes por meio ou no contexto de elementos como: orgânico, agroecológico, comércio justo. Conforme Cortera e Ortiz (2009, p. 60) “o comércio justo é o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável”. Seguem as falas dos entrevistados nesse contexto:

o que me levou sempre foi essa preocupação com o consumo responsável não só com a autogestão, economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar, mas também com a questão da alimentação orgânica, mais saudável (E10C).

Eu acredito nessa ideia da compra direta do consumidor, do produtor, dessa relação direta, sem passar pelo atravessador. A gente conhece quem está produzindo, a gente está incentivando a agricultura familiar, consumindo produtos orgânicos, mais saudável (E14C).

Nós sabemos que há além da produção orgânica, buscar consumir menos agrotóxico, consumir alimentos mais saudáveis. Descascar mais e desembalar menos. Além de incentivar o pequeno produtor aquele, é importante tanto para consumidores quanto para produtores. O produtor tem mercado certo e compradores a preço justo e é útil para nós consumidores que sabemos o que comemos (E15C).

Tu vai buscar num espaço de compra que seja cooperativo, seja solidário, que seja transparente, a feira virtual é um desses espaços. Um produto de qualidade, ambientalmente sustentável e que paga um preço justo ao produtor. É um sistema alternativo de comercialização, que funcionam, que é justo com o produtor, é justo com o consumidor (E1C).

Nota-se, na fala dos entrevistados, que grande parte dos integrantes da associação começam a participar por estarem procurando um alimento orgânico, como apontado pelo entrevistado (E11C): “Eu tinha preocupação com o que a gente consumia, o tipo de alimento, de ser orgânico que não tenha agrotóxico”. Já alguns começaram pela questão do produto orgânico, livre de agrotóxico, na medida em que foram se apropriando dos processos e das discussões sobre economia solidária, conseqüentemente ampliaram os motivos de participação na associação. Segue a fala das entrevistadas (E2C) e (E8C)

No primeiro momento o que me levou a participar do grupo foi a questão da alimentação mais saudável, produtos agroecológicos ou orgânicos. Depois veio as questões relacionadas a economia solidária (E2C).

Eu fui buscando uma alimentação mais orgânica, mas aí encontrei essas ideias de economia solidária, do consumo agroecológico é mais legal ainda do que eu imaginava (E8C)

As falas das entrevistadas apontam um sentido similar ao que Mance (2009) define, no qual uma pessoa que escolhe consumir produtos provenientes da economia solidária, acaba realimentando a produção solidária no objetivo do bem viver de todos que a integram, seja produtores e consumidores. Além disso, propicia a manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Assim como alguns participantes da associação já indicaram mais em um processo político como ressaltado na fala do entrevistado (E11):

Do qual pensar num preço justo para produtores uma ajuda para que eles possam fazer uma transição por modelo agroecológico que não é fácil. A gente tem um dia certo para ir lá se organizar, ou para separar os produtos ou para ir buscar as comprar, então é muito mais fácil ir no mercado, por isso que eu acho que começa com a militância e por isso muitas vezes pessoas que não são militante acabam não conseguindo se adequar

Essa colocação está em consonância com a definição de Mance (2009, p.74) “o ato do consumo não é apenas econômico, mas também ético e político”. Além disso, Mance (2009) evidencia que ato de consumir colabora para a produção de opressão econômica, devido à agressão ambiental, ou seja, a pessoa que consome produtos ou serviços que reproduzem práticas socialmente injustas, ecologicamente prejudiciais, são corresponsáveis por esses efeitos.

- **Processo decisório**

Assim como nas categorias da incubadora TECSOL, nas falas dos entrevistados do grupo de consumidores o processo decisório emergiu como preponderante para o processo de emancipatório do grupo de consumidores:

Eu vejo as pessoas no bem da terra bem comprometidas, as pessoas assumem a diretoria, um trabalho muito responsável. Quando eu entrei participei algumas vezes como separadora, depois fui convidada para fazer o projeto da nova feira, eu acho muito legal essa possibilidade dos consumidores traçarem os próximos rumos da feira, nós fizemos o projeto junto do mobiliário, layout, do novo centro de distribuição (E8C).

Eu acho o processo decisório bem participativo, para quem se dispõe a participar. Eles estão sempre incentivando que a gente participe, tem pessoas que participam mais outras menos (E8C)

Tem demandas que são resolvidas no grupo inteiro, a gente vai decidindo, por exemplo, algo que a gente decidiu nos últimos encontros foi a questão do pagamento, a forma de pagamento, se passa o cartão ou faz transferência. Outra questão foi das embalagens, os consumidores estavam preocupados com a questão do plástico, que estavam sendo muito utilizados nas embalagens dos produtos, se conversou juntos com os produtores para ver uma melhor alternativa, usar mais vidros, ou outras matérias reutilizáveis (E10C)

Em relação a questão da tomada de decisões deveriam ser mais no coletivo, onde a gente pudesse tomar as decisões coletivamente, mais rapidamente. Muitas vezes acabamos decidindo na coordenação, mas esse processo agravou mais na pandemia (E4C)

Os encontros são onde se tomam as decisões mais no coletivo, é um espaço onde tem produtores e consumidores participando. Nos encontros são definidas próximas ações, acontece uma análise do que está funcionando (E9C)

A associação, como consta no estatuto e nos relatos dos entrevistados, possui uma coordenação do Bem da Terra que fica responsável por gerir a maior parte das demandas, das questões organizacionais e burocráticas, como evidenciado na fala da entrevistada E8: “a coordenação fica muito nessa tarefa de organizar, filtrar e fazer esse meio de campo entre produtor e consumidor”.

A entrevistada (E2C) aponta que “os encontros são espaços deliberativos, no âmbito da coordenação são mais de fundo de organização, regulamento, como é que as coisas estão funcionando, as decisões maiores são tomadas nos encontros”

Pelo relato dos entrevistados, eles priorizam o diálogo na associação, o que vem ao encontro dos princípios da economia solidária, baseados em uma construção conjunta. A importância do diálogo foi abordada por Freire (2019), destacando que o diálogo é uma exigência existencial, é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado.

- **Educação**

A categoria educação emergiu do grupo de consumidores conectada basicamente com a questão da formação que acontece todos os sábados para quem irá participar do grupo de consumidores. Segue a fala dos entrevistados:

Eu acho que o principal ponto, a principal contribuição foi a formação, eu não gosto da palavra de formar consumidores, mas eu acho que numa perspectiva de educação ali, fazer com que associados, consumidores, entendessem que não era só ir lá pegar o produto saudável e consumir. Acho que a incubação, a incubadora especialmente, que era responsável pela essa formação, acho que ela contribui nesse sentido de entender que o consumo responsável, ele tem outras características, outros instrumentos e até a questão de passar o consumo ali de emancipar os grupos de economia solidária, essa foi a principal contribuição da incubadora (E3C)

Tem a formação para consumidores, e tem um grupo dentro dos consumidores que fazem essa acolhida, explicam a questão da plataforma, com é retirado os produtos (E11C)

Tem uma formação quando a pessoa entra, eu participei junto ministrando essa formação em alguns momentos. Normalmente são pessoas que conhecem a história do bem da terra, da economia solidária. Tenta mais ou menos explicar para as pessoas as dificuldades que tem e as potencialidades que tem o bem da terra para que as pessoas não busquem o mesmo tipo de relação que elas têm com o supermercado. Que elas entendam que é uma construção conjunta e que os produtos são desenvolvidos por pessoas que fazem parte desse movimento da economia solidária (E6C)

para entrar na associação e ser consumidor, tem uma pequena atividade de formação. Eu digo pequena porque o objetivo é mais fazer uma formação, talvez continuada, a partir dos próprios processos que a gente tem dentro da nossa dinâmica, mas para ser consumidor tem uma atividade de formação que acontece sempre aos sábados pela manhã (E2C)

As colocações dos entrevistados são reforçadas pela ideia de França Filho e Cunha (2009) em que a formação constitui uma necessidade constante e ocorre em diferentes níveis ao longo do processo de incubação. Esses níveis envolvem: capacitação técnica para a gestão de iniciativas de economia solidária; capacitação

profissional referente à área de atuação do empreendimento; e formação em cidadania, associativismo e economia solidária.

- **Dimensão política**

A categoria da dimensão política vem ao encontro da fala do entrevistado a seguir:

Toda a discussão do Bem da terra é que o consumo seja um ato político, por isso ele começa nos movimentos sociais, os produtos são bem diferentes daqueles do mercado. Se pensa num preço justo para produtores, uma ajuda para que eles possam fazer uma transição para o modelo agroecológico que não é fácil. A gente tem um dia certo pra ir lá buscar as próprias compras, é muito mais fácil no mercado, por isso que eu acho que começa com a militância e por isso muitas vezes pessoas que não são militantes acabam não conseguindo se adequar a essa cultura (E6C)

Atualmente os consumidores se aproximam mais pela questão do produto orgânico, como evidenciado na fala do entrevistado (E6C): “Hoje em dia eu percebo as pessoas se aproximando pela questão do consumo orgânico, do consumo mais consciente, um produto sem agrotóxicos”. Cabe aqui ressaltar que os entrevistados dos quais essa categoria emergiu durante as falas são os participantes mais antigos da associação, alguns auxiliaram na construção da associação, na proposta, com a ideia de disseminar a economia solidária, auxiliar na comercialização dos produtos derivados de empreendimentos da economia solidária, com um viés de consumo como ato político.

Essas colocações são reforçadas por Mance (2009), quando destaca o consumo como um exercício de poder, pois pode se apoiar na exploração de seres humanos, na destruição progressiva do planeta, na concentração de riqueza ou se rebater esse modo nocivo de produção por meio do consumo solidário.

- **Consciência crítica**

Na categoria referente à consciência crítica, as falas dos entrevistados remeteram a elementos como: não consumir produtos com agrotóxico, a possibilidade de consumir de produtores locais, e não de multinacionais que muitas vezes estão envolvidas com exploração do trabalhador e/ou degradação do meio ambiente, ao

contrário do que o sistema capitalista reproduz, por exemplo. Segue a fala dos entrevistados:

A formação inicial e mais tudo que se oferece em termos de subsídio para avançar na compreensão é feito, só que cada um uso do seu jeito, ao mesmo tempo, isso não é uma coisa que é realizada de uma hora para outra, especialmente aqueles que chegam mais “crus”, digamos assim. Chegaram só porque acharam legal. A consciência crítica tem um trabalho grande, e que muitas vezes é mais do sujeito com ele mesmo (E9C)

A associação de consumidores acompanha o processo, para garantir que realmente seja um grupo de economia solidária, inclusive no início do Bem da terra se começou a comprar produtos daqueles que não havia aqui na região, por exemplo, tem arroz uma série de produtos que não tem na região, e aí fomos buscar fora da região, descobrimos depois que os grupos, as cooperativas, não eram de economia solidária. E aí se cancelou as compra. Não basta se dizer da economia solidária, tem que efetivamente fazer parte integral do movimento (E5C)

Tem gente que prefere ir na prateleira pegar e se relacionar de forma fetichizada com o produto, de uma forma mágica. Tá ali que quero pegar, peguei é meu, não existe pessoas por trás daquilo, nada de concreto. É o que a gente chama de fetização desse processo de comercialização de consumo (E5C)

O esforço é diferenciado desse tipo de consumo, a gente não pode manter um centro de distribuição aberto todos os dias da semana. Daqui a pouco o consumo está igual ao do modo capitalista. Mas aí a gente não está construindo uma coisa nova, o que mais motiva fazer isso é a criação de novas relações e tudo mais (E6C)

Não adianta eu ir lá escolher um produto sustentável da Jonhson e Jonhson, porque é um grande aglomerado, que explora pessoas, explora recursos naturais, enfim, como é que a gente viabiliza outra forma, outras formas de organização produtiva (E1C)

Quando a pessoa chega aqui no bem da terra, que é a escolha mais sustentável, orgânicos. Então, essa pessoa vem com sua subjetividade ainda capitalista, individualizada, e não é assim, ela vai ter que se dispor um dia para separar os produtos, vai ter que discutir coisas coletivamente, não vai ter tudo que ela quer na feira virtual. É um processo lento que ela vai se deparando (E1C)

Hoje eu vejo que eu comecei aprender um pouco mais, então hoje eu vejo que o principal objetivo de estar no grupo já deixou de ser a alimentação orgânica, isso a gente consegue por outros caminhos. No decorrer dessa minha trajetória é mudança cultural em relação ao consumo. Realmente a gente tem que pensar na economia solidária como uma economia possível, consumir de forma mais responsável (E2C)

A percepção dos entrevistados reforça um processo importante da consciência crítica, no qual o consumidor integrante do Bem da Terra percebe que as relações dentro da associação vão além da compra e venda de produtos orgânicos, agroecológicos: mais do que isso, é entender que essa rede de consumo é uma peça dentro de uma engrenagem anticapitalista, uma associação que em que prevalecem os princípios da economia solidária. Como enfatizado na fala da entrevistada (E1C), “A feira virtual é um espaço de compras, que se propõe ser anticapitalista, que se propõe antihegemônica”.

O posicionamento dos entrevistados relaciona-se ao que Freire (1997) aponta quanto à necessidade de uma constante atitude crítica, que é a via através da qual o homem alcançará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude de simples acomodação.

- **Consciência coletiva**

A análise dos dados coletados apontou para a categoria da consciência coletiva. Essa categoria está inserida em um contexto de compreensão dos problemas coletivos, não somente os inerentes à associação de consumidores, mas também os problemas relacionados a associação de produtores, que, em algumas ocasiões, os consumidores, inclusive, ajudaram a solucioná-los em conjunto.

Além de propiciar o conhecimento do processo de produção, de entender a realidade dos produtores, principalmente os aspectos que envolvem a produção, saber de onde vem o produto que será consumido, realizar a compra direta com o produtor sem atravessadores, são questões que perpassam uma consciência coletiva. Seguem algumas falas dos entrevistados:

O bem da terra não é só um espaço de conscientização, é um espaço de convívio territorial, de trocas territoriais. Então, é desafiador, tem que estar se atualizando, atualizando a organização e mantendo todos em comunicação e a cada movimento que acontece, tanto no âmbito municipal, estadual, federal, todas as questões políticas, econômicas, sociais terão impacto no bem da terra de uma forma ou outra (E1C)

Aqui no Laranjal do bem da terra, o grupo de pessoal tem uma horta comunitária, as pessoas se organizam, um ajuda com a terra, daqui um pouco a partir do bem da terra e cria campos de atuação no território onde as pessoas moram (E6C)

Eu acho que a economia solidária aí até do ponto de vista tecnológico, considerando que tecnologia não é só o iphone, uma tecnologia social é muito

importante. As pessoas se relacionam para produzir, eu acho que essas tecnologias estão muito presentes nas discussões de agroecologia, para humanidade o futuro, eu quero o futuro do bem viver (E6C)

O pessoal tem sempre tentado articular, para expandir essa oferta de produto. Num dos encontros o pessoal falou que estava fechando com uma cooperativa do Acre para trazer alguns produtos, então a coisa não é só local. Tem uma rede maior (E15C)

A entrevista (E15C) aponta que a ajuda coletiva é importante tanto para os consumidores quanto para os produtores. Em uma via de mão dupla temos produtos agroecológicos e estamos auxiliando os produtores a não serem explorados pelo mercado capitalista, por exemplo, por meio de atravessadores. Essa inferência está em consonância com o que Mance (2009) assevera acerca do consumo solidário dos produtos e serviços de redes colaborativas, que possibilitam que seus empreendimentos vendam toda ou quase toda a sua produção. Isso possibilita o aumento da diversidade dos produtos, gerando novos empreendimentos, permitindo aumento e serviços provenientes da economia solidária.

Os entrevistados apontaram que a partir da associação de consumidores, surgiu outro projeto denominado Rizoma. Conforme o entrevistado (E5C), “O Rizoma é um projeto que visa espriar esse centro de consumo responsável, pelas cidades do interior da região, como em São Lorenzo, em Piratini, em Rio Grande e Jaguarão”.

É uma rede que se une para comprar. Quando é identificada a falta de algum produto que não seja produzido pelos produtores da Rede Bem da Terra, é providenciada a compra em outras regiões, de fornecedores vinculados à economia solidária. Também ocorre o contrário; produtos do bem da terra são vendidos para outros grupos. Segundo os entrevistados, o critério é que seja produto agroecológico, de preferência de Pelotas e região, porém, quando não se encontra o produto na região, compra-se de fora. A entrevistada (E3C) aponta que: “alguns produtos como, por exemplo, farinha e chocolate, vêm de outros estados de grupos de economia solidária”. Nesses casos, os grupos de consumo solidário da região fazem compra conjunta com a finalidade de reduzir o custo do frete.

Percebe-se que as relações de consumo vão além, e outros projetos surgem da necessidade de fortificar o consumo consciente, com produtos agroecológicos provenientes da economia solidária. Assim como o processo de acreditação, que já foi mencionado nas falas dos entrevistados da TECSOL, todos os projetos,

processados demandados e solucionados entre incubadoras, consumidores e produtores.

Essas questões levantadas e as falas dos entrevistados remetem ao que apontam França Filho e Cunha (2009), sobre as redes locais de economia solidária raramente tenderem a ficarem restritas a um âmbito geográfico específico, por motivos de sustentabilidade da própria rede, que se conectam com outras mediante a necessidade e expansão de suas atividades.

Quadro 12 – Categorias e elementos do Grupo de Consumidores

	Categoria	Elementos
Emancipação	Consumo consciente	agroecológico
		comércio justo
		orgânico
		produto sem agrotóxico
	Processo decisório	Consumidores traçam os novos rumos da feira
		Participar das decisões
		Construção conjunta
		Acreditação
		Diálogo
	Educação	Educação para o consumo solidário
		Formação
	Dimensão política	Militantes
		Quilombo/indígenas/feminismo
		Sindicato
		Movimento social
		Consumo como ato político
	Consciência crítica	Agrotóxico
Trabalho explorado/desigualdade/exclusão		
Individualismo		
Problema coletivo		
Consciência coletiva	Conhecer o processo de produção	
	Compra direto do produtor	
	Rizoma	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

4.4 REDE BEM DA TERRA DE PRODUTORES

A Rede Bem da Terra de Produtores surgiu no ano de 2011, constituída por produtores rurais e urbanos de Pelotas e região. Esses produtores se uniram para ações coletivas de comercialização, compra e fortalecimento nesses processos.

Conforme o estatuto, a finalidade da Rede é: reunir, congregar e fomentar empreendedores que atuam na perspectiva da economia solidária, incentivando-os nas práticas de autogestão e comercialização de seus produtos. Nesse sentido:

organizar cursos de formação (economia solidária, processos participativos, gestão cooperativa, adequação sócio técnica, educação popular); estimular a organização dos empreendedores solidários para a formação de parcerias e redes de comercialização.

A escolha do grupo Germinar para realizar as entrevistas foi indicação dos integrantes da TECSOL, em que o fator determinante foi o grupo ter sido incubado pela TECSOL, pois nem todos os grupos participantes da associação de produtores bem da terra foram incubados pela TECSOL.

4.4.1 Categorias emancipatórias do Grupo Germinar

O grupo Germinar é constituído por quatro famílias de produtores rurais situados no município de Canguçu, no qual produzem: leite, morango, ovos, manteiga, iogurte, hortigranjeiros, panificados e sucos de variadas frutas.

Nesta seção apresenta-se as categorias e os elementos decorrentes das entrevistas dos integrantes participantes do grupo Germinar, e as categorias emancipatórias evidenciadas foram: Processo técnico, consciência crítica, processo decisório, consciência coletiva e educação.

- **Processos técnicos**

A categoria processos técnicos no Grupo Germinar refere-se à formação e assessoria para a transição da produção convencional para a agroecológica. Além da TECSOL, a EMATER e a EMBRAPA foram evidenciadas como parceiras nesse processo e em várias demandas que surgem do grupo.

A gente passou por uma formação com o pessoal do TECSOL da UFPEL, o pessoal da Universidade Católica, a gente participou de diversas atividades, para se encaixar nesse modelo, esse projeto de economia solidária. É um modelo diferente do convencional, foi uma coisa totalmente diferente para nós, foi muito bom (E02G)

A gente aprendeu coisas de horta, o cultivo das hortaliças, é bastante ensinamentos de calcular o preço dos produtos (E04G)

O relato dos entrevistados demonstra a importância das formações, relacionadas a processos mais técnicos, principalmente no início da incubação, além

das questões relacionadas à economia solidária. Os relatos vão de encontro ao que França Filho e Cunha (2009) apontam, que tanto as cooperativas como as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares têm um papel significativo dentro do movimento de economia solidária, proporcionam capacitações para os empreendimentos consequentemente retirando muitos deles da informalidade, da precariedade e oportunizando uma renda digna a seus integrantes.

Cabe destacar que os entrevistados relataram que a qualidade e variedades dos produtos aumentaram consideravelmente a partir das orientações recebidas durante o processo de incubação. Também foi evidenciado que o envolvimento com o grupo de consumidores favorece um ambiente de troca que proporciona retorno, auxilia as demandas ao indicar de que forma podem melhorar, desde questões como as embalagens (embalagens retornáveis, menos plástico) até novos produtos, como, por exemplo, produtos veganos. Conforme o relato da entrevistada (E3G) “Eu vejo que desde início para cá o grupo deu um salto de qualidade, de produção, de produtos novos, essa abertura de canal de comercialização na feira virtual, deu um salto”.

- **Educação**

A educação, nesse contexto, aparece para questões relacionadas às trocas de saberes e ao processo formal, relacionado aos processos técnicos. Cabe ressaltar que não só pela TECSOL, mas também pela EMATER e EMBRAPA, que auxiliam constantemente em um processo de assessoria, de parceria. Segundo o entrevistado (E1G), “As informações, os cursos, os encontros que tem todo o ano. Os agrônomos e professores tudo integrado junto com os alunos, os produtores de todos os grupos rurais, tudo integrado. A gente ficava um dia inteiro na EMBRAPA, eles faziam o dia de campo pra dar os cursos, a gente recebia sementes, mudas, distribuía para gente desenvolver mais a produção” Segue outra fala:

Na área da produção do morango, a gente tinha a produção antes de estar integrada nesse modelo, a gente produzia de maneira convencional, com agrotóxicos, com adubo químico e aí que deu essa virada, a gente conseguiu. Apesar de ter tido problemas, nos primeiros dois anos. O morango é uma coisa muito sensível, então requer muito conhecimento, muita dedicação, também. Então, nos dois primeiros anos que a gente produziu de maneira agroecológica, a gente teve bastante problemas, não conhecia os preparos, os adubos. Mas foi ótimo pra nossa trajetória eles nos transmitir isso aí. A EMATER teve um papel muito importante pra isso, os técnicos da Emater. (E2G)

Segundo Fischer e Tiriba (2009), nas sociedades de classe, geralmente os trabalhadores interrompem a escolarização para poder sobreviver, conseqüentemente deixam de se apropriar do saber formal, porém, elaboram outros saberes, valores, e hábitos relacionados ao trabalho e a vida no âmbito escolar.

O entrevistado (E2G) relata que “Nos dois primeiros anos, principalmente, quando a gente começou, a gente teve esse acompanhamento dos bolsistas, professores que visitavam a propriedade, era um intercâmbio que a gente fazia, eles aprendiam com a gente e a gente aprendia com eles, transmitia alguma coisa nova, diferente pra gente, e o que a gente podia colaborar com eles, o conhecimento que a gente tinha da prática de como fazer as coisas no interior”.

Essa colocação da entrevista é apontada por Santos (2013), ao alertar que se deve ter um cuidado para que essa articulação coletiva entre saberes não cair numa homogeneidade das ações, das práticas. Nesse sentido o autor sugere um procedimento de tradução, ou seja, “é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem "canibalização", sem homogeneização" (SANTOS, 2013, p. 39).

- **Consciência coletiva**

A categoria consciência coletiva foi evidenciada trazendo os seguintes elementos: troca coletiva, consumo entres grupos, solidariedade. Além disso, há a apropriação dos princípios da economia solidária. Como evidenciado nas falas dos entrevistados:

A questão da economia solidária, é muito bonito na teoria, a precisa colocar em prática, mas muitas vezes ela não é colocada em prática dentro dos grupos. Agora semana passada teve um vento de granizo na região, teve um grupo que perdeu toda produção, as casas ficaram destelhadas, a associação bem da terra ajudou na compra das telhas, a gente está se organizando para enviar mudas para eles, para eles replantar na lavoura, é isso tem que lutar no coletivo (E2G)

As vezes se a gente tem uma dificuldade a gente procura os agrônomos da EMBRAPA, a gente tem contato direto com eles, o que podem ajudar eles ajudam e o que eles precisam da gente, a gente colabora, então é uma troca (E1G)

Algo que eu acho importante e legal é a troca de produtos, faz trocas de produtos entre os grupos, algo que eu não produza, mas o outro grupo produz, essa relação entre os produtores rurais, de consumir entre eles (E3G)

Outro aspecto relevante, evidenciado nas entrevistas foi a constatação de que alguns integrantes do grupo não estavam apropriados de conceitos e princípios da economia solidária. O entrevistado (E2G) aponta que “Alguns ainda precisam avançar nas questões da economia solidária, mas é um caminho que precisa ser percorrido, se precisar uma ajuda o outro nas dificuldades, as coisas vão avançando, não é da noite para o dia”. O relato do entrevistado que aponta o processo de economia solidária é uma construção que é evidenciada por Fraga (2018), que salienta que a economia solidária aponta para organização de possibilidade do trabalho com sentido social e produtor de valores de uso. No entanto, esse desafio não pode ser percebido como um horizonte a ser atingido, ou seja, como um fim apenas, também é um caminho a ser percorrido em direção a essa sociedade almejada.

Percebeu-se que a apropriação em relação a questões de coletividade é forte entre os integrantes do grupo, mas quanto aos princípios da economia solidária, ainda deixam a desejar. Alguns pontos que dificultam a falta de apropriação dos princípios da economia solidária por parte de alguns integrantes é a não participação ativa nos encontros que acontecem entre os grupos rurais, urbanos, de consumidores e nas incubadoras. É evidente que essa não participação dos integrantes acaba refletindo no processo de emancipação.

- **Consciência crítica**

A categoria de consciência crítica emergiu em um contexto de produção agroecológica, livre de agrotóxico, uma produção que sai do sistema convencional, além de evidenciar os problemas do sistema capitalista e colocar a economia solidária como uma alternativa:

Quando a gente trabalhava com o tabaco era muito com o veneno, então aí a gente começou a produção de morango convencional, a gente estava no começo da transição, chegou um agrônomo da EMATER muito interessado na produção sem veneno, aí a gente começou a limpar a terra, começamos na feira virtual e falava pra gente não colocar agrotóxico, todo o adubo da gente é produzido n propriedade (E1G)

A produção do morango, que é uma cultura extremamente sensível, se tu errar perde todo ano, tem que fazer certo desde o princípio, é uma produção cara. A gente está produzindo de igual para igual com o convencional, a gente não está perdendo em nada para o convencional, o sabor da fruta é

totalmente diferente do convencional, o tamanho da fruta e totalmente sem agrotóxico (E2G)

A economia solidária auxilia dentro desse mundo que a gente vive onde tudo é muito difícil, tu trabalhar com agroecologia, as pessoas estão fazendo o que elas podem, isso já é bastante, ter essa possibilidade de plantar e não usar agrotóxico, de viver como um grupo. A gente faz o que a gente pode nesse momento (E3G)

A economia solidária ajuda muito a mulher no rural (E4G)

Segundo o entrevistado (E2G): “Num passado bem próximo, as pessoas estavam muito nesse modelo capitalista em mente. Então, esse modelo prega o dinheiro a qualquer custo, a gente tem que criar uma outra visão da vida das pessoas. Esse modelo econômico capitalista é muito selvagem, as pessoas não conseguem sair dele, ele engole”.

A crítica ao capitalismo foi abordada por Pereira e Fonseca (2009), evidenciando que a sociedade capitalista aporta seus valores na democracia representativa de seus governos como forma de garantir os direitos da coletividade, no entanto, o que ressalta na prática é um individualismo acentuado que cultiva a competição e a individualidade como valor.

O entrevistado (E2G) ressalta que o processo agroecológico não é nada novo. Antigamente se produzia dessa forma, por que hoje tem que ser esse modelo do agrotóxico? Essa postura crítica em relação ao *modus operandi* do sistema capitalista está relacionado com a colocação de Fraga (2018, p. 508):

Os grupos incubados partem da negação do trabalho alienado que a lógica do capital naturalizou como possibilidade única de organizar a produção e a reprodução da vida.

- **Processo decisório**

No que se refere à categoria processo decisório, resultaram os elementos de centralização e acreditação.

Eu mando as demandas quanto tem e eles mandam pra mim pelo whtasApp agora na pandemia, se eu quero produzir algo e outro produtor já tem, então eu não coloco para não dar problema, os preços cada um estipula o seu, se está muito alto ou não vende nós falamos um para o outro, tudo é conversado, acertado (E1G)

Faz uns dois anos ou mais que estamos numa discussão para certificação da produção dos grupos agroecológicos. Isso envolve um conjunto de atividades, o processo de acreditação, agora com a pandemia parou um pouco, teve algumas reuniões, as regras foram todas estabelecidas, foram muito discutidas, a gente participou de muitas reuniões, mais de vinte. Vai ser uma coisa fantástica, pros produtores, consumidores. A gente não tinha certificação, e agora no processo de acreditação o consumidor terá certeza que o produto é agroecológico e da economia solidária (E2G)

Segundo o entrevistado (E1G), “No processo de acreditação participou professores, produtores, consumidores, grupos técnicos”. O processo de acreditação foi evidenciado por quase todos os entrevistados da incubadora e dos dois grupos (TECSOL, Grupo consumidores, Grupo Germinar). Pois, como já colocado, foi um processo participativo desde o início e continua, em função da pandemia as visitas técnicas tiveram de ser adiadas, nas quais começaria o processo de certificação fruto da Acreditação, construído por todos os envolvidos. Corroborando a ideia de participação de Pereira e Fonseca (2009), apontaram que a participação é a decisão ativa, fruto de alternativas conscientes e deliberadas, em que se assumem riscos e efeitos, ou seja, a decisão compartilhada.

A entrevistada (E3G) relatou “Algo negativo que eu vejo que precisa melhorar é a participação de todos nos grupos, não há o engajamento de algumas pessoas. Fica muito centralizado em duas pessoas, eles chamam para ir nas reuniões maiores com os outros grupos, mas ainda tem muita resistência”. A fala dessa entrevistada demonstra que ainda há integrantes que não se apropriam de todo o processo, o que acaba prejudicando o processo de aprendizagem, pois é nos encontros e reuniões maiores onde as decisões mais significativas são tomadas, além das trocas de saberes, dos cursos.

Quadro 13 – Categorias e elementos do grupo Germinar

	Categorias	Elementos
Emancipação	Processo técnico	Transição agroecológica
		Aumento na produção/na qualidade do produto
		Calcular preço do produto
	Consciência crítica	Sistema capitalista
		Agrotóxico
	Processo decisório	Acreditação
		Centralização
	Consciência coletiva	Consumir entre os grupos
		Fazer troca coletiva
		Solidariedade
Educação	Troca de saberes	
	Conhecimento formal	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

4.5 CONSTRUÇÃO DA FIGURA ANALÍTICA

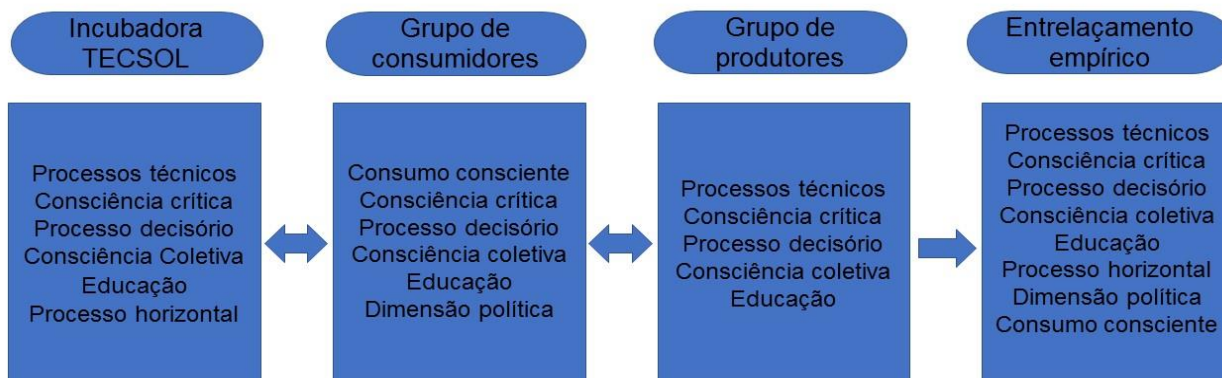
O processo de construção da figura analítica tem como intuito auxiliar no processo de emancipação dos grupos incubados na perspectiva da economia solidária. A primeira etapa foi entrelaçar as categorias teóricas de economia solidária e emancipação (Figura 2), que emergiram na teoria. Cabe ressaltar aqui que o propósito dessa etapa é integralizar os conceitos de emancipação e economia solidária.

Posteriormente, entrelaçou-se os Quadros (11,12,13) das categorias que surgiram nas entrevistas realizadas dos três grupos (TECSOL, Grupo de consumidores, Grupo de produtores), e, por fim, entrelaçou-se as Figuras (1 e 3). Ou seja, as categorias que emergiram na teoria e no empírico, do qual resultou o quadro analítico de emancipação para grupos incubados na perspectiva da economia solidária.

4.5.1 Entrelaçamento de categorias empíricas

No entrelaçamento das categorias, pode visualizar-se que algumas categorias emergiram nos três grupos como: Educação, processo decisório, consciência crítica, consciência coletiva. A categoria consumo consciente apareceu somente no Grupo de Consumidores, o que é natural, pois se trata do intuito principal do grupo. Cabe ressaltar que foram retiradas duas categorias da incubadora TECSOL, quais foram: processo organizacional vertical e barreiras à emancipação, ou seja, o que prejudica o processo de emancipação, pois não cabe no objetivo na figura analítica, que é evidenciar categorias relevantes para o processo de emancipação.

Figura 3 – Entrelaçamento categorias empíricas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Portanto, o resultado do entrelaçamento será utilizado na próxima etapa da construção da figura analítica.

4.5.2 Entrelaçamento entre categorias teóricas (a priori) e empírica (a posteriori)

Esta seção demonstra como foi a integralização do teórico com o empírico. Como o paradigma da tese foi interpretativista, nesse sentido, buscou-se entender o processo de emancipação dos grupos pesquisados. Todas as categorias do empírico se mantiveram, exceto a categoria processos técnicos, pois entende-se, como parte do contexto da categoria educação, por exemplo, na educação formal. No que se refere a categoria empírica processo decisório foi substituída pela categoria teórica tomada de decisão democrática, pois entende-se que é a terminologia mais adequada ao processo de emancipação de grupos incubados na perspectiva da economia solidária.

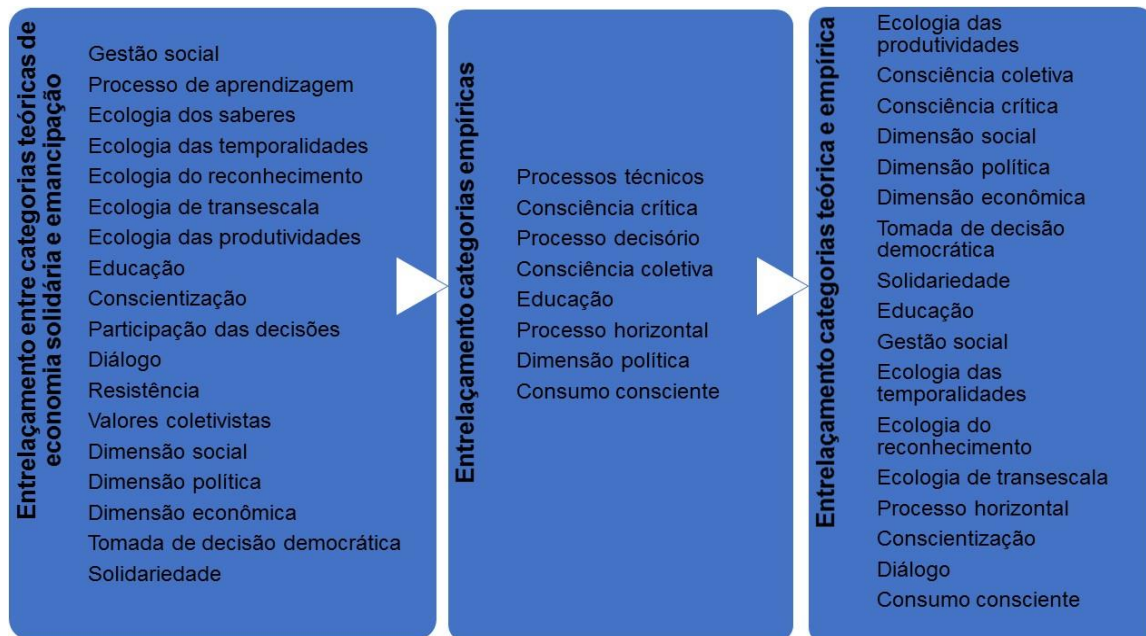
Em relação às categorias teóricas, foram retiradas: processo de aprendizagem, ecologia dos saberes, participação das decisões, resistência e valores coletivistas, pois emergiram como elementos de outras categorias empíricas

Nesse sentido o processo de aprendizagem é elemento da categoria educação, pois para que ocorra uma educação, deve existir algum processo de aprendizagem, ou até mesmo na troca de saberes, assim como a categoria Ecologia dos saberes foi incorporada na educação, pois, na perspectiva de Paulo Freire e das ITCPs, essa troca de saberes é primordial, e o científico não deve prevalecer sobre o conhecimento

popular. No que tange à categoria resistência, por sua conceituação e análise das falas dos entrevistados, ela foi evidenciada dentro da perspectiva da consciência crítica, pois está vinculada à perspectiva de resistir ao modo de produção capitalista.

Por fim, a categoria valores coletivistas tem o mesmo sentido de consciência coletiva, mais uma vez ressalta-se pela perspectiva epistemológica da tese, o empírico tem maior representatividade, porém, em nenhum momento foi desconsiderada a perspectiva teórica, pois esta foi a base para analisar as categorias do empírico.

Figura 4 – Entrelaçamento categorias teóricas e empíricas



Fonte: elaborado pela pesquisadora

Portanto, esse entrelaçamento é a base para a proposta da figura analítica.

4.5.3 Proposta da figura analítica do processo de emancipação na perspectiva da economia solidária

A figura analítica (05) foi construída com base nas categorias *a priori* e *a posteriori*, as categorias que emergiram no empírico foram quase todas idênticas às categorias da teoria, em alguns momentos com denominação semelhantes, ou no mesmo contexto, com elementos iguais, mas com outra terminologia.

O quadro foi arquitetado em um modelo de figura, representando duas categorias centrais como: conscientização e gestão social dentro do símbolo do infinito, de modo que as categorias interagem entre si, se conectam para o processo de emancipação na perspectiva da economia solidária. A simbologia utilizada sugere que as possibilidades de emancipação buscam o equilíbrio das duas dimensões ao longo do tempo, num processo que não apresenta um começo e nem um fim perfeitamente definidos. No contexto da categoria conscientização fazem parte as categorias: conscientização coletiva, consciência crítica, consumo consciente, já na categoria gestão social estão atreladas categorias mais relacionadas com a gestão como: tomada de decisão democrática, processos horizontais, diálogo, solidariedade e educação.

No que se refere as categorias das ecologias estão num nível mais abstrato, ou seja, em volta do processo de emancipação, como orientadora, além disso as categorias das dimensões: econômica, política e social perpassam por todas categorias.

Para que se tenha êxito, é imprescindível que todas as categorias estejam coesas entre elas, por exemplo, para que a tomada de decisão democrática aconteça, é imprescindível que prevaleça o diálogo entre os envolvidos.

Figura 5 – Processo de emancipação na perspectiva da economia solidária



Cabe ressaltar que a proposição da figura analítica não tem o intuito de ser uma “receita de bolo”, ou seja, pode e deve ser adaptada conforme as necessidades e o contexto de cada grupo. Nesse sentido, a proposta é evidenciar categorias para auxiliar e pensar no processo de emancipação dos grupos alicerçados na economia solidária, pois entende-se que esse processo não é linear, nem estanque, pois cada grupo terá o seu tempo como aponta Boaventura na **Ecologia das temporalidades**, ou seja, respeitar esse tempo oportunizando emergir lógicas distintas.

Percebe-se que nenhuma das categorias imbrica as outras, ou seja, é possível que, em algum momento, alguma categoria fique mais saliente durante processo. Nesse contexto, nos relatos dos entrevistados, evidenciou-se a dificuldade encontrada no processo de transição da produção convencional para a agroecológica foi perceptível que se eles não tivessem uma **consciência crítica** dos benefícios ao longo prazo, e da importância da transição, eles não teriam a resistência para continuar, pois a questão econômica pesa em determinados momentos; por outro lado, o que motiva as pessoas a se constituírem como grupo de empreendimentos solidários, na maioria das vezes, é a **dimensão econômica**, que foi evidenciada no contexto histórico da constituição das redes de ITCPs, pois torna-se uma alternativa para o desemprego, para a desigualdade.

A **educação** é uma categoria que emergiu da teoria e do empírico, nos três grupos nos quais a pesquisa foi realizada, uma educação baseada em Paulo Freire cujo intuito é a autonomia, promoção da troca de saberes, prevalência do **diálogo**, além disso, predominância do respeito às diferenças como proposto por Boaventura na **Ecologia do reconhecimento**.

Em relação ao **consumo consciente**, é entendido como uma **dimensão política**, pois percebe-se a necessidade comprar do pequeno, incentivar a agricultura familiar, o produtor agroecológico, que muitas vezes é esmagado pelas redes maiores, além de prevalecer uma **consciência coletiva**, em que se valoriza as relações, a produção, comercialização coletiva. Além de ter **consciência** da **dimensão social** que impacta esse consumo, pois diminui a desigualdade, não financia de forma indireta trabalho infantil, exploração.

A **tomada de decisão democrática** é um processo de constante diálogo, no qual o **processo horizontal** nas relações é predominante; pois quando há um processo vertical nas relações, eles tendem a prejudicar a construção de

emancipação dos grupos, pois alguns podem sobressair sobre os outros o que muitas acarreta na extinção do grupo.

A **gestão social** aparece com uma forma de gerir essas novas configurações de empreendimentos, sistemas alternativos como evidenciado por Boaventura **Ecologia das produtividades**, os quais se opõem às empresas capitalistas, por isso a necessidade de uma gestão baseada na **solidariedade** que articule projetos locais, regionais (**Ecologia da “transescala”**).

Além dessas categorias, é importante salientar e atentar para as colocações evidenciadas pelos grupos do que prejudica o processo de emancipação como: processo organizacional vertical, quando os grupos limitam a perspectiva somente a dimensão econômica, individualista não ultrapassam a lógica capitalista.

Além disso, verificou-se que o processo de emancipação dos grupos, é difícil de limitar a um período exato, num tempo preciso, pois depende do processo de cada grupo e percebeu-se que em algumas situações os grupos irão procurar as incubadoras ou até outras instituições como por exemplo, EMATER, EMBRAPA, principalmente quando alguma dificuldade, problema surgir, portanto o vínculo não acaba para alguns grupos, a conexão continua num processo de assessoria.

Cabe aqui ressaltar que essa tese não teve o objetivo ser conclusiva, de criar um modelo de emancipação, além disso os grupos, o campo da pesquisa foi grupos incubados na perspectiva da economia solidária, porém nada impede que sejam usados em outros grupos, ou até mesmo em outros empreendimentos, organizações alternativas e coletivas que tenham como cerne a crítica ao sistema vigente. Outro ponto importante de se enfatizar que não entrou se na discussão de desincubação, pois entende-se que esse processo tem um período para acontecer e a emancipação é um processo, no qual dependerá do desenvolvimento das categorias apresentado na figura analítica.

Por fim, espera-se que a figura analítica seja adaptável para os grupos, e novas categorias surjam para intensificar o processo de emancipação de grupos na perspectiva da economia solidária. Pois esses grupos encontram um respiro dentro de um sistema capitalista que oprime.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta -se as principais considerações no percurso desta tese. Portanto inicia-se com objetivos gerais e específicos, assim como seus principais resultados. Por fim, são evidências as principais limitações e sugestões para pesquisas futuras.

5.1 PERCURSO DA PESQUISA E PRINCIPAIS RESULTADOS

O objetivo geral desta tese foi: Compreender o processo de emancipação no caso de grupos de consumidores e produtores rurais vinculados a incubadora TECSOL e alicerçados na economia solidária, como passos para a consecução do objetivo geral, foram desenvolvidos quatro objetivos específicos, nos quais são: (i) Apresentar a caracterização e histórico da Rede Universitária ITCPS; (ii) Descrever a trajetória da incubadora TECSOL, do Grupo de Consumidores e Grupo de Produtores; (iii) Identificar as categorias que preponderam em relação ao processo de emancipação dos grupos; (iv) Construir a figura analítica do processo de emancipação dos grupos incubados na perspectiva da economia solidária.

No objetivo (i) Apresentar o processo histórico da Rede Universitária ITCPS – A Rede é constituída por incubadoras nas quais tem o intuito articular universidade e grupos de trabalhadores, com base nos princípios da economia solidária. A rede não tem uma sede permanente, há uma coordenação colegiada nacional e regional (sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste). Essas incubadoras vinculadas as redes ITCPs emergiram num contexto de transformação do trabalho, precarização das relações de trabalho, desigualdade social, utilizando metodologias diferentes das incubadoras tecnológicas tradicionais, pois entende -se que as ITCPs constituem princípios de autogestão, organização coletiva, vinculados a economia solidária, ou seja, uma gestão voltada para o coletivo.

Nesse contexto surgiram vários programas que auxiliaram nos processos de incubação de Empreendimentos de Economia solidária (EES), como por exemplo, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), além do incentivo econômico, o PRONINC, aproximou uma série de outros fatores numa perspectiva de política social.

O objetivo (ii) Descrever a trajetória da incubadora TECSOL, da Rede Bem da Terra de consumidores e Rede Bem da Terra de produtores

A incubadora ou núcleo interdisciplinar de tecnologias sociais e economia solidária (TECSOL) é formado por discentes e docentes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no qual tem como finalidade atender a demanda de produtores, trabalhadores com objetivo de consolidar o Empreendimento de Economia Solidária (EES). De 2011 até o momento a Incubadora teve vários programas e projetos com financiamento do Proext/MEC e do PRONINC, esse último que como já foi mencionado beneficiou várias incubadoras no Brasil vinculadas a Rede de ITCPs.

No caso da Associação Educacional para o Consumo Responsável refere-se ao nome jurídico do grupo de consumidores, no qual tem como intuito educar para o consumo responsável/consciente, surgiu de uma demanda no qual percebeu-se que precisava de um grupo coletivo para consumir produtos agroecológicos oriundos da economia solidária, no qual acontecia de forma mais individual e a cidade de Pelotas possui vários EES provenientes das três incubadoras NESIC, NESOL E TECSOL. Além da finalidade do consumo coletivo direcionado, a associação atua no entendimento de alguns temas como: consumo responsável ou consumo consciente, comércio justo, tecnologias sociais, soberania alimentar, agroecologia, educação popular.

Nesse contexto surge a Feira Virtual Bem da Terra, no qual trata-se de um programa permanente de distribuição planejada e associada de produtos da economia solidária e tem como objetivo articular coletivos/empreendimentos de produtores, urbanos e rurais vinculados à Associação Bem da Terra (associação de produtores e consumidores), tendo como base os princípios do comércio justo e solidário.

Já a Associação Bem da Terra de produtores surgiu no ano de 2011, composta por produtores rurais e urbanos de Pelotas e região, esses produtores se juntaram com o intuito de comercializar coletivamente, realizar compras coletivas, nesse contexto de coligar e fomentar empreendedores que atuam na perspectiva da economia solidária, incentivando-os nas práticas de autogestão e comercialização de seus produtos, além disso organizar cursos de formação de economia solidária, processos participativos, gestão cooperativa, adequação sócio técnica, educação popular.

No que se refere a escolha do Grupo Germinar para realizar a pesquisa, o ponto preponderante foi eles terem sido incubados pela TECSOL, pois alguns foram

incubados por outras incubadoras, como NESIC e NESOL, além de ser indicado por vários participantes da incubadora TECSOL. O grupo Germinar é constituído por quatro famílias de produtores rurais situados na região de Pelotas, no município de Canguçu.

O objetivo (iii) Identificar as categorias emancipatórias da incubadora TECSOL, do Grupo de Consumidores e Grupo de Produtores

No que tange às categorias que emergiram nas entrevistas, a pesquisadora fez uma leitura exaustiva das transcrições referentes as falas dos entrevistados. Essas categorias na maioria das vezes estavam inseridas num contexto, com elementos que remetiam o processo de emancipação.

No que se refere as categorias da incubadora TECSOL foram: processos técnicos, consciência crítica, processo decisório, consciência coletiva, processo horizontal, educação, no caso do processo vertical emergiu num contexto de não emancipação, ou seja, uma categoria que inibe o processo de emancipação e como a entrevista foi realizada com integrantes e ex integrantes da incubadora, eles indicaram no final da entrevista algum grupo que eles consideravam emancipados, nesse contexto acabou surgindo a indicação de grupos emancipados e não emancipados e os motivos que impediram o processo de emancipação, ou seja, o que é contrário da emancipação, o que impede o processo de emancipação avançar.

A incubadora trabalha com os grupos numa dinâmica de atender demandas dos grupos incubados, essas demandas são compartilhadas e resolvidas em conjunto com todos os envolvidos, quando se tem um problema específico percebeu-se que eles tentam solucionar numa dinâmica contra o sistema de mercado, por exemplo, a demanda da certificação foi solucionada de depois muitas reuniões, dialogando, compartilhando os vários saberes e conhecimentos construíram o processo de acreditação, no qual foi desenvolvido por produtores, incubadoras e consumidores, além da participação de técnicos da EMATER E EMBRAPA, foi uma solução construída no coletivo procuraram sair da certificação convencional proveniente da economia de mercado, no qual além de ser oneroso vai contra os princípios da economia solidária.

No que diz respeito as categorias do grupo de consumidores foram: consumo consciente/responsável, processo decisório, educação, dimensão política, consciência crítica e consciência coletiva. Percebeu-se que a questão do consumo consciente permeia o processo de emancipação do grupo de consumidores, pois as

vezes alguns integrantes se associam por estar procurando um produto, orgânico, agroecológico. Nesse contexto, à medida que esses integrantes se apropriam dos processos, das discussões sobre alguns temas, acabam entendendo que existe algo maior por trás, que eles estão auxiliando os pequenos e médios produtores locais, participando de um movimento que preza pelo coletivo entre outras questões, consequentemente o processo de emancipação vai se consolidando.

No que se refere ao grupo Germinar as categorias que emergiram foram: processo técnico, consciência crítica, tomada de decisão, consciência coletiva e educação. Estas categorias são preponderantes nos processos de transição e acreditação. Pois nestes processos é preciso ter, muito diálogo entre os envolvidos para que se tenha uma tomada de decisão coletiva, além de uma consciência crítica, para que não se desista no primeiro obstáculo, ter persistência principalmente no que se refere ao processo de transição da produção convencional para a produção agroecológica, pois neste processo é preciso ter uma consciência crítica e entender o quanto é maléfico o processo de produção convencional, tanto para a saúde dos produtores como para os consumidores, além de ficarem dependente de uma economia de mercado.

A própria criação do grupo foi proveniente de uma consciência coletiva, no qual percebeu-se os benefícios de produzir, comercializar coletivamente. No entanto, percebeu-se que não são todos os integrantes que se encontram no mesmo processo de emancipação, porém todos estão no caminho, e como colocado por vários autores a emancipação não é algo linear, portanto, difícil de ser metrificada e não será igual para todos, pois cada um tem seu tempo, porém o grupo como todo está avançado nesse processo.

O objetivo (IV) - Construir a figura analítica do processo de emancipação dos grupos incubados na perspectiva da economia solidária

A figura foi construída com categorias *a priori* e *a posteriori*, ou seja, categorias teóricas de economia solidária e emancipação, assim como, categorias do empírico que emergiram do campo, das entrevistas realizadas.

No primeiro momento entrelaçou-se as categorias que emergiram no contexto teórico da economia solidária e emancipação, na sequência entrelaçou-se as categorias que emergiram no campo, resultado das entrevistas realizadas com os integrantes da Incubadora TECSOL, do Grupo de Consumidores e do Grupo de Produtores Germinar. Nessa perspectiva, entrelaçou-se as categorias *a priori*

(resultados da teoria) e *a posteriori* (resultado das categorias empíricas), no qual resultou na figura analítica: Processo de emancipação de grupos incubados na perspectiva da economia solidária.

A ideia era construir um quadro analítico, depois com as análises, entendeu-se que ficaria mais bem apresentado em formato de figura, em que as categorias se interliguem. Não há uma que se destaque, pois elas atuam em conexão, para que o processo de emancipação tenha um melhor êxito.

É necessário tecer algumas considerações sobre sua implementação. Primeiramente, não se trata de uma proposição fechada, as categorias devem ser articuladas, novas categorias podem surgir conforme o contexto de cada grupo incubado. Porém, são categorias que se mostraram relevantes no caminho da emancipação. Percebeu-se que o processo de emancipação opera como níveis, camadas, que, quanto mais conectadas e desenvolvidas as categorias do quadro analítico, maior será o nível de emancipação do grupo.

As formas como se configuram as incubadoras (TECSOL, NESIC e NESOL) na cidade de Pelotas, a associação de consumidores e produtores, pode-se visualizar uma cultura de cooperação funcionando como uma rede; essa rede, além de fortalecer a trajetória de emancipação dos grupos, fortalece a economia solidária, cria uma resistência para que os grupos consigam se fortalecer e não se desconstituir frente aos problemas que surgirão, principalmente por estarem posicionados ideologicamente contra a lógica da economia de mercado, pode-se chamar de estratégias de resistência.

Nesse contexto, percebeu-se que a economia solidária é essencial para processo de emancipação de grupos incubados, pois a economia solidária é um meio, uma alternativa, que abre caminho para possibilidades de resistência, para operacionalizar novos tipos de relações, de economia, trazendo a contribuição de Polanyi à economia substantiva. França Filho denomina de economia plural, ou seja, nas possibilidades de trabalhar a economia a serviço dos seres humanos e não ao contrário, o que contribuiu para o processo de emancipação dos grupos vinculados a essas alternativas que vão contra a economia de mercado.

No que tange às limitações do estudo, houve questões teóricas relacionados à temática de emancipação, pois se configura de maneira polissêmica, incluindo várias perspectivas, contextos teóricos, foi desafiador.

No que diz respeito às questões práticas da pesquisa, a principal limitação foi a pandemia da COVID-19, pois foi necessário reconfigurar a coleta de dados, o que seria uma coleta de campo no local, esperava realizar as entrevistas concomitante com observações *in loco*, principalmente no grupo rural, para visualizar o dia a dia dos integrantes do grupo, acabou-se adequando para entrevistas e observações nas reuniões realizadas de forma virtual. Nesse contexto a proximidade entre pesquisador e entrevistados, em termos das particularidades que a observação *in loco* proporciona, ficou prejudicada.

Para sugestões de estudos futuros em relação ao contexto dos grupos, entende-se que é relevante aprofundar os estudos referentes à rede das incubadoras em Pelotas, pois, de certa forma, elas se configuram como um coletivo, uma rede que fortalece a economia solidária na região. Outra perspectiva teórica é compreender como se configura o desenvolvimento territorial na região de Pelotas, por essa atuação das incubadoras e grupos de EES, além da EMATER e EMBRAPA que se mostraram parceiras de vários projetos e dos grupos.

No que tange aos métodos de pesquisa, seria interessante fazer uma inserção mais próxima dos grupos, por exemplo, um grupo focal, ou, até mesmo, uma etnográfica, certamente novas categorias e questões relacionadas ao processo de emancipação surgirão.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F; LARICCHIA, C. R. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. In: ADDOR, F; LARICCHIA, C. R. **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: experiências e reflexões a partir da prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

ADDOR, F; OLIVEIRA, T; MAIA, L; MELO, I. S; PERISSE, C; PEREZ, R. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na atualidade. In: ADDOR, F; LARICCHIA, C. R. **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v.9, n. 1, p. 79-101, Jan-Mar 2005.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-36.

BAUER, MARTIN. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COOPE/UFRJ. In: ILKA, C; SPINK, P. **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 190-217.

BOEIRA, S. L.; VIEIRA, Paulo F. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. Editora Saraiva, 2006.

BURREL, G; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.

CAEIRO, J. **Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia**. Katálysis, vol.11, nº1, pp. 61-72, 2008.

CALDAS, P. M. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. RAE - Clássicos, Vol. 45, nº1, 2005.

CANÇADO, A. C. Fundamentos teóricos da gestão social. 2011. 246 p. Tese (Doutorado em administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CATTANI, A. D. Emancipação social. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

CEDEÑO, L. A. A. Uma reflexão teórica sobre as noções de poder, controle e emancipação. **Cadernos de gestão pública e cidadania**. Vol. 12, n 51, p. 49-88, 2007.

CORTERA, A; ORTIZ, H. Comércio justo. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

COSTA, M. R. **Experiências emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste**. 2006. 195p. Tese (Doutorado em serviço social). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2006.

CUNHA, C. G. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, R. A; CUNHA, C. G; DAKUZAKU, Y. R. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

CULTI, M. C; ZACARIAS, A. C. Conhecimento produzido por meio das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários: alguns resultados qualitativos. In: ADDOR, F; LARICCHIA, C. R. **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: experiências e reflexões a partir da prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. In: **Cayapa – Revista Venezuelana de Economia Social**. Ano 4, n.8. Mérida: CIRIEC. Venezuela, 2004.

CUNHA, E. V. **A sustentabilidade em ecovilas: práticas e definições segundo o marco da economia solidária**. 2012. 234 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinariedade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FISCHER, B. C. M; TIRIBA, L. De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão. **Revista Educação Unisinos**. V.13, n 3, p. 202-210, 2009

FRAGA, L. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da conta hegemonia acadêmica. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, V.5, n 13, pp. 496 – 539. AGO, 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. **A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais**. Revista de Administração Pública. Vol 37, N1; pp. 11-31, 2003.

_____. **Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano III, N5; pp. 52-60, 2001.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação. **V Workshop Empresa, Empresário e Sociedade: O Mundo Empresarial e a Questão Social**. Porto Alegre, RS. Anais..., 2006.

_____. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análise de Dados. Vol 12, N1; pp. 9-19, Jun. 2002.

_____, LAVILLE, J.L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 67ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GAIGER, L.I; FERRARINI, A. VERONESE, M. O conceito de empreendimento económico solidário: por uma abordagem gradualista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, V. 6, N1, PP. 137-169. Rio de Janeiro, 2018.

GODOI, C. K; MELLO, R, B; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisar. In: GODOI, C. K; MELLO, R, B; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, C. K; MATTOS, P. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

HATCH, M. J., & YANOW, D. Organization theory as an interpretative science. In H. Tsoukas & C. Knudsen (Orgs.), *The oxford handbook of organization theory* (pp. 63-87). Oxford: Oxford University Press (2003).

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

ICHIKAWA, E. Y; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LAVILLE, J. L. **Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia.** Revista Organizações e Sociedade. V 23, N. 78, pp. 369-377. Salvador, 2016.

_____; GAIGER, L.I. Economia solidária. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

LEAL, L. P. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. In: ADDOR, F; LARICCHIA, C. R. **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: experiências e reflexões a partir da prática.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

MACHADO, N. M. C. **Sociedade vs. Mercado:** Notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações) – Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2009.

MANCE, E. A. Consumo solidário. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

MARX, K. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MOREIRA, C. R. J. Cooperativas populares de confecção do estado de São Paulo. In: SOUZA, R. A; CUNHA, C. G; DAKUZAKU, Y. R. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas (RAE) - Clássicos**, Vol.45, nº1, 2005.

MOTA, C. R. S; RAM, L. V; SILVA, M. S. Caminhos de resistência: trajetórias e contribuições da Itecsol/UFPel. In: ADDOR, F; LARICCHIA, C. R. **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: experiências e reflexões a partir da prática.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

PEREIRA, M.J. L. de B.; FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão:** abordagem sistêmica do processo decisório. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

PINHEIRO, L. S; CANÇADO, A. C. Contribuições para a construção do conceito de emancipação e suas implicações para o campo da gestão social. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social.** V 3, N. 2, pp. 41-57, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Relatório da v plenária nacional de economia solidária. **Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável.** Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2013.

SACHS, I; LOPES, C; DOWBOR, L. **Crises e oportunidades em tempos de mudança.** 2013, 25 p. Disponível em: <http://dowbor.org/2013/05/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html/>. Acesso em: 21. fev. 2019.

SANTOS, B.S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Os Empreendimentos Econômicos Solidários.** Disponível em http://trabalho.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp. Acesso em: 15 jan 2019.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, V. 37, n. 2, p. 18-30, Abr/Jun. 1997.

SILVA, A. B; NETO, J. R. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnósticos e alternativas. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, R. A. Economia solidária: um movimento nascente a crise do trabalho. In: SOUZA, R. A; CUNHA, C. G; DAKUZAKU, Y. R. **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social:** uma perspectiva conceitual. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, produção associada e produção dos saberes. **Revista educação Unisinos.** V.10, n.2, p. 116-122, 2006.

VECHIA, R. D. et al. A rede de ITCPs – Passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo.** Ed.UnilaSalle . N.18. p 115 – 144, 2011.

WENZKE, C. S. **Educação para sustentabilidade e o desenvolvimento docente na administração.** 2015. 323p. Tese (doutorado em administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UnB, 2004.